

Gilson Pôrto Jr.
Sinomar Soares Carvalho Silva
(Orgs.)

ECOSSISTEMAS DIGITAIS, JORNALISMO E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO



Audiodescrição:

Capa vertical de livro acadêmico, com composição gráfica contemporânea em tons de azul-marinho, azul, bege e dourado. Na parte superior esquerda, sobre fundo bege texturizado, aparecem em letras azul-escuras os nomes dos organizadores: "Gilson Pôrto Jr." e "Sinomar Soares Carvalho Silva", seguidos da indicação "(Orgs.)". Ao centro e ocupando grande parte da capa está o título, em tipografia sans-serif condensada e em letras maiúsculas: "ECOSSISTEMAS DIGITAIS, JORNALISMO E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO". As palavras "JORNALISMO" e "CONHECIMENTO CIENTÍFICO" recebem destaque em dourado, enquanto as demais aparecem em azul-escuro. À direita do título há uma representação estilizada do mapa da América Latina, em azul, formada por uma rede de pontos luminosos interligados. Ao redor do mapa aparecem símbolos relacionados à comunicação digital, como ícones de conexão, diálogo, pesquisa e interação entre usuários. Na região central inferior da capa há uma composição fotográfica que reúne diferentes elementos associados ao universo comunicacional: um telefone celular exibindo a expressão "INFORMAÇÃO É DIREITO", um jornal com a palavra "NOTÍCIA" e a indicação "VERIFICAÇÃO DE FATOS", um microfone identificado como "NEWS", uma câmera fotográfica e um computador portátil cuja tela apresenta um cérebro estilizado associado à inteligência artificial. À direita encontra-se o perfil de uma mulher negra, representada em posição lateral, integrada visualmente às texturas digitais e ao mapa latino-americano. A presença da personagem remete aos temas de representação, diversidade, gênero e raça abordados na obra. Na parte inferior esquerda aparece uma fotografia em preto e branco de um fotógrafo segurando uma câmera diante do rosto, enquanto, na parte inferior direita, encontram-se livros empilhados, reforçando a ideia de produção, registro e circulação do conhecimento. Toda a composição utiliza sobreposições, texturas pontilhadas, manchas gráficas e conexões digitais, criando uma associação visual entre América Latina, comunicação, jornalismo, tecnologias digitais, inteligência artificial, informação, fotografia e conhecimento científico. Na faixa inferior, sobre fundo azul-marinho, aparecem lado a lado os logotipos institucionais de Observatório Edições e FELAFACS – Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social, separados por uma linha vertical dourada. Fim da audiodescrição.

Gilson Pôrto Jr.
Sinomar Soares Carvalho Silva
(Orgs.)

ECOSSISTEMAS DIGITAIS, JORNALISMO E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Observatório Edições
2026

Diagramação/Projeto Gráfico: Gilson Pôrto Jr.
Arte de capa: Gilson Pôrto Jr. com uso de prompt autoral.
Publicado em: Agosto/2026.

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa, de propriedade intelectual e de uso de imagens, os autores de cada trabalho são plenamente responsáveis por todo seu conteúdo (inclusive pelos textos, figuras e fotos nele publicadas), isentando os organizadores de qualquer responsabilidade em todas as possíveis situações.



Todos os livros publicados pelo Selo Observatório/OPAJE estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2)

E19

Ecosistemas digitais, jornalismo e circulação do conhecimento científico [recurso eletrônico] / organização de Gilson Pôrto Jr. e Sinomar Soares Carvalho Silva. — Palmas, TO: Observatório Edições, 2026.
219 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-977070-2-7

1. Jornalismo digital. 2. Comunicação científica. 3. Divulgação científica. 4. Conhecimento científico – Circulação. I. Pôrto Jr., Gilson. II. Carvalho Filho, Sinomar Soares.

CDD 070.4
CDU 070:004
LCC PN4784.O62

Marcelo Diniz – Bibliotecário – CRB 2/1533. Resolução CFB 184/2017.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Observatório Edições e/ou do OPAJE/UFT. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Todos os artigos passaram por avaliação dos pares.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REITORA

Profa. Dra. Maria Santana
Ferreira dos Santos

VICE-REITOR

Prof. Dr. Marcelo Leinerker Costa

Pró-Reitor de Graduação

Profa. Dra. Valdirene de Jesus

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Marcos Vinícius Giongo Alves

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Profa. M. Bruno Barreto

Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT)

Dr. Danilo de Melo Sousa
Dra. Eliane Marques dos Santos
Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior
Dr. Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma
Dr. José Lauro Martins
Dr. Nelson Russo de Moraes
Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Dra. Marli Terezinha Vieira
Dr. Sinomar Soares de Carvalho Silva



SELO EDITORIAL Observatório/OPAJE CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Prof. Dr. José Lauro Martins

Membros:

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

Profa. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista

Universidade de Caxias do Sul; Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Prof. Dr. Fagno da Silva Soares

Clio & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória
– Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Brasil

Prof. Dr. Luiz Francisco Munaro

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Prof. Dr. José Manuel Pelóez

Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes

Universidade Estadual do Tocantins, Brasil



FEDERAÇÃO LATINO-AMERICANA DE FACULDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (FELEFACS) Conselho Diretivo 2025-2027

PRESIDENTE

Prof. Dr. Rafael González Pardo
Universidade de Tolima
(COLÔMBIA)

SECRETARIO EJECUTIVO

Prof. Dr. Santiago Humberto
Gómez
Universidade Autónoma de
Bucaramanga
(COLÔMBIA)

Membros:

Diretor Titular Países Andinos

Prof. Dr. Carlos Rivadeneyra Olcese
Universidade de Lima (PERU)

Diretor suplente Países Andinos

Prof. Dr. Juan Ramos Martín
Universidade Javeriana (COLÔMBIA)

Diretor Titular Cone Sur

Prof. Cristian Muñoz Catalán
Universidade de La Serena (CHILE)

Diretor Suplente Cone Sur

Prof. Dr. Ramon Burgos
Universidade Nacional de Jujuy (ARGENTINA)

Diretora Regional Caribe

Profa. Dra. Alicia Álvarez
Universidade APEC (REPÚBLICA DOMINICANA)

Diretor Suplente Regional Caribe

Prof. Alfredo Padrón Buonaffina
Instituto Tecnológico de Santo Domingo (INTEC, REPÚBLICA DOMINICANA)

Diretora Países Associados

Profa Dra. Sindy Chapa
Universidade Estatal de La Florida (ESTADOS UNIDOS)

Diretora Regional Centro América

Profa. Dra. Arely Franco
Universidade de El Salvador (EL SALVADOR)

Diretora Regional Centro América

Profa. Dra. Leonor Lucia González Quiñonez
Universidade Rafael Landívar (GUATEMALA)

Diretor Regional México

Prof. Dr. Mariano Navarro
Universidade Panamericana (MÉXICO)

Diretor Regional Brasil

Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior
Universidade Federal de Tocantins (BRASIL)

Como Referenciar ABNT NBR 6023/2018

Documento no todo

PÔRTO JR., Gilson; SILVA; Sinomar Soares Carvalho (Orgs.). **ECOSSISTEMAS DIGITAIS, JORNALISMO E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2026. 219 p. ISBN 978-65-977070-2-7

Nos Capítulos

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. /n: PÔRTO JR., Gilson; SILVA; Sinomar Soares Carvalho (Orgs.). **ECOSSISTEMAS DIGITAIS, JORNALISMO E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2026, p. xx-xx.

SUMÁRIO

PREFÁCIO / 11

COMUNICAÇÃO, CONHECIMENTO E DEMOCRACIA EM UMA AMÉRICA LATINA EM TRANSFORMAÇÃO

Sinomar Soares de Carvalho Silva e Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior

CAPÍTULO 1: O CONSUMO DE INFORMAÇÃO POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DA REGIÃO NORTE DO BRASIL: entre estrutura, agência e desinformação estrutural / 19

Sinomar Soares de Carvalho Silva e Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior

CAPÍTULO 2: FACT-CHECKING NA AMÉRICA LATINA: *ethos* jornalístico, desinformação e sustentabilidade em tempos de plataformização / 63

Luciane Fassarella Agnez, Isis Borges Figueira, Geovanna Siqueira Costa e Maria Eduarda Arruda de Sousa

CAPÍTULO 3: SER EDITOR EM TEMPOS DE PLATAFORMAS DIGITAIS: o que mudou? / 97

Marcelli Alves da Silva e Thaisa Cristina Beuno

CAPÍTULO 4: JORNALISMO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: a cobertura automatizada do G1 / 125

Ruthy Manuella de Brito Costa e Paulo Faltay Filho

CAPÍTULO 5: MULHERES NEGRAS, PRESENTE! MÍDIA, NARRATIVAS HEGEMÔNICAS E A INVISIBILIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E RAÇA / 151

Cinthyia Pires Oliveira e Flavia Marinho Duarte dos Santos

**CAPÍTULO 6: WALTER FIRMO E A DECOLONIALIDADE FOTOGRÁFICA
/ 183**

Muriel Emídio Pessoa do Amaral e Cândida de Oliveira

ÍNDICE REMISSIVO / 209

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES / 215

COMUNICAÇÃO, CONHECIMENTO E DEMOCRACIA EM UMA AMÉRICA LATINA EM TRANSFORMAÇÃO

Pensar a comunicação na América Latina contemporânea exige abandonar a ideia de que estamos diante apenas de uma mudança tecnológica. As transformações que atravessam o jornalismo, as plataformas digitais, a inteligência artificial, as práticas de verificação, as formas de representação e os regimes de visibilidade expressam, em realidade, mudanças mais profundas nas relações entre poder, conhecimento, cultura, democracia e sociedade. É nesse território complexo que se insere *Ecosistemas Digitais, Jornalismo e Circulação do Conhecimento Científico*, obra que reúne seis contribuições capazes de iluminar diferentes dimensões dos processos comunicacionais contemporâneos.

A relevância deste livro está, antes de tudo, em sua capacidade de observar fenômenos aparentemente distintos a partir de uma questão comum: quem produz, organiza, legitima, distribui e acessa a informação em sociedades atravessadas por

desigualdades históricas e por novas formas de mediação tecnológica? A pergunta é particularmente importante para a América Latina, região marcada por profundas assimetrias econômicas, sociais, raciais, territoriais e comunicacionais, mas também por uma extraordinária capacidade de produzir alternativas, redes de cooperação, práticas de resistência e novas formas de participação.

O primeiro capítulo, **O CONSUMO DE INFORMAÇÃO POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DA REGIÃO NORTE DO BRASIL: entre estrutura, agência e desinformação estrutural**, de Sinomar Soares de Carvalho Silva e Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior, é dedicado ao consumo de informação por pessoas com deficiência em uma universidade pública da Região Norte do Brasil, desloca o debate sobre desinformação de uma compreensão exclusivamente centrada na falsidade ou na manipulação intencional dos conteúdos. Ao discutir a relação entre estrutura, agência, acessibilidade e desinformação estrutural, o estudo mostra que não basta produzir informação correta: é necessário assegurar condições concretas para que diferentes sujeitos possam encontrá-la, compreendê-la e utilizá-la. A investigação realizada na Universidade Federal do Tocantins evidencia, assim, que a inclusão comunicacional não constitui um elemento periférico das políticas institucionais, mas uma dimensão fundamental do direito à informação.

Essa perspectiva é particularmente significativa quando observada a partir do Norte brasileiro. A escolha de uma universidade localizada nessa região, conforme argumentam os autores, procura ampliar o olhar das pesquisas para além dos espaços tradicionalmente privilegiados pela produção acadêmica brasileira. O estudo revela que as grandes estruturas globais da comunicação encontram realidades locais concretas, nas quais políticas, tecnologias, recursos institucionais e práticas cotidianas se articulam de maneira nem sempre previsível. A comunicação, nesse

sentido, não é apenas circulação: é também acesso, pertencimento, autonomia e possibilidade de participação social.

O segundo capítulo, **FACT-CHECKING NA AMÉRICA LATINA: *ethos* jornalístico, desinformação e sustentabilidade em tempos de plataformização**, de Luciane Fassarella Agnez, Isis Borges Figueira, Geovanna Siqueira Costa e Maria Eduarda, Arruda de Sousa, amplia essa discussão para uma escala propriamente latino-americana ao examinar o fact-checking. A expansão das iniciativas de checagem na região constitui uma das respostas mais importantes do jornalismo à chamada desordem informacional. O capítulo demonstra que essas iniciativas não podem ser compreendidas somente como técnicas destinadas a classificar conteúdos como verdadeiros ou falsos. Elas participam de uma disputa mais ampla pela credibilidade, pela autoridade jornalística e pela qualidade do debate público.

Há, nesse ponto, uma característica particularmente latino-americana que merece ser ressaltada. A checagem de fatos desenvolveu-se na região combinando padrões internacionais de verificação com adaptações culturais, linguísticas e institucionais. Redes como Latam Chequea, RedCheq e Comprova evidenciam a constituição de circuitos colaborativos que ultrapassam as fronteiras nacionais. Ao mesmo tempo, o campo permanece submetido a importantes vulnerabilidades, sobretudo em relação à sustentabilidade financeira e à dependência de recursos provenientes das grandes plataformas digitais.

Essa contradição é emblemática do atual ecossistema comunicacional latino-americano: as mesmas infraestruturas digitais que ampliam a circulação da informação podem também aprofundar sua dependência econômica e tecnológica. A plataformização altera os critérios de visibilidade, os modelos de negócio e as condições de autonomia editorial, fazendo com que o jornalismo precise negociar permanentemente sua atuação com atores tecnológicos que não são, originalmente, instituições jornalísticas.

É justamente essa transformação que aparece, por outro ângulo, no terceiro capítulo, **SER EDITOR EM TEMPOS DE PLATAFORMAS DIGITAIS: o que mudou?**, de Marcelli Alves da Silva e Thaisa Cristina Beuno, dedicado à figura do editor em tempos de plataformas digitais. A discussão é especialmente oportuna porque boa parte das análises sobre as mudanças no jornalismo concentra-se no repórter, nas tecnologias ou nas organizações, deixando em segundo plano aquele profissional que historicamente desempenhou papel decisivo na organização dos fluxos informativos. O capítulo recoloca o editor no centro da reflexão sobre as novas rotinas produtivas, sobre a organização da notícia e sobre as responsabilidades editoriais em ambientes digitais.

Essa discussão permite compreender que a transformação tecnológica não elimina necessariamente as funções tradicionais do jornalismo; ela as reconfigura. O editor passa a operar em um ambiente marcado por velocidade, múltiplas plataformas, métricas, SEO, redes sociais e novas formas de circulação. A questão fundamental deixa de ser apenas "o que publicar?" e passa a envolver também "onde", "quando", "como", "para quem" e "sob quais condições de visibilidade" determinado conteúdo será disponibilizado.

O quarto capítulo, **JORNALISMO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: a cobertura automatizada do G1**, de Ruthy Manuella de Brito Costa e Paulo Faltay Filho, leva essa discussão ao terreno mais recente e controverso: a relação entre jornalismo e inteligência artificial. A experiência analisada a partir da cobertura automatizada do G1 permite observar concretamente como sistemas de automação passaram a participar da produção jornalística em larga escala, especialmente em situações nas quais existem grandes volumes de dados estruturados, como eleições, Censo e resultados de loterias.

A questão que emerge não é simplesmente se a inteligência artificial substituirá jornalistas. Uma pergunta mais produtiva é compreender como a inteligência artificial reorganiza as fronteiras

entre trabalho jornalístico, tecnologia, edição, dados, responsabilidade e decisão editorial. Para a América Latina, esse debate possui implicações adicionais: a adoção de tecnologias desenvolvidas em contextos econômicos e culturais distintos precisa ser acompanhada por reflexão crítica sobre autonomia tecnológica, condições de trabalho, transparência algorítmica, diversidade de fontes e responsabilidade pública.

A tecnologia, portanto, não deve ser compreendida como destino. Ela é parte de relações sociais, econômicas e políticas. Os algoritmos carregam escolhas; as plataformas possuem modelos de negócio; os sistemas automatizados são desenvolvidos a partir de dados e parâmetros; e as organizações jornalísticas incorporam essas ferramentas segundo determinadas culturas profissionais. A inteligência artificial pode ampliar capacidades, mas também pode reproduzir desigualdades e opacidades já existentes.

Os dois últimos capítulos acrescentam à obra uma dimensão fundamental: a disputa pela representação.

O capítulo cinco, **MULHERES NEGRAS, PRESENTE! MÍDIA, NARRATIVAS HEGEMÔNICAS E A INVISIBILIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E RAÇA**, de Cinthya Pires Oliveira e Flavia Marinho Duarte dos Santos, demonstra que os problemas comunicacionais não se resumem à circulação de informações falsas. Eles também estão presentes naquilo que é selecionado, enquadrado, visibilizado, silenciado ou naturalizado pelos meios de comunicação. Ao abordar as narrativas hegemônicas e a invisibilização da violência de gênero e raça, o texto conecta a comunicação a uma realidade regional marcada pela persistência da violência contra as mulheres. O próprio capítulo situa esse problema no contexto latino-americano e caribenho, destacando a dimensão estrutural do feminicídio e das desigualdades de gênero.

Essa abordagem é decisiva porque nos lembra que representação também é poder. Quem aparece, como aparece e quem permanece ausente das narrativas públicas são questões

políticas. Em sociedades marcadas pelo racismo, pelo patriarcado e por desigualdades históricas, disputar as representações significa disputar também os lugares sociais que determinados grupos podem ocupar no imaginário coletivo.

É nessa mesma direção que se move o sexto capítulo, **WALTER FIRMO E A DECOLONIALIDADE FOTOGRÁFICA**, de Muriel Emídio Pessoa do Amaral e Cândida de Oliveira, dedicado à obra de Walter Firmo e à decolonialidade fotográfica. A fotografia aparece aqui não apenas como registro, mas como linguagem capaz de deslocar sentidos, romper estereótipos e produzir outras possibilidades de representação da população negra. O estudo estabelece um diálogo entre a produção de Firmo e o pensamento decolonial, destacando a dimensão afirmativa, estética e política de suas imagens.

A contribuição desse capítulo ultrapassa a análise de um fotógrafo. Ela permite pensar a comunicação latino-americana a partir da necessidade de descolonizar olhares, linguagens, epistemologias e formas de representação. Ao mostrar sujeitos negros afastados das imagens recorrentes de sofrimento e subalternização, a fotografia analisada pelo capítulo torna-se uma forma de intervenção no regime de visibilidade. A imagem deixa de ser simplesmente representação de uma realidade e passa a participar ativamente da construção de outras realidades possíveis. O próprio texto parte da compreensão de que a imagem não é neutra.

É justamente nesse encontro entre tecnologia e política, inovação e desigualdade, informação e poder, que este livro encontra sua unidade.

Os seis capítulos não apresentam uma teoria única nem pretendem oferecer uma resposta definitiva às transformações do campo comunicacional. Sua força está justamente na pluralidade de objetos, métodos e perspectivas. A acessibilidade informacional, o fact-checking, o trabalho editorial, a inteligência artificial, a representação das mulheres negras e a fotografia decolonial

constituem entradas diferentes para compreender um mesmo processo histórico: a transformação dos regimes contemporâneos de produção, circulação e legitimação dos sentidos.

Essa diversidade também expressa uma característica importante da pesquisa em Comunicação na América Latina. Diferentemente de uma perspectiva que toma os processos tecnológicos como fenômenos universais e homogêneos, os estudos aqui reunidos permitem perceber que a tecnologia é apropriada em territórios concretos, por sujeitos concretos e sob condições históricas específicas.

É por isso que este livro deve ser lido também como uma contribuição para o debate sobre o futuro da democracia latino-americana. Democracias dependem de cidadãos capazes de acessar informação, avaliar sua confiabilidade, participar do debate público e reconhecer-se nas narrativas que circulam socialmente. Quando uma pessoa não consegue acessar um edital universitário por falta de acessibilidade; quando a desinformação compromete a confiança pública; quando uma plataforma interfere nos fluxos de circulação jornalística; quando algoritmos passam a participar da produção de notícias; quando mulheres negras são invisibilizadas; ou quando representações fotográficas reproduzem ou rompem estereótipos, estamos diante de problemas comunicacionais, mas também diante de problemas políticos e democráticos.

A comunicação, portanto, não pode ser reduzida a instrumento. Ela constitui parte da própria infraestrutura da vida pública.

Nesse sentido, Ecossistemas Digitais, Jornalismo e Circulação do Conhecimento Científico insere-se em uma agenda latino-americana que precisa articular comunicação, ciência, tecnologia, direitos, diversidade e democracia. O desafio não é simplesmente acompanhar a velocidade das inovações, mas construir capacidade crítica para decidir que tecnologias queremos, que jornalismo precisamos, que conhecimento devemos tornar público e quais

sujeitos precisam ser reconhecidos como produtores legítimos de sentidos.

A América Latina possui uma tradição intelectual particularmente fecunda para essa tarefa. Trata-se de uma região que historicamente aprendeu a pensar a comunicação a partir das mediações, das culturas populares, das desigualdades, das disputas de poder e das experiências concretas dos sujeitos. O presente volume prolonga essa tradição ao colocá-la diante de um ecossistema digital marcado simultaneamente pela inteligência artificial, pela plataformização, pela desinformação e por novas possibilidades de participação.

É essa a contribuição que o leitor encontrará nas páginas seguintes: estudos que não observam a comunicação como território neutro, mas como espaço de conflitos, negociações, possibilidades e transformações. Uma comunicação capaz de excluir, mas também de incluir; de silenciar, mas também de fazer emergir vozes; de reproduzir desigualdades, mas também de produzir resistência; de disseminar desinformação, mas igualmente de reconstruir confiança e ampliar o acesso ao conhecimento.

Que esta obra possa, portanto, ser lida como convite ao diálogo entre pesquisadores, jornalistas, estudantes, profissionais da comunicação, educadores e todos aqueles interessados em compreender os caminhos que a comunicação latino-americana está construindo em meio às profundas transformações do presente.

Boa leitura.

Sinomar Soares de Carvalho Silva
Gilson Pôrto Jr.

O CONSUMO DE INFORMAÇÃO POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DA REGIÃO NORTE DO BRASIL: entre estrutura, agência e desinformação estrutural

Sinomar Soares Carvalho Filho
Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

Desinformação: um problema global e um duplo desafio para pessoas com deficiência

Quando a ativista social e escritora Helen Keller concluiu sua graduação em Filosofia nos Estados Unidos, em 1904, tornando-se a primeira pessoa surdocega do mundo a obter um bacharelado, a notícia pode ter demorado semanas para chegar ao Brasil, apesar da introdução do telégrafo, que, em seus primeiros anos, ainda era limitado e não havia conferido ao jornalismo uma de suas características mais notáveis: a instantaneidade (Pereira, 2013; Franciscato, 2015). Esta foi uma importante conquista para as pessoas com deficiência em seu combate histórico à marginalização.

Passados 120 anos desde a formação de Heller Keller na Radcliffe College, as informações não demoram mais semanas para trafegar de um continente a outro. Como o relatório sobre desenvolvimento e deficiência publicado e acessível instantaneamente no portal das Nações Unidas em junho de 2024 que apontou que “as pessoas com deficiência estão a ser deixadas para trás” (ONU, 2024, p. 03), apesar dos avanços significativos no último quartel do Século XX (Bernstein, 2008).

O relatório da ONU (2024) aponta que um dos elementos em que as pessoas com deficiência têm sido abandonadas é o acesso às tecnologias de comunicação, o que adiciona mais um elemento à sua marginalização e dificulta a participação e acesso ao debate e às políticas públicas (Venkatesan, 2023). Portanto, o avanço na estrutura das comunicações não foi capaz de eliminar a dificuldade de acesso às informações para pessoas com deficiência (Masliković; Tomić, 2024).

O ambiente de informação que evoluiu desde o telégrafo e que promove para grupos marginalizados uma exclusão digital (Venkatesan, 2023), tem sido profundamente alterado pela desinformação.

Politicamente, a desinformação tem sido tratada como um fenômeno que desestabiliza as instituições em nível local, enquanto, profissionalmente, a análise tem se concentrado em sua imitação das rotinas jornalísticas, o que promove um sistema deficiente de produção de informações (Casero-Ripollés, Tuñón, Bouza-García, 2023; Martin, 2024).

Contudo, para além destas abordagens, um ambiente caracterizado pela desinformação é um desafio para a governação global. Para a promoção de políticas públicas, muitas desenvolvidas por instituições internacionais, dados confiáveis são fundamentais (Martin, 2024). Nas tensões geopolíticas a desinformação tem sido utilizada como uma arma capaz de alterar processos eleitorais (Madrid-Morales; Wasserman; Ahmed, 2024). Lukito (2024) aponta

que uma das consequências da desinformação é a utilização da violência.

Portanto, a informação tem se tornado cada vez mais importante, e o ambiente desinformativo passou a ser foco de intervenções do Estado, e não apenas tratado como um obstáculo ao trabalho dos profissionais de mídia (Casero-Ripollés; Tuñón; Bouza-García, 2023; Martin, 2024). Ao mesmo tempo em um cenário de hiper fontes, há uma desvalorização e relativização da informação, provocando descrédito e ceticismo por parte dos cidadãos (Suárez, 2022). O desenvolvimento da inteligência artificial e dos bots têm importante impacto na consolidação da desinformação por meio da facilidade e custo baixo da produção de informações enganosas (Casero-Ripollés; Tuñón; Bouza-García, 2023).

Como um problema de intervenção do Estado e de forças de segurança os países e blocos econômicos têm trabalhado em uma abordagem multidimensional, englobando medidas como regulamentações e legislações mais rígidas contra plataformas online, compartilhamento de melhores práticas entre países e investimento em educação midiática (Klus, 2023; Okolo, 2024; Ohwadua, 2024).

Contudo, estas respostas multidimensionais precisam ser analisadas e aplicadas de acordo com o contexto local em que ocorre a desinformação. Na América Latina, por exemplo, a relação de proximidade dos governos com a imprensa pode criar obstáculos para investigações independentes (Suárez, 2022). Na Europa, Casero-Ripollés, Tuñón e Bouza-García (2023) apontam que há uma relação dúbia do bloco dependendo da fonte da desinformação. Se advindas de países como Rússia, Irã e China, é tratada como um problema de interferência geopolítica em questões locais, mas se advinda de grandes empresas de tecnologia ocidentais, o bloco as trata como produto da transformação da mídia e do consumo de informações.

A evolução tecnológica dos meios de comunicação levou à criação de grupos que compartilham informações rapidamente entre si, mas que desconfiam das informações provenientes de outros grupos, as chamadas bolhas (Martin, 2024). Esse cenário, aliado ao grande volume de informações, provoca a perda de credibilidade das fontes tradicionais (Suárez, 2022). Como consequência, a informação tem sido usada como arma de guerra (Casero-Ripollés; Tuñón; Bouza-García, 2023), configurando a desinformação como um problema que afeta todos os continentes.

Como um desafio global, a desinformação tem sido debatida por diversos estudos nas mais diversas áreas (Silva; Cendón, 2022). Nestas pesquisas as discussões conceituais apontam para três modelos de desinformação, elencados por Wardle e Derakhshan (2023): *mis-information* (informação falsa compartilhada sem intenção de causar dano), *dis-information* (com intenção de causar dano) e *mal-information* (informação verdadeira compartilhada com intenção de causar dano, como vazamento de dados pessoais ou públicos que deveriam permanecer privados).

Nestes três modelos há sempre uma intenção negativa. Ou a informação é genuína, mas foi compartilhada para causar dano ou trata-se de uma informação falsa, mesmo que sua partilha tenha ocorrido sem intenção danosa.

O combate à desinformação, como vimos acima, tem sido multifacetado, e medidas que podem ser eficazes em um continente ou bloco podem não surtir o mesmo efeito em outros. Contudo, há uma ferramenta comum nesse combate: a educação midiática (Almeida; Lima; Oliveira; Chagas, 2022; Rozman; Kravchenko, 2023).

A educação tem sido vista como um ativo chave na economia globalizada, que busca constantemente elevar sua competitividade (Verger, 2019). Assim, a literacia midiática desempenha um papel importante ao dotar os indivíduos a consumirem e produzirem informação de maneira crítica, e navegarem pelas diversas fontes de

informações com as quais nos deparamos diariamente (Rozman; Kravchenko, 2023).

A educação tem sido vista, por forças globais, como uma solução para problemas que extrapolam fronteiras locais, como a desinformação externa capaz de influenciar processos eleitorais. Essa relação entre forças globais e instituições internacionais — como a ONU, o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) — e sua capacidade de moldar, positiva ou negativamente, as políticas educacionais locais, tem sido estudada por diversos autores (Verger, 2019; Alzate; Cardona, 2020; Bushati, 2023; Zahrika; Andaryani, 2023).

Robertson e Dale (2014) desenvolveram uma abordagem, nomeada Economia Política Cultural Crítica da Educação – EPCCE, para analisar a influência de organismos internacionais, frutos do processo de globalização, nos aspectos locais da educação. Partindo da ideia de que a educação não é um recipiente estático, mas resultado de influências culturais, políticas e econômicas, tanto locais como externas, os autores argumentam que a educação é um conjunto de múltiplas determinações. Este modelo enfatiza as relações de poder entre forças globais e locais e como esta relação tem moldado a educação.

A EPCCE também tem sido utilizada para estudar as relações de propriedade no ambiente de mídia, a mercantilização cada vez maior da informação e como tem alterado a produção de conteúdos culturais e informativos, o que tende a marginalizar produções locais (Jin, 2024).

O ambiente global de desinformação é também resultado da concentração de poder informativo nas plataformas digitais, razão pela qual os países têm buscado regulamentá-las. A concentração de poder e informação nestas plataformas leva as pessoas com deficiência a utilizá-las também para se informar e por consequência estão suscetíveis ao conteúdo desinformativo, mas não têm tido a mesma atenção nas ferramentas presentes nas plataformas para

combater a desinformação, tampouco nas pesquisas científicas (Sharevski; Zeidieh, 2023).

Portanto, as pessoas com deficiência são suscetíveis às mesmas desinformações que as pessoas sem deficiência. Contudo, há um modelo de desinformação a que pessoas com deficiência estão sujeitos que não necessariamente pode ser encaixado no modelo conceitual apresentado por Wardle e Derakhshan (2023), caracterizado por intenções negativas e danosas.

Quando a pesquisa de Sharevski e Zeidieh (2023) aponta que as pessoas com deficiência estão suscetíveis aos mesmos conteúdos desinformativos, a abordagem recai sobre o percentual que utiliza a internet, obviamente, mas este número, de acordo com o último relatório da ONU (2024) sobre desenvolvimento e deficiência, não é a realidade para a maioria dos países, principalmente no sul global, onde a utilização da internet é 11% inferior para pessoas com deficiência em relação às sem deficiência. Na Europa, as pessoas com deficiência têm três vezes mais probabilidade de não reunirem condições de comprar um computador (ONU, 2024).

Assim, há uma dificuldade no acesso às tecnologias para se informar e quando este acesso ocorre, as pessoas com deficiência precisam enfrentar os 98% de sites da internet que não possuem conformidade com as normas internacionais de acessibilidade (ONU, 2024).

Por conseguinte, o ambiente global de desinformação, intensificado por profundas mudanças sociais e estruturais no campo da comunicação, afeta a todos de maneira transversal. Wardle e Derakhshan (2023) identificam três modelos básicos que caracterizam o cenário de desinformação. No entanto, para as pessoas com deficiência, a situação é agravada por barreiras estruturais de acesso aos meios informativos, criando um obstáculo adicional na busca por informação confiável. Esse problema estrutural de acessibilidade agrava a vulnerabilidade dessas pessoas à desinformação, resultando em um cenário onde as desvantagens

estruturais se correlacionam com a prevalência de conteúdos enganosos (Yogarathnam, 2022). Portanto, para as pessoas com deficiência há um duplo desafio: acessar a informação e consumir conteúdo de maneira crítica para combater a desinformação.

Desta forma, é preciso investir não apenas em acessibilidade, um tema amplamente pesquisado, mas numa função ritualística da comunicação acessível, para usar um termo presente na obra do James W. Carey (Subtil, 2014) que designa a função da comunicação como mais do que transmitir informações, mais do que tornar a informação acessível de maneira instrumental (recursos visuais e tecnologias assistivas), mas incorporar na comunicação inclusiva elementos como linguagem simples, análise de *feedbacks* e treinar colaboradores, para que pessoas com deficiência internalizem valores, identidade e sensação de pertencimento aos locais em que frequentam.

Deve haver, portanto, não apenas uma disponibilidade técnica, mas atenção à clareza, e àquilo que Habermas nomeia como uma comunicação orientada ao entendimento mútuo, em sua Teoria da Ação Comunicativa e na obra 'A Inclusão do Outro' (Habermas, 2018).

Clareza, linguagem simples, receber e analisar *feedbacks* dependem em muito da agência humana. A pesquisa de Galvão, Santos e Santos (2014) relata a experiência de uma biblioteca pública brasileira que investiu na realização de atividades para a comunidade surda com ações culturais, oficinas e minicursos. Após estas atividades percebeu-se que as barreiras para o acesso à biblioteca foram minimizadas.

Portanto, apesar da evolução das estruturas globais de comunicação não terem sido capazes de eliminar barreiras de acesso, e por vezes dificultarem ou piorarem (Yogarathnam, 2022), exemplos como os da pesquisa de Galvão, Santos e Santos (2014) demonstram que a agência de determinadas pessoas pode mudar realidades impactadas por estruturas que perpetuam desigualdades.

A obra de Yogaratnam (2022) explora as estruturas de comunicação baseadas no estudo de Robertson e Dale (2014) sobre a Economia Política Cultural Crítica da Educação (EPCCE). Essa abordagem destaca o poder das estruturas em moldar aspectos da educação, mas tende a obscurecer o papel e a agência dos indivíduos locais. Como aponta Neubert (2018), a ênfase no nível macro, em detrimento do nível micro, limita a capacidade de responder adequadamente a problemas locais.

Estes conceitos de agência e estrutura e suas possíveis oposições há muito vem sendo debatidos nas ciências sociais. Uma abordagem que não oferece uma preferência para uma ou outra é a Teoria da Estruturação de Anthony Giddens (Chatterjee; Kunwar; Hond, 2019). Para esta abordagem há uma flexibilidade no mundo, que é resultado da relação entre os indivíduos e a estrutura, por isso a teoria é nomeada como uma estruturação, um processo contínuo. Assim, o que esta teoria analisa são processos e não produtos (Neubert, 2018).

Segundo essa teoria, há uma interdependência entre estrutura e agência: ao longo do tempo, os indivíduos confrontam a estrutura, mas também são limitados por ela. Essa relação de permitir e, ao mesmo tempo, restringir a ação sustenta a continuidade da própria estrutura, criando um contexto em que a inovação é possível, embora possa ser igualmente inibida (Whittington, 2015).

Compreende-se, portanto, a importância das estruturas globais (macro) na modelagem das práticas educativas e informativas locais. No entanto, é igualmente necessário analisar a agência das pessoas que, no dia a dia, ressignificam legislações e normas em suas atividades educacionais e profissionais, adaptando-as ao público atendido, aos conhecimentos adquiridos e aos recursos disponíveis.

A intersecção dessas duas perspectivas busca responder ao objetivo desta pesquisa, que é investigar o consumo de informação

acessível na Universidade Federal do Tocantins - UFT, considerando as necessidades das pessoas com deficiência em um contexto de desinformação estrutural.

A EPCCE é utilizada para entender como influências externas, como legislações nacionais e globais, impactam as políticas institucionais da UFT. De outro lado, a Teoria da Estruturação de Giddens (2005) apoia a investigação da agência das pessoas entrevistadas para acessar ou produzir informação acessível. Desse modo, a estruturação, o processo analisado, será o que emerge da relação entre alunos com deficiência e a informação consumida (ou não).

Esta pesquisa analisa a relação entre pessoas com deficiência e a universidade, investigando a comunicação que emerge dessa interação entre corpos, artefatos de comunicação e a própria instituição. Ao examinar a comunicação construída a partir dessas relações, o estudo visa preencher uma lacuna nas pesquisas sobre deficiência e desinformação, diferindo de estudos focados em barreiras de acessibilidade, amplamente debatidos na pesquisa brasileira (Porte; Rocha; Pereira, 2022). Assim, o trabalho destaca como a instituição responde à demanda por um ambiente informacional mais inclusivo, acessível e confiável.

A escolha de uma universidade da região norte justifica-se pela necessidade de ampliação de estudos sobre esta região, valorizando outras perspectivas que não as presentes no sudeste brasileiro, por exemplo.

O estudo busca ainda contribuir com dados sobre o consumo de informação por pessoas com deficiência na região norte do Brasil, apontando seus possíveis desafios e como são suplantados, suas particularidades ou espelhamento do que ocorre em outras partes do Brasil.

Metodologia

O objetivo desta pesquisa é analisar o consumo de informações acessíveis na UFT, levando em conta as demandas das pessoas com deficiência em um cenário global de desinformação estrutural. Para alcançar este objetivo foram utilizadas duas abordagens teóricas: a Teoria da Estruturação (Giddens, 2005) e a EPCCE desenvolvida por Robertson e Dale (2014).

Esta pesquisa assume uma epistemologia que entende a inclusão como um processo dinâmico resultado de lutas entre agentes em determinadas épocas com determinadas visões do que é inclusão. De acordo com Pletsch (2020, p. 66), a educação inclusiva é uma “política pública que deve ser analisada à luz da sua gênese em diálogo com as diversas variáveis sociais e educacionais sem desconsiderar as influências internacionais e suas traduções locais”. A utilização da EPCCE apoia esta análise de influências internacionais – numa visão macro – nos documentos internos da UFT e suas traduções para estruturas locais e a Teoria da Estruturação analisa como técnicos e alunos – numa visão micro – interação com estas estruturas, reproduzindo normas vigentes ou desenvolvendo práticas alternativas.

Assim, a abordagem da pesquisa foi influenciada por esta epistemologia relacional, que entende a inclusão como resultado de determinações e disputas múltiplas (Verger, 2019). Por isso, optou-se por uma pesquisa qualitativa com objetivos exploratórios, considerada mais adequada para alcançar o objetivo proposto, pois permite aproximar-se dos pontos de vista tanto daqueles que produzem informações na UFT quanto daqueles que as consomem. Importante pontuar que os pesquisadores não atuam na educação inclusiva e a utilização de objetivos exploratórios os auxiliou a obter conhecimentos maiores sobre a temática.

Para nos aproximar do tema, além da pesquisa bibliográfica que embasou o referencial teórico, foi consultado o portal da UFT na internet (UFT, 2024) e foi analisada a Política de Ações Afirmativas

da UFT, aprovada em 2023. Não foram analisados outros documentos internos porque esta política reúne todas as ações da universidade sobre a temática.

Utilizou-se também entrevistas semiestruturadas como técnica de coleta de dados. Para sua realização os pesquisadores contataram pessoalmente a Central de Acessibilidade e Educação Inclusiva – Caei, no Campus UFT Palmas, Tocantins, na primavera de 2024, após a aprovação pelo Comitê de Ética da Universidade Federal Fluminense (Processo 80265524.7.0000.8160). Não houve entraves para o acesso aos entrevistados.

O roteiro para as entrevistas foi elaborado com base nos elementos constituintes da Teoria da Estruturação (Giddens, 2005; Whittington, 2015; Neubert, 2018; Chatterjee; Kunwar; Hond, 2019) e de acordo com as instruções de Guazi (2021) que aponta a importância de analisar por quais motivos as perguntas devem ser feitas e o respeito à linguagem que facilite a compreensão do entrevistado. De acordo com Chatterjee, Kunwar e Hond (2019), a Teoria da Estruturação entende os seres humanos não apenas influenciados pela estrutura, mas como reconstrutores desta estrutura por meio de sua agência.

Assim, as perguntas que compuseram o roteiro das entrevistas exploraram o trabalho dos profissionais na intersecção entre as estruturas institucionais - como políticas, recursos materiais e humanos – e sua agência, as ações que tomam no cotidiano que por diversas vezes são contrárias à estrutura e formam aquilo que Giddens (2005) nomeia como estruturação, o processo de transformação de estruturas. O objetivo foi entender como sua agência contribui para a transformação ou manutenção da estrutura vigente.

O roteiro das entrevistas com alunos também seguiu a mesma lógica, buscou-se entender como agem diante da estrutura e como procuram vencer possíveis dificuldades no acesso às informações oficiais. As perguntas foram validadas pelo grupo de

pesquisa “Ensino, memória e desinformação nos processos formativos e comunicacionais”, vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa da UFT, coordenado por um dos autores desta pesquisa e composto por seis integrantes em nível de doutoramento.

A transcrição das entrevistas foi realizada por meio da inteligência artificial Turboscribe.Ai (Turboscribe.Ai, 2024), em sua versão gratuita. Para garantir a confiabilidade das transcrições os autores as analisaram e compararam com o áudio das entrevistas, que somaram duas horas, 18 minutos e 12 segundos, com uma média de 22 minutos e 27 segundos por entrevista.

A pesquisa entrevistou sete pessoas, sendo quatro servidores técnicos administrativos e três alunos de três cursos, com diferentes deficiências. As entrevistas foram realizadas de maneira presencial com quatro participantes. Outros dois por e-mail e um último por meio da plataforma de reuniões do Google.

Esta amostra, embora pequena, demonstra certa heterogeneidade. Uma participante tem visão monocular, outro baixa visão e o terceiro Transtorno do Espectro Autista. As áreas de estudo também são diferentes, sendo um da saúde, outro da área de Ciências Sociais Aplicadas e o terceiro de Ciências Exatas.

A utilização de entrevistas de apenas três alunos justifica-se pelo objetivo qualitativo da pesquisa e pela percepção dos pesquisadores não de uma saturação teórica, um tema controverso em pesquisas qualitativas (Minayo, 2017), mas da percepção destes pesquisadores de que as entrevistas profundas sobre hábitos de consumo e relação com a estrutura de comunicação da UFT, privilegiou participantes que têm atributos para responder ao objetivo da pesquisa, pois possuem relações com a universidade, necessidades de obter informações e, portanto, podem refletir as múltiplas dimensões do fenômeno da obtenção de informações por pessoas com deficiência em um ambiente global de desinformação (Minayo, 2017).

Os resultados apresentados na seção a seguir são divididos em duas partes: a primeira composta por uma análise documental com base em Cellard (2008). Esta análise reúne cinco etapas que consistem em analisar o contexto da produção do documento, seus autores, sua autenticidade e confiabilidade, sua natureza e por fim os argumentos e ideias.

Nesta primeira seção utilizou-se a abordagem de Cellard (2008) em conjunto com a EPCCE de Robertson e Dale (2014), apontando como os documentos internos da UFT foram produzidos e como representam as pessoas com deficiência.

Na segunda seção dos resultados é apresentada uma Análise Textual Discursiva - ATD das entrevistas com base no modelo proposto por Moraes (2003) e utilizado também por estes pesquisadores em outro local (Silva; Pôrto Júnior, 2024).

A ATD pode ser dividida em três etapas. A primeira é a fragmentação do texto em unidades de sentido, nomeada de unitarização. Em seguida o agrupamento em unidades de sentido, denominada de categorização e por fim a criação do metatexto, um texto interpretativo em que as categorias interagem com as teorias que embasaram o referencial teórico da pesquisa (Moraes, 2003).

A construção das categorias pode ser realizada por meio de sua emergência após a leitura dos textos ou *a priori*, modelo utilizado por estes autores (Moraes, 2003). O Quadro I demonstra as categorias desta pesquisa.

Quadro I – Categorias de análise

Categoria	Objetivo
Relação com a estrutura	Buscar a percepção dos entrevistados sobre as políticas, normas e recursos de acessibilidade da UFT, para entender sua relação com a estrutura
Agência	Explorar a agência dos técnicos e alunos, investigando como eles realizam seu trabalho, buscam informações e lidam com desafios e adaptam às estruturas existentes.

Estruturação	Analisar a participação dos entrevistados na transformação da comunicação da universidade ou na manutenção das práticas institucionais de acessibilidade
--------------	--

Fonte: os autores (2024)

A utilização destas categorias possibilitou atingir o objetivo desta pesquisa ao permitir a criação de espaços de compreensão da relação entre pessoas com deficiência e técnicos administrativos da UFT e sua estrutura de comunicação. Os resultados apresentados a seguir debatem como estas relações alteram ou mantêm a estrutura de comunicação da universidade.

As limitações desta pesquisa são representadas por seu contexto restrito à apenas uma universidade. Assim, os resultados refletem as condições e políticas específicas de uma única instituição da região norte, não permitindo generalizações, apesar de seu caráter exploratório buscar levantar conhecimentos iniciais que podem embasar novas e futuras pesquisas.

Apesar de limitar-se à apenas uma instituição, a pesquisa pode apoiar estudos comparativos mais amplos e seus resultados, especificamente no aspecto sobre o trabalho dos técnicos administrativos, categoria que no Brasil é regida pelo mesmo regime jurídico nas universidades, e, portanto, possuem condições de contratação e carreira semelhantes.

Essas similaridades sugerem uma possibilidade de generalização dos resultados. No entanto, é importante considerar o tamanho da universidade, sua cultura organizacional e posição geográfica no país. Assim, os resultados podem, com moderação, servir com ponto de partida para outras pesquisas.

Resultados

Ao longo das últimas décadas, a Comunicação tem se transformado constantemente. Jenkins (2015) destaca como a

convergência de novas mídias alterou radicalmente as interações humanas. Witschge e Deuze (2016) apontam a produção de notícias como um ato em constante movimento. No campo da inclusão, Pletsch (2020) ressalta que compreender as condições sociais que moldam a vida das pessoas com deficiência é um aprendizado contínuo. Assim, estudar Comunicação e inclusão é reconhecer suas mudanças dinâmicas, marcadas por avanços, retrocessos e adaptações constantes.

As mudanças na comunicação e na inclusão emergem de interações entre pessoas, ambientes e tecnologias, moldadas por suas agências (Näslund; Gardelli, 2012). Os resultados aqui apresentados são explorados à luz da Teoria da Estruturação, que destaca os conceitos de estrutura, agência e estruturação como elementos fundamentais para compreender a relação entre esses atores e seus contextos (Giddens, 2005).

Essa abordagem que evidencia a natureza contínua e interdependente dos processos de transformação social será a lente utilizada para analisar o consumo de informações por pessoas com deficiência na UFT. A interpretação dos dados será organizada em três categorias: relação com a estrutura, agência e estruturação. Estas categorias serão utilizadas para o estudo do contexto micro, local, da estrutura. Contudo, apenas o contexto micro não nos pareceu capaz de, isoladamente, fornecer respostas à pergunta de pesquisa. É necessário analisar o contexto macroestrutural.

Nesta pesquisa este olhar abrangente foi realizado por meio da análise documental proposta por Cellard (2008) com a lente da EPCCE, que entende a educação como um conjunto, onde as partes se relacionam umas com as outras, fazendo com que muitos mecanismos existam, não sejam observáveis, mas possuam efeitos reais nos resultados (Robertson; Dale, 2014).

A utilização da EPCCE nesta pesquisa tem a intenção, também, de revelar possíveis contradições entre documentos institucionais e a realidade apontada pelos entrevistados,

demonstrando como a experiência é constituída e identificando lacunas nas traduções de normas institucionais para a experiência cotidiana (Robertson; Dale, 2014).

Análise documental da Política de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Em 2023 foi publicada a “Política de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Tocantins (UFT)”. Este documento é o resultado do trabalho do Comitê de criação e acompanhamento das Políticas de Ações Afirmativas, institucionalizado ainda em 2018 (UFT, 2023).

De acordo com Cellard (2008), após a escolha dos documentos, é preciso realizar uma análise crítica dividida em cinco etapas. O Quadro 1 as resume:

Quadro 1 – Análise preliminar da Política de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Document o	Contexto	Autor	Autenticidade e Confiabilidade	Natureza
Política de ações afirmativas	Criado a partir do trabalho do Comitê de Acessibilidad e	Pró- reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitár ios (Proex)	Autêntico e confiável. Coletado no site da instituição.	Conjunto de princípios e diretrizes para efetivar a promoção da equidade social.

Fonte: os autores (2024)

Esta política, de acordo com sua contextualização (UFT, 2023), é resultado de um trabalho iniciado em 2004 por meio da mobilização (pressão) de lideranças indígenas e pesquisadores que permitiu à UFT ser “primeira universidade pública do país a

implementar a reserva de vagas na graduação para acadêmicos indígenas” (UFT, 2023, p. 7).

É resultado também do marco legal brasileiro e internacional das duas últimas décadas com a aprovação de leis como a Lei Federal nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, Lei de Cotas (Lei Nº 12.711/2012), Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, dentre outras citadas no documento (UFT, 2023).

Dessa forma, há nesta política não apenas a luta de indígenas e pessoas com deficiência, mas outras frentes que abordam relações étnico-raciais e de gênero. Portanto, há uma interseccionalidade de lutas de diferentes movimentos sociais que pressionam o Estado por mais participação. Savvias (2022) aponta que um mesmo indivíduo pode vivenciar múltiplas formas de discriminação. Assim, esta interseccionalidade é importante, gera colaboração para problemas comuns.

A política também está inserida em um contexto econômico ao citar projetos de bolsas específicas para negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e LGBTQIA+. E se alinha à compromissos econômicos internacionais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especificamente nas metas 3, 4, 5 e 10, que buscam a redução das desigualdades, igualdade de gênero, educação de qualidade e saúde e bem-estar (UFT, 2023).

No contexto cultural este documento aponta para a importância da valorização de saberes culturais, rompendo com narrativas monoculturais. Um exemplo citado no documento é o projeto Encontro de Saberes que promove a inclusão de mestres de comunidades tradicionais como docentes na universidade. De acordo com o documento esta parceria “chancela os saberes das comunidades tradicionais sem o intuito de substituir o conhecimento moderno, mas visando estabelecer com ele um diálogo intepistêmico” (UFT, 2023, p. 11).

Portanto, este é um documento abrangente que aponta princípios e diretrizes para a equidade e destaca a luta de negros, pessoas com deficiência e outras minorias. Embora seja positivo inserir a inclusão e acessibilidade em um documento abrangente, é essencial garantir que essas pautas não percam a centralidade.

No documento analisado há pontos gerais, que reúnem lutas comuns das minorias, mas há clareza nas metas e princípios para a inclusão de pessoas com deficiência. Em relação a Comunicação, o documento orienta a:

Implementação de metodologias de acessibilidade nos canais de comunicação internos com servidores; sistema de chat pela Intranet com todos os setores da UFT, com vistas à liberdade e autonomia para deficientes; criação de um canal de comunicação das instâncias da UFT específico com os surdos, como chat institucional, libras, áudio, áudio-descrição e imagem (UFT, 2023, p. 52).

O documento orienta para ações que permitam uma comunicação livre entre pessoas com deficiência e a universidade, assim como o desenvolvimento de canais de comunicação eficazes para alcançar este público, superando barreiras linguísticas e tecnológicas.

A implementação de metodologias de acessibilidade nos canais internos destaca a importância de a universidade adaptar suas estruturas organizacionais para torná-las inclusivas e acessíveis a todos. Contudo, enquanto o documento é produzido e publicizado, já existem alunos com deficiência na universidade, que necessitam de uma comunicação eficaz agora, hoje.

Como vimos no referencial desta pesquisa, a estrutura é crucial na modelagem de práticas e a Teoria da Estruturação analisa estes processos em desenvolvimento, e o processo aqui analisado é

a atual comunicação estabelecida entre a universidade e pessoas com deficiência.

Nesse sentido, os pesquisadores reconhecem que a direção do documento é acertada, considerando os elementos globais, culturais, econômicos e políticos envolvidos em sua elaboração, a qual incluiu audiências públicas e ampla participação da comunidade universitária (UFT, 2023). Dessa forma, a estrutura normativa criada trilha um caminho significativo, inclusive na publicização facilitada no portal da instituição.

Entende-se que há uma estrutura normativa, mas é importante analisar a agência das pessoas que estão sob estas normas estruturais e que em diversos momentos fazem o oposto do que orienta a norma, porque de acordo com Chatterjee, Kunwar e Hond (2019), a estrutura tanto permite como constrange a ação.

A estrutura de comunicação entre a universidade e os alunos com deficiência é moldada pela interação entre pessoas e tecnologias, tornando essencial ouvir as partes interessadas para identificar contradições entre as diretrizes dos documentos e a experiência cotidiana, que é tema das próximas seções.

Análise das entrevistas por meio das categorias relação com a estrutura, agência e estruturação

Existe uma dependência mútua entre estrutura e agência, entre as Políticas de Ações Afirmativas da UFT e a forma como estas políticas, e outros documentos institucionais são traduzidas no cotidiano, nas lutas, vitórias e derrotas na construção de documentos implementadores, porque, de acordo com Whittington (2015), os sistemas sociais se manifestam no tempo e no espaço, na interação entre os agentes.

Esta seção analisa a forma como os recursos são aplicados e reinterpretados por agentes no processo de estruturação. A primeira parte analisa a categoria *Relação com a estrutura*, onde estão

presentes os relatos dos técnicos sobre as políticas da UFT, identificando avanços, limitações e lacunas que contribuem para a desinformação como resultado da falta de acessibilidade.

A primeira pergunta para os técnicos foi: Qual sua concepção de deficiência? Na relação com a estrutura os valores e conceitos pessoais se entrelaçam com normas institucionais. Esta pergunta permite uma reflexão crítica sobre como cada agente entende os desafios e potencialidades da instituição sobre processos de inclusão. O Quadro 1 agrupa três respostas dos técnicos entrevistados:

Quadro 1 – Concepção de deficiência dos técnicos administrativos

Entrevistado 1 - Deficiência? A gente pensa muito na questão da deficiência. Ela não é só a questão da doença, mas ela perpassa a deficiência a qualquer dificuldade que você tenha, que você possa te prejudicar de alguma forma, a ter acesso a um espaço, a um ambiente, a um livro, a qualquer coisa que te cause dificuldade, também pode ser considerada uma deficiência. Quando você não consegue ter uma compreensão mínima desse tipo de deficiência, que aí, muitas vezes, perpassa pela questão atitudinal, você não consegue exatamente atender ao teu usuário, ao teu cliente, ao teu docente, aluno, qualquer pessoa que precise desse apoio das bibliotecas, você não consegue dar esse retorno.

Entrevistado 2 - Então, eu acho que para falar da deficiência a gente precisa recorrer ao que se discute atualmente no campo da sociologia e da antropologia, porque anteriormente a ideia da deficiência estava muito associada à ideia de incapacidade. Do corpo? Do corpo, né? Então, historicamente você tinha aquela visão muito da medicina, né? Então, isso descartava outras características da deficiência. Eu fico com a definição de deficiência, da Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência, que está relacionada a impedimentos.

Entrevistado 3 - Algum tipo de perda ou anormalidade que limite as funções físicas, sensoriais ou intelectuais de uma pessoa

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

O conceito de deficiência varia bastante entre os Entrevistados 1 e 2 em relação ao 3, que utiliza uma definição baseada nas limitações físicas. Reconhecer essa pluralidade auxilia na identificação de conflitos e lacunas na promoção da acessibilidade, porque a maneira como os técnicos entendem a deficiência pode orientar suas ações no cotidiano.

Os Entrevistados 1 e 2 possuem uma concepção alinhada com o modelo relacional da deficiência, que entende as limitações não apenas ligadas ao corpo, mas ao ambiente, como infraestrutura e falta de políticas adequadas. Assim, a deficiência ganha vida nas relações entre indivíduos e estruturas (Näslund; Gardelli, 2012).

Estes agentes atuam no âmbito de estruturas institucionais, as quais servem como base para suas ações. No caso da UFT a falta de uma política adequada é mencionada pelos entrevistados.

Quadro 2 – Políticas institucionais de Comunicação

Entrevistado 2 - Primeiramente que a universidade não tem uma política específica de comunicação voltada para atender o público com deficiência. O que a gente tem agora é um site que foi reconstruído, que tem um padrão de acessibilidade um pouco melhor do que o anterior, mas a comunicação em si da universidade... Aí eu não estou falando do setor de comunicação, estou falando de algo institucional. Não existe isso. Se existe, eu não tenho conhecimento. Então, as informações que o estudante com deficiência tem, ele recebe ou via setor.

Entrevistado 3 - Só existe uma Política de Comunicação que foi aprovada pelo Consuni e que fala sobre acessibilidade.

Entrevistado 4 - Não temos uma política institucional de comunicação própria para pessoas com deficiência, mas nossa política de comunicação geral se baseia nos princípios da comunicação pública. Isso significa que fazer as informações sobre a universidade chegarem a todas as pessoas, e serem assimiladas e compreendidas pelos diferentes públicos, é uma preocupação que permeia as atividades de comunicação que realizamos.

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

A fala do Entrevistado 2 evidencia uma falha institucional, um vazio estratégico sobre a comunicação da universidade. Mesmo a contextualização do Entrevistado 4 não atende de forma adequada as pessoas com deficiência, pois a comunicação pública é inclusiva em essência, mas são necessários tratamentos técnicos específicos para que a comunicação não esteja apenas disponível, mas orientada ao entendimento mútuo (Habermas, 2018).

Outro elemento importante na estrutura é um conjunto composto por tecnologias assistivas e infraestrutura para receber alunos e docentes. Os Entrevistados 1 e 2 apontam questões internas importantes sobre o tema.

Quadro 3 – Políticas de infraestrutura

Entrevistado 1 - A universidade tinha uma demanda desde 2014, um acordo no TCU, com mais de 40 páginas sobre demandas de acessibilidade para serem cumpridas para adequação. E uma delas era a questão da acessibilidade informacional. E como não se tinha nenhum programa, aqui na universidade sempre foi prioritário a questão da acessibilidade estrutural, ou seja, prédios com ligação, com rampa, com isso, com aquilo, se gastou milhões, inclusive, ultimamente, e que ainda tem muitas falhas. Por exemplo, se você colocar nesse período de 2016 até agora, 2022, são bloquetes pintados. E o cego, quando vai andando naqueles bloquetes, tem uma dificuldade muito grande, você não tem noção. Agora que fizeram um trabalho, fizeram uma adequação, funciona agora, está bem melhor, pelo menos é o relato que a gente ouve dos usuários cegos

Entrevistado 2 - Aqui onde funciona o nosso setor, que é a (*suprimido*), essa obra não foi concluída. Essa obra foi assumida pelo campus, porque a gente não tinha mais espaço para trabalhar. O espaço que a gente trabalhava ali no bloco não era suficiente. E o campus assumiu uma obra que era da reitoria, que

devia ter sido entregue com piso tátil, com bancadas para colocar equipamentos para os alunos, tanto piso tátil externo quanto externo. E a gente tem aqui uma obra inacabada, com reaproveitamento de material, para que o setor funcionasse.

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Na fala do Entrevistado 1 percebe-se uma proposta de respostas simbólicas, como a priorização daqueles elementos da acessibilidade visíveis, como rampas e pisos, mas as falhas mostram que a execução da acessibilidade não tem sido adequada, e muitas delas ocorrendo por demandas externas, como a do Tribunal de Contas da União - TCU mencionada nas entrevistas, transformando o processo de acessibilidade em induzido, realizado por pressões externas, e não como parte da cultura da instituição.

Se para os Entrevistados 1 e 2 há problemas na estrutura física, para os Entrevistados 3 e 4 há problemas de falta de recursos humanos que impacta no trabalho e na produção de material acessível.

Quadro 4 – Desafios para a produção de material acessível

Entrevistado 3 - Fazemos reuniões para discutir esse escopo. Infelizmente essa robustez depende de outros profissionais que a Universidade ainda não oferta.

Entrevistado 4 - Do meu ponto de vista, mesmo que os profissionais que lá estão fossem capacitados para produzir conteúdos mais acessíveis, sem recursos de tecnologia e sem mais gente fica muito difícil. Porque criar conteúdos acessíveis, significa, muitas vezes, criar mais conteúdos. Um roteiro de um vídeo “padrão” precisa ser adequado para diferentes públicos, reeditado....

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Estes entrevistados têm consciência da necessidade da implementação de mais comunicação acessível, mas suas ações são restringidas pela estrutura inadequada. A prática de realizar reuniões, como menciona o Entrevistado 3, é uma tentativa de reforçar a agência dos envolvidos, mas, sem o suporte estrutural adequado, os resultados são limitados. Assim, as necessidades de acessibilidade são reconhecidas, mas não resolvidas.

O Entrevistado 4 aponta que a produção de conteúdos acessíveis não é apenas uma adaptação, mas, muitas vezes, a criação de novos conteúdos. A falta de capacidade para atender a essa demanda pode limitar a entrega de informações completas e adaptadas.

Assim, a estrutura da universidade é, de acordo com estas falas, marcada por dificuldades estruturais e de pessoal, que podem impactar na forma como as informações são produzidas e consequentemente em seu consumo.

A segunda categoria, *Agência*, analisa a relação dos alunos entrevistados com a comunicação da universidade e como a utilizam não apenas para se informar, mas para acessarem políticas públicas.

Assim como na categoria anterior, no bloco de perguntas para estes entrevistados indagou-se qual sua concepção de deficiência.

Quadro 5 – Concepção de deficiência dos alunos entrevistados

Entrevistado 5 - Ter algum problema, não diria genético, eu diria... É, eu acho que seria mais certo um problema genético que aconteceu durante a gravidez da mulher, algo já de nascença, não que veio a acontecer durante a vida da pessoa, entendeu?

Entrevistado 6 - Olha, pra mim a concepção, e acredito que em geral, do governo, do Estado, é aquela pessoa que possui alguma limitação ou um estado racial diferente, algo que saia do padrão do normal. Então, que entra a questão dos pardos, dos indígenas, dos negros, mas se tratando de deficiência, né, no contexto deficiente, é aquela pessoa que ela nasceu com alguma

limitação ou ela obteve alguma limitação que possibilita ela de fazer atividades como os outros, haver na necessidade da equidade.

Entrevistado 7 - Deficiência não é incapacidade, né? Não é capacidade de fazer o que a gente gosta.

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Os entrevistados demonstram, assim como alguns servidores, uma visão mais alinhada com o modelo médico da deficiência. Apenas o Entrevistado 7, mesmo não explanando mais sobre o tema, abordou as questões de capacidade. Assim como no caso dos técnicos, é importante saber a concepção de deficiência dos alunos porque não é apenas uma reflexão teórica, mas um recurso prático que pode orientar sua interação com a estrutura da universidade. Essa dinâmica entre visão pessoal e ação prática destaca o papel central da agência no processo de inclusão.

Um dos elementos mais importantes da inclusão são as políticas de permanência, que são divulgadas por meio de editais. Para acessá-los, ter uma ação prática sobre a política, os entrevistados apontaram dificuldades.

Quadro 6 – Acesso a editais para políticas de permanência

Entrevistado 5 - Tem muitas bolsas interessantes que a gente deixa de receber informação, porque nem tudo o centro acadêmico consegue fazer a filtragem e nos passar, né? Aí tem bolsa de pesquisa que a gente acaba perdendo, ou às vezes até os próprios editais de assistência estudantil, porque é tão complicado achar na página da UFT, se a gente não ficar mandando mensagem para um, pra outro, pedindo link pra ir direto, a gente não acha. Eu mesmo tenho muita dificuldade com isso.

Entrevistado 6 - Olha, já passei na questão dos auxílios aqui da

UFT. Os editais, né? É. O que acontece? A gente ia ali no SASP, né? E eles davam uma informação muito superficial. E aí, quando eu ia para caçar, eu já não tinha mais a memória daquilo que me foi falado de maneira super rápida. E aí, quando eu ia procurar eu não achava. Então, foi algo que eu demorei. O auxílio de saúde também eu demorei a fazer por causa disso. Porque era muito complicado, eu não tinha acesso. E foi quando eu procurei ali o Tiago, que era a pessoa mais próxima da gente. Então, tipo assim, ele pegou, ele me ajudou em tudo que era necessário.

Entrevistado 7 - Vem tudo, assim, na... Não é acessível, né? Não é acessível, é tudo nas coxas, né? Não tem... Tem muito erro aqui, muita coisa... eu tenho meu pai, que meu pai também é professor também, né? Professor da universidade, né? Ele sempre dá uma olhada nas coisas, nesses editais.

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

A dificuldade de acessar informações importantes, no caso destes entrevistados, aponta que a estrutura não está preparada para atender as necessidades específicas destes usuários e os canais de comunicação são citados como confusos, pouco acessíveis ou ineficazes.

As falas ainda revelam uma agência individual limitada dos entrevistados, demonstrando uma rede informal de suporte, o que revela ainda uma externalização da agência destas pessoas com deficiência porque a estrutura não oferece suporte suficiente para o exercício de sua autonomia. A importância desta rede informal de suporte já foi atestada na pesquisa e Wu e Paganelli (2022).

O Entrevistado 2 apontou que este caso dos editais já foi informado para a instituição:

Isso já foi informado para a instituição. Ou você coloca um PDF como total. Se você tem uma imagem, faz a descrição da imagem. Quando você não faz essa descrição da imagem, essa imagem, para o estudante cego, é apenas um gráfico. E se for uma tabela no edital, prejudica bastante. Prejudica bastante. A ideia é fazer o seguinte. Um edital em libras, um edital para leitor de telas e um edital no formato acessível universal [...] A gente comunica e edita os problemas que são enfrentados, mas nem sempre a gente dá muita atenção. Qual que é o problema? Que setor de inclusão é setor marginalizado na instituição. (Entrevistado 2).

Estas falas, para o caso específico dos editais, apontam para a criação de uma desinformação estrutural como um subproduto de uma organização ineficiente para informar todos os públicos da instituição. Esta desinformação é representada por informações superficiais fornecidas por setores responsáveis, editais que não seguem princípios de acessibilidade e sites e sistemas confusos, que dificultam a navegação e a recuperação de informações essenciais.

Contudo, esta desinformação não é intencional ou carregada de motivações negativas como os modelos propostos por Wardle e Derakhshan (2023), mas por elementos de uma estrutura inadequada, como aponta o Entrevistado 4: *"procuramos chamar intérpretes de Libras para os nossos eventos e capacitações, mas nem sempre há profissionais disponíveis na Universidade [...] Da parte das publicações no site, temos a preocupação com os textos alternativos das imagens e orientamos todos a sempre incluírem essa informação. Além disso, orientamos com relação à estruturação*

dos textos, usando corretamente as marcações de títulos e subtítulos, conforme as recomendações do eMAG".

Outros estudos sobre inclusão em ambientes universitários, como os de Evêncio e Falcão (2022), apontam que muitas inovações partem do trabalho individual e não como resultado de políticas institucionais. Nesta pesquisa verificou-se estes casos em diversas falas, presentes no Quadro 6, acima e no Quadro 7, abaixo.

Quadro 7 – Acesso a editais para políticas de permanência

Entrevistado 5 - Só que o site, eu acho ele muito difícil de mexer, muito difícil de encontrar as informações. Então, aí eu vou pegando as informações ou é pelas redes sociais, ou quando o centro acadêmico de direito manda no nosso grupo de aviso, que é pelo WhatsApp, não deixa de ser uma rede social, mas já é mais algo mais palpável, mais simples de alcançar a gente. Tem muitas bolsas interessantes que a gente deixa de receber informação, porque nem tudo o centro acadêmico consegue fazer a filtragem e nos passar, né? Aí tem bolsa de pesquisa que a gente acaba perdendo, ou às vezes até os próprios editais de assistência estudantil, porque é tão complicado achar na página da UFT, se a gente não ficar mandando mensagem pra um, pra outro, pedindo link pra ir direto, a gente não acha. Eu mesmo tenho muita dificuldade com isso.

Entrevistado 6 - E aí, quando eu ia procurar eu não achava. Então, foi algo que eu demorei. O auxílio de saúde também eu demorei a fazer por causa disso. Porque era muito complicado, eu não tinha acesso. E foi quando eu procurei ali o Tiago, que era a pessoa mais próxima da gente. Então, tipo assim, ele pegou, ele me ajudou em tudo que era necessário. Mas tirando ele, a gestão está uma gestão péssima, porque depois que o Tiago saiu, tudo desandou.

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Estas falas apontam que o trabalho de outras pessoas e organizações, que atuam dentro da estrutura, faz diferença no curso dos acontecimentos (Chatterjee; Kunwar; Hond, 2019), seguem um sistema de práticas que recusa outro, contribuindo para a negação do que está presente na estrutura (Whittington, 2015), e eles são os autores destas ações, no sentido de que poderiam aceitar os problemas da estrutura e não o fazerem. Assim, são capazes de agir de outro modo (Giddens, 2005), de influenciar o processo de ensino destes entrevistados.

Este trabalho, de fazer a diferença em um estado de coisas previamente presentes na estrutura é denominado por Giddens (2005) como a agência, o fazer diferente exercendo um certo tipo de poder, que produz um efeito. Há uma ponte entre a estrutura e a agência que é oferecida pela teoria da estruturação que nomeia a terceira categoria de análise (*estruturação*).

A palavra estruturação oferece um movimento para a palavra estática “estrutura” (Whittington, 2015). E este movimento tem uma dupla direção: ou reproduzem ou alteram os princípios institucionais. Ou contentam-se com a falta de condições de trabalho, por exemplo, ou utilizam o poder que exercem, mesmo limitado, para fazer diferente.

Quadro 8 – Exemplos de estruturação

Entrevistado 1 - Mas, por exemplo, em Arraias que foi criado (*o setor de Acessibilidade informacional*), implementado e está em funcionamento hoje[...]. Por exemplo, a Secretaria Municipal de Educação e a DREC, a Diretoria Regional de Educação, a Regional de Arraias, aquela região ali, eles encaminham palestras, eles fazem visitas técnicas com o seu deficiente ao local. E aí o colega (*nome suprimido*), hoje que está fazendo esse acompanhamento lá, junto com outros membros da equipe, também utiliza o espaço, quer dizer, não fica um espaço ocioso, porque tem uma

sala que, por exemplo, o psicólogo que chega lá e faz um atendimento, faz uma escuta, que é uma sala apropriada para isso, que a gente planejou numa composição do espaço.

Entrevistado 2 - Eu acho que a instância mais interessante que a UFT já teve para fazer qualquer proposição sobre a pessoa com deficiência foi o Comitê de Acessibilidade. Inclusive, a gente conseguiu aprovar lá uma resolução que regulamentava o trabalho de intérprete de Libras. A gente saiu de lá quatro propostas de resolução para regulamentar a permanência e ingressa da pessoa com deficiência no campus, na UFT. Do vestibular, da sala de aula, que você atribuía nosso papel, papel do coordenador, papel do professor, papel do aluno e não foi para frente. Porque isso teria que passar Consepe e Consuni. Então, barrou na gestão da universidade.

Entrevistado 3 - Continuar fazendo o que é possível, dentro das limitações de pessoal e recursos que temos.

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Na fala do Entrevistado 1 verificou-se a utilização dinâmica do setor de acessibilidade de maneira colaborativa com outras instâncias locais. O atendimento psicológico, por exemplo, indica a habilidade de combinar recursos materiais e humanos para atender as necessidades locais. Esses fatores demonstram que a estrutura permite a ação dos agentes.

Por outro lado, na fala do Entrevistado 2, há a presença de barreiras na estrutura, representadas pela burocracia, por exemplo, que podem constranger iniciativas diferentes do que está presente atualmente, reforçando práticas já estabelecidas, fazendo com que os agentes percam a capacidade influenciar mudanças.

A análise destas falas evidencia que a relação entre agência e estrutura não é fixa, mas dependente de fatores contextuais,

políticos. Esta relação também depende de aspectos econômicos, como na fala do Entrevistado 3 que destaca um movimento de reprodução da estrutura enquanto não houver alterações na contratação de pessoal.

Estes exemplos demonstram como a estrutura tanto permite a ação (vide o caso de Arraias) como a constrange, no caso das resoluções não aprovadas ou na falta de contratação de pessoal.

Discussão

Há, na UFT, uma política de inclusão que intersecciona a luta de diversas minorias e é resultado de pressões externas e documentos internacionais, o que aponta para um diálogo entre o cenário local e global, inclusive no aspecto econômico como demonstram as falas do Entrevistado 1:

A constituição desse programa SAI (*Setor de Acessibilidade Informacional*) perpassou pela aprovação pelo pró-reitor na época, que era a professora (*nome suprimido*), pela gestão da UFT, porque tinha que ter um investimento grande, o investimento veio do projeto Incluir em torno de os primeiros dois anos de projeto foi quase 1 milhão e 800 mil, já para o final ficou 600 mil, muito pouco. E aí nós compramos muita tecnologia assistiva, Porto Nacional foi o mais contemplado de todos, para as outras bibliotecas a gente distribuiu um kit com várias tecnologias assistivas (Entrevistado 1).

Além da demanda que a universidade já tinha de reprimir do acordo com a TCU, o censo que nos obrigava, por exemplo, a ter

teclados virtuais em todos os computadores, independente de qualquer coisa, porque é um indicador do censo. Então, também foi por indução. Foi por indução (Entrevistado 1).

Contudo, a efetividade destas políticas não depende apenas deste diálogo e da criação de uma estrutura legal ou física. A acessibilidade como prática rotineira e aliada na provisão de informações confiáveis e disponíveis para alunos com deficiência é fortalecida ou enfraquecida pelo comportamento dos agentes frente à estrutura.

Ainda em falas do Entrevistado 1, percebe-se que a utilização dos equipamentos depende também de um ecossistema funcional onde a demanda por esses recursos é contínua.

Na época, a gente fez oficinas para a implantação. Fizemos uma oficina lá em Miracema com o (*nome suprimido*). E lá, como na época não tinha o SAI ainda estruturado, a gente levou o kit, um kit para eles, um kit composto com quase 30 equipamentos e fizemos uma capacitação para a utilização. Mas, devido à falta de público, o que acontece? Vai se perdendo o hábito da utilização. A mesma coisa aconteceu em Porto. Tem uma impressora Braille em Porto que ela foi usada uma vez, quando o (*nome suprimido*) estava lá. E aí, como ela faz muito barulho e ela ficou em uma área aberta de consulta, sem o devido abafador, que a pessoa vai desistir. Ela faz um barulho grande quando liga (Entrevistado 1).

Portanto, o cenário exemplifica a teoria da estruturação de Giddens (2005), onde a interação entre estrutura (equipamentos e capacitações) e agência (utilização pelos usuários e apoio institucional) é essencial para que práticas inclusivas sejam efetivamente incorporadas e sustentáveis.

O objetivo desta pesquisa foi investigar o consumo de informação acessível na UFT, considerando as necessidades das pessoas com deficiência em um contexto de desinformação estrutural.

Um possível caminho para discutir o conceito de desinformação em determinada estrutura é o exame de suas origens, mecanismos e impactos no público estudado (Starbird, 2022). Ainda de acordo com Starbird (2022), para examinar origens e mecanismos é necessário abordar três pontos essenciais: intencionalidade, acoplamento estrutural e determinantes sociais.

Como vimos no referencial desta pesquisa, o tipo de desinformação apontado não é intencional ou produzido com motivações negativas. A estrutura inadequada, problemas para a construção de documentos e outros apontados nos Resultados não carregam um viés negativo, apesar de negativo serem os resultados que produzem.

O conceito de acoplamento estrutural aborda a interação entre a desinformação e sistemas sociais, como a comunicação produzida pela UFT. Esta interação pode ser exemplificada na fala do Entrevistado 6:

Olha, no meu caso, que sou visão monocular, a minha maior dificuldade é em questão de achar. A questão de achar é a questão de ler. Porque o que acontece? Como eu falei anteriormente, são coisas que são difíceis de achar, sabe? Não é aquilo que você tá ali na

aba para você. Então, tipo assim, demanda bastante tempo. E esse tempo que demanda, demanda muito esforço, principalmente da minha parte, que não enxergo bem. Enxergo bem somente de um olho e do outro não. Então, isso acaba trazendo uma profundidade muito maior e ocasionando muita dor de cabeça e sensibilidade.

Pergunta. E aí, isso acaba fazendo com que você, às vezes, nem procure a informação?

Resposta. Nem procure a informação, justamente.

A barreira ao consumo de informações criada por sistemas ineficazes aumenta a exclusão de pessoas com deficiência e retroalimenta o ambiente de desinformação, pois limita perspectivas críticas e diversificadas.

Como vimos acima, os entrevistados desenvolveram outra rede de apoio para consumir informação, como Centros Acadêmicos, familiares ou mesmo servidores específicos. Esta rede funciona e auxilia os entrevistados desta pesquisa, contudo não deve se tornar uma prática, uma vez que a checagem de informações nestas redes informais é menos rigorosa e potencialmente pode gerar mais desinformação.

Portanto, o impacto para os entrevistados é considerável, pois como mencionou-se nas entrevistas, alguns deixaram de ter acesso a políticas públicas de permanência na universidade.

A comunicação que emerge entre a universidade e as pessoas com deficiência entrevistada é a possível, gerada a partir de uma estrutura que está sendo formada, pois o principal documento que a orienta tem apenas 12 meses, e não há servidores e documentos práticos que orientem a produção de informações acessíveis.

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi investigar o consumo de informações por pessoas com deficiência na UFT em um contexto de desinformação estrutural. Os resultados demonstraram que a comunicação acessível ainda enfrenta barreiras estruturais e organizacionais significativas.

A desinformação estrutural, resultante de um sistema ainda inadequado, impacta negativamente o acesso à informação por pessoas com deficiência. Além disso, a dependência de redes informais para consumo de informações evidencia a lacuna deixada por uma estrutura formal insuficiente.

As principais reflexões apontadas por este estudo foram sobre o papel que têm alunos e servidores na transformação ou manutenção da estrutura e as limitações impostas por ela. Também é relevante a discussão sobre o conceito de desinformação estrutural, que surge como uma categoria distinta da desinformação intencional, refletindo barreiras não propositais que dificultam o acesso à informação por grupos específicos. O uso de redes como centros acadêmicos e familiares para acessar informações aponta para um improviso institucional que reforça desigualdades.

A pesquisa traz ainda uma discussão importante sobre a interação entre estrutura e agência e seu papel crucial para fazer avançar a inclusão informacional. Apesar de iniciativas como a Política de Ações Afirmativas, a falta de operacionalização adequada e de recursos técnicos e humanos perpetua um ambiente de dificuldade de acesso à informações e políticas públicas pelos alunos entrevistados.

As limitações desta pesquisa são representadas pela utilização de apenas uma instituição, o que limita a generalização de resultados e a Teoria da Estruturação não é capaz de apontar mudanças estruturais de longo prazo, dificultando a identificação de quando ou como as ações dos agentes alteram efetivamente a estrutura.

Por isso, estudos futuros podem examinar a implementação dos documentos analisados por esta pesquisa, ampliar o escopo de estudo e analisar como a agência dos indivíduos transforma estruturas ao longo do tempo, abordando as lacunas da Teoria da Estruturação.

Referências

Almeida, G. L. M., Lima, M. de O., Oliveira, A. S. S. de, & Chagas, A. M. (2022). A educação midiática e o combate às fake news. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 8(5), 1470–1480. <https://doi.org/10.51891/rease.v8i5.5564>.

Alzate, J. H. S., & Cardona, L. M. C. (2020). Pedagogía glocal: Un análisis desde el enfoque de las capacidades. **Revista Boletín Redipe**, 9(9), 57–64. <https://doi.org/10.36260/rbr.v9i9.1061>.

Bernstein, A. (2008). Lawyers with disabilities: Lhandicape cest nous. **University of Pittsburgh Law Review**, 69(3), 389–411. <https://doi.org/10.5195/lawreview.2008.101>.

Bushati, A. (2023). Tracing the global child: Global politics shaping local childhoods. **European Journal of Education**, 6(1), 85–92. <https://doi.org/10.2478/ejed-2023-0008>.

Casero-Ripollés, A., Tuñón, J., & Bouza-García, L. (2023). The European approach to online disinformation: Geopolitical and regulatory dissonance. **Humanities and Social Sciences Communications**, 10(1), 1–10. <https://doi.org/10.1057/s41599-023-02179-8>.

Cellard, A. (2008). A análise documental. In J. Poupart et al. (Orgs.), **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos** (pp. 295–316). Vozes.

Chatterjee, I., Kunwar, J., & Hond, F. D. (2019). Anthony Giddens and structuration theory. **Management, Organizations and Contemporary Social Theory**, 60–79. <https://doi.org/10.4324/9780429279591-4>.

Deuze, M., & Witschge, T. (2016). O que o jornalismo está se tornando. **Parágrafo**, 4(2), 6–21.

Evêncio, K. M. de M., & Falcão, G. M. B. (2022). Inclusão de acadêmicos com deficiência na educação superior. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, 1610–1623. <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i3.16053>.

Franciscato, C. (2015). O jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais. **Brazilian Journalism Research**, 10(2), 96–123. <https://doi.org/10.25200/bjr.v10n2.2014.741>.

Galvão, L. S., Santos, I. F. S., & Santos, M. C. (2014). Acessibilidade na Biblioteca Anísio Teixeira (BAT): As ações do Setor de Atendimento a Criança e ao Adolescente Surdo (SACAS). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, 10. <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/333>.

Giddens, A. (2005). The constitution of society: Outline of the theory of structuration. In G. M. Spiegel (Ed.), **Practicing history: New directions in historical writing after the linguistic turn** (pp. 119–140). Routledge.

Guazi, T. S. (2021). Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, 2. <https://doi.org/10.18227/2675-3294repi.v2i0.7131>.

Habermas, J. (2018). **A inclusão do outro: Estudos de teoria política**. Unesp.

Jenkins, H. (2015). **Cultura da convergência**. Aleph.

Jin, D. Y. (2024). Global political economy, platforms, and media industries. **Oxford Research Encyclopedia of Communication**. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.1530>.

Klus, M. (2023). Politics, democracy and disinformation. **Caucasus Journal of Social Sciences**, 15(1), 95–99. <https://doi.org/10.62343/cjss.2022.214>.

Lukito, J. (2024). Global misinformation & disinformation special issue introduction. **International Journal of Public Opinion Research**, 36(3), 1–11. <https://doi.org/10.1093/ijpor/edae030>.

Madrid-Morales, D., Wasserman, H., & Ahmed, S. (2024). The geopolitics of disinformation: Worldviews, media consumption and the adoption of global strategic disinformation narratives. **International Journal of Public Opinion Research**, 36(3), 1–11. <https://doi.org/10.1093/ijpor/edad042>.

Masliković, D., & Tomić, B. (2024). Is there communication? Access to information by persons with disabilities in Serbia. **Stanovništvo**, 62(1), 153–166. <https://doi.org/10.59954/stnv.563>.

Minayo, M. C. de S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: Consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, 5(7), 1–12. <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>.

Moraes, R. (2003). Uma tempestade de luz: A compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação (Bauru)**, 9(2), 191–211. <https://doi.org/10.1590/S1516-73132003000200004>.

Näslund, R., & Gardelli, Å. (2012). "I know, I can, I will try": Youths and adults with intellectual disabilities in Sweden using information and communication technology in their everyday life. **Disability & Society**, 28(1), 28–40. <https://doi.org/10.1080/09687599.2012.695528>.

Neubert, L. F. (2018). Bourdieu, Giddens e Elias: A superação do dilema micro/macro. **Teoria e Cultura**, 13(2), 299–308. <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12419>.

Ohwadua, E. (2024). Combating disinformation and misinformation through source identification and tracking. **International Journal of Science, Technology & Management**, 5(2), 448–459. <https://doi.org/10.46729/ijstm.v5i2.1085>.

Okolo, C. T. (2024). African democracy in the era of generative disinformation: Challenges and countermeasures against AI-generated propaganda. **ICT Africa**, 1–7. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2407.07695>.

Organização das Nações Unidas. (2024). **Disability and development report** 2024. <https://social.desa.un.org/sites/default/files/publications/2024-06/Final-UN-DDR-2024-Executive%20Summary.pdf>.

Pereira, O. M. L. (2013). O legado de Helen Keller acerca da educação inclusiva. In **Caderno espaço inclusão** (pp. 35–48). IFB.

Pletsch, M. D. (2020). O que há de especial na educação especial brasileira? **Momento – Diálogos em Educação**, 29(1), 57–70. <https://doi.org/10.14295/momento.v29i1.9357>.

Porte, M. de S., & Rocha, J. D. T. (2021). Barreiras tecnológicas. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, 14(3), 32563–32584. <https://doi.org/10.35699/1983-3652.2021.32563>.

Porte, M. de S., Rocha, J. D. T., & Pereira, C. A. (2022). Barreiras de acessibilidade para pessoas com deficiência no ensino superior. **Administração Pública e Gestão Social**, 14(4), 1–18. <https://doi.org/10.21118/apgs.v14i4.13376>.

Robertson, S. L., & Dale, R. (2014). Towards a 'critical cultural political economy' account of the globalising of education. **Globalisation, Societies and Education**, 13(1), 149–170. <https://doi.org/10.1080/14767724.2014.967502>.

Rozman, I., & Kravchenko, L. (2023). Media education as a factor in the development of students' critical thinking in the lessons of foreign literature in senior classes. **Mountain School of Ukrainian Carpaty**, (29), 122–125. <https://doi.org/10.15330/msuc.2023.29.122-125>.

Santos, E. R. V., et al. (2024). Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior do Brasil. **Revista Acervo Educacional**, 6, 16992–17005. <https://doi.org/10.25248/rae.e16992.2024>.

Savvias, G. A. (2022). Comments on intersectionality. **Reinvention: An International Journal of Undergraduate Research**, 15(1). <https://doi.org/10.31273/reinvention.v15i1.758>.

Silva, M., & Cendón, B. V. (2022). Estratégia, método e conteúdo: Três componentes para compreensão das campanhas contemporâneas de desinformação. **Bibliocanto**, 8(1), 21–44. <https://doi.org/10.21680/2447-7842.2022v8n1id27527>.

Silva, S. S. de C., & Pôrto Júnior, F. G. R. (2024). Espaços de formação docente: Análise do estágio em docência em cinco programas de doutorado nas cinco regiões brasileiras. **Revista Amazônida**, 9(1), 1–15. <https://doi.org/10.29280/rappge.v9i1.13617>.

Sharevski, F., & Zeidieh, A. (2023). Designing and conducting usability research on social media misinformation with low vision or blind users. In 2023 **Cyber Security Experimentation and Test Workshop** (pp. 327–345). ACM. <https://doi.org/10.1145/3607505.3607525>.

Starbird, K. (2022). Strategy and structure. In **Social media, freedom of speech, and the future of our democracy** (pp. 213–230). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780197621080.003.0013>.

Subtil, F. (2014). A abordagem cultural da Comunicação de James W. Carey. Intercom: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, 37(1), 19–44. <https://doi.org/10.1590/S1809-58442014000100002>.

Suárez, A. A. (2022). Politización de la desinformación en contextos de información devaluada: El caso Latinoamérica. **Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo**, 4(17), 1–18. <https://doi.org/10.15304/ricd.4.17.8793>.

TurboScribe.ai. (2024). **Transcrição de áudio e vídeo ilimitada.** <https://turboscribe.ai/pt/>.

Universidade Federal do Tocantins. (2023). **Política de ações afirmativas da Universidade Federal do Tocantins (UFT).** <https://docs.uft.edu.br/share/s/8axJSkakQ4iJHyAdcnW3FQ&ved=2ahUKEwjgkqWnllKKAxX4ppUCHbnUHtcQFnoECBgQAQ&usg=AOvVaw26oH9II0g6uADKHCBxv9pJ>.

Universidade Federal do Tocantins. (2024). **Portal da Universidade Federal do Tocantins.** <https://www.uft.edu.br/>.

Venkatesan, S. (2023). Digital literacy in people with disabilities: An overview and narrative review. **Qeios**, 1–33. <https://doi.org/10.32388/rl2fyy.2>.

Verger, A. (2019). A política educacional global: Conceitos e marcos teóricos chave. **Praxis Educativa**, 14(1), 9–33. <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.14n1.001>.

Wardle, C., & Derakhshan, H. (2023). **Desordem informacional: Para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas públicas.** Coleção CLE, Unicamp.

Whittington, R. (2015). Giddens, structuration theory and strategy as practice. In **Cambridge handbook of strategy as practice** (pp. 145–164). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139681032.009>.

Wuo, A. S., & Paganelli, B. T. S. (2022). Barreiras e facilitadores na inclusão de pessoas com deficiência na educação superior: O ponto

de vista dos estudantes. **Education Policy Analysis Archives**, 30, 327–345. <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6809>.

FACT-CHECKING NA AMÉRICA LATINA: *ethos* jornalístico, desinformação e sustentabilidade em tempos de plataformação

Luciane Fassarella Agnez

Isis Borges Figueira

Geovanna Siqueira Costa

Maria Eduarda Arruda de Sousa

Introdução

O jornalismo latino-americano atravessa, nas últimas décadas, um intenso processo de reconfiguração, marcado simultaneamente pela crise dos modelos econômicos tradicionais e pelo surgimento de um ecossistema informacional radicalmente transformado pela plataformação¹. Nesse contexto, o crescimento das iniciativas de checagem de fatos representa um dos fenômenos

¹ A noção de plataformação, tal como desenvolvida por Poell, Nieborg e Van Dijck (2019), designa o processo pelo qual as plataformas digitais penetram e reestruturam setores anteriormente organizados segundo outras lógicas. Para os autores, as plataformas não são meros intermediários neutros na circulação de conteúdo, mas agentes ativos que impõem sua própria racionalidade técnica e econômica aos produtores que delas dependem, por meio de interfaces de programação de aplicação, algoritmos de distribuição, modelos de dados e estruturas de monetização. No campo jornalístico, a plataformação implica uma crescente subordinação das decisões editoriais e dos modelos de negócio dos veículos à lógica das grandes plataformas, com impactos diretos sobre a autonomia das redações, os critérios de visibilidade do conteúdo e as fontes de receita disponíveis.

mais significativos da prática jornalística contemporânea, constituindo não apenas uma resposta ao avanço da desinformação, mas também uma estratégia de reposicionamento da profissão diante de uma crise multidimensional de credibilidade, relevância e sustentabilidade econômica.

O movimento de *fact-checking* organizado na América Latina tem raízes que remontam à primeira metade da década de 2010, com iniciativas pioneiras como o *Chequeado*, fundado naquele ano na Argentina, e projetos brasileiros como *Boatos.org* (2013), *Truco no Congresso*, *Aos Fatos* e *Agência Lupa* (todos de 2015). Contudo, foi a partir de 2018 que se verificou uma aceleração expressiva do fenômeno na região, impulsionada pelo ambiente de alta polarização política e pela preocupação crescente com a disseminação massiva de conteúdos falsos ou enganosos durante os períodos eleitorais, em particular as eleições presidenciais brasileiras daquele ano. O surgimento, nesse mesmo ciclo, de iniciativas vinculadas a grandes grupos midiáticos — como *Fato ou Fake* (Grupo Globo), *Comprova* (coalizão de 24 veículos) e *Estadão Verifica* — sinalizou que a verificação de fatos havia deixado de ser uma prática de exceção para se tornar parte do repertório estratégico da imprensa estabelecida para recuperar sua credibilidade (Agnez & Moura, 2019; Lelo & Pachi Filho, 2021).

O monitoramento global conduzido pelo *Duke Reporters' Lab*² documenta essa expansão. Em pouco mais de uma década, o número de iniciativas ativas no mundo cresceu de maneira expressiva, com um aumento particularmente notável na América do Sul a partir de 2020, período em que outras regiões, como a América do Norte, já apresentavam desaceleração. Em fevereiro de 2025, o levantamento identificava 442 projetos de *fact-checking* em mais de 100 países e 69 idiomas. Desses, 45 estavam sediados na América Latina, sendo 38 deles na América do Sul, com o Brasil e o Chile

² Disponível em: <https://reporterslab.org/fact-checking/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

figurando entre os países com o maior número de iniciativas ativas no continente sul-americano, com 10 projetos de checagem de fatos em cada. Esses dados apontam para a consolidação da atividade como um componente estrutural do ecossistema jornalístico, considerando que, em 2014, quando o monitoramento começou, foram identificados apenas 59 projetos em 44 países.

A pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2022, exerceu um papel catalisador sobre esse processo. O ambiente pandêmico intensificou drasticamente a circulação de desinformação, criando uma demanda sem precedentes por verificação qualificada de informações. Esse contexto ampliou a visibilidade e a legitimidade social das agências de checagem, ao mesmo tempo em que evidenciou, de maneira aguda, a fragilidade dos mecanismos de controle da informação nas plataformas digitais. Contudo, se a pandemia reforçou a importância social do *fact-checking*, o cenário pós-pandêmico impôs ao setor desafios de outra natureza, igualmente urgentes. Um dos mais significativos diz respeito à estrutura de financiamento dessas iniciativas e à sua dependência crescente de recursos provenientes das grandes plataformas de tecnologia (Lelo, 2022).

O anúncio da Meta, no início de 2025, de que encerraria seu programa de parceria com verificadores de fatos nos Estados Unidos (Cunha, 2025) — uma decisão tomada num contexto de reorientação política da empresa sob influência do novo ciclo estabelecido pelo atual mandato de Donald Trump —, lançou uma sombra de incerteza sobre o futuro dessas parcerias em escala global. Para as iniciativas latino-americanas, historicamente dependentes de aportes do Google, da Meta e de outras *big techs*, a possibilidade de extensão desse movimento à região representa uma ameaça concreta à continuidade operacional de parte do setor.

É nesse quadro de expansão, consolidação e vulnerabilidade que este capítulo se insere. Partindo dos resultados de investigações anteriores sobre iniciativas de *fact-checking* na América Latina, o

texto busca oferecer uma análise integrada do campo, articulando três dimensões fundamentais: a compreensão teórica do *fact-checking* como resposta do jornalismo à desinformação e como estratégia de revalorização do *ethos* profissional; e o mapeamento das iniciativas existentes na região, com atenção especial às diferenças entre projetos independentes e vinculados a grupos midiáticos. O objetivo central é contribuir para a compreensão de um fenômeno que redefine as fronteiras do jornalismo contemporâneo na região, destacando os valores históricos da profissão e um ecossistema informacional em permanente transformação.

O *fact-checking* como ferramenta de reafirmação do *ethos* jornalístico

A compreensão das iniciativas de checagem de fatos exige, antes de qualquer análise empírica, o exame do ambiente informacional que as tornou necessárias e possíveis. O cenário que se consolidou nas últimas décadas é marcado pela intensificação da chamada desordem informacional, expressão que traduz, com maior precisão conceitual, um fenômeno mais amplo e estruturado do que o termo popular *fake news* é capaz de nomear. Wardle e Derakhshan (2018) oferecem, nesse sentido, um instrumental analítico fundamental, ao proporem uma tipologia que distingue três categorias: a *misinformation*, composta por conteúdos com conexões falsas ou enganosos disseminados sem intenção deliberada de causar dano; a *disinformation*, que abrange informações fabricadas, manipuladas ou inseridas em contexto falso e propagadas de forma intencional; e a *mal-information*, constituída por conteúdos verdadeiros, como vazamentos e discursos de ódio, difundidos com o propósito explícito de prejudicar indivíduos ou grupos.

Esses conceitos evidenciam que o problema da desordem informacional não se reduz à falsidade factual: envolve estratégias

deliberadas de manipulação do debate público, processos de distorção que ocorrem nas fases de produção, circulação e edição dos conteúdos (Berger, 2017), e a apropriação crescente da linguagem e da estética jornalísticas por atores que visam conferir aparência de legitimidade a conteúdos sem base factual. É significativo notar como a noção de *fake news* também tem sido sistematicamente instrumentalizada como arma política para desacreditar a imprensa legítima, atribuindo às organizações jornalísticas o mesmo estatuto de desinformação que as próprias agências de verificação buscam combater, em estratégias políticas para desacreditar opositores, a mídia ou mesmo fomentar determinadas narrativas (Moretzsohn, 2019; Rodríguez-Pérez, 2020). Essa dinâmica revela a dimensão política da crise informacional e os riscos que ela representa para as democracias latinoamericanas, já historicamente marcadas por tensões entre elites políticas, grupos midiáticos e sociedade civil.

O jornalismo profissional, por sua vez, chega a esse cenário fragilizado por uma crise que Diniz (2018) descreve como multifacetada: colapso dos modelos econômicos focados na publicidade, deterioração dos padrões de apuração em virtude das pressões por velocidade e produtividade no ambiente digital, e erosão do pacto de credibilidade com o público. Ufarte-Ruiz, Peralta-García e Murcia-Verdú (2018) acrescentam a esse quadro a disseminação do "jornalismo de mesa" — ou "jornalismo sentado", nas palavras de Pereira (2004) —, que distancia os profissionais das fontes primárias e aprofunda a dependência de declarações oficiais, contribuindo para um modelo declaratório que autores como Roxo e Melo (2018), Palau-Sampio (2018), Agnez e Moura (2019) e Moretzsohn (2019) identificam como um dos fatores centrais da crise de credibilidade. Agnez e Moura (2019) enfatizam como as mesmas empresas jornalísticas que convivem cotidianamente com essa crise se apresentam agora como antídoto para as *fake news*, criando

projetos especiais para fazer, em síntese, o que já seria a missão histórica do jornalismo.

Logo, o surgimento das iniciativas de checagem de fatos não pode ser compreendido apenas como uma inovação de produto ou de formato jornalístico. Trata-se, em dimensão mais profunda, de uma operação de restauração simbólica, por meio da qual o campo jornalístico busca reafirmar sua autoridade epistêmica e sua utilidade social em um momento de contestação radical de ambas. Palau-Sampio (2018) ressalta essa ambivalência ao destacar o *fact-checking* como uma "nova-velha modalidade profissional": nova em sua organização sistemática e em seu modelo editorial explícito, mas fundamentalmente tributária de valores que estão na base da identidade jornalística desde sua profissionalização.

Essa operação se articula de maneira central em torno da noção de *ethos* jornalístico, conceito que, nos termos de Sodré (2008), designa a consciência atuante e objetiva de um grupo social, onde se manifesta a compreensão histórica do sentido da sua existência. No processo de profissionalização do jornalismo, esse *ethos* se consolidou em torno de valores como compromisso com a verdade, rigor na apuração, independência editorial, transparência metodológica e serviço ao interesse público. São precisamente esses valores que os projetos de verificação de fatos acionam em seus discursos de legitimação, mobilizando-os tanto para justificar sua existência quanto para demarcar uma fronteira simbólica em relação à desinformação e ao jornalismo de baixa qualidade.

Lisboa e Benetti (2015) argumentam que a credibilidade jornalística se constrói por meio de estratégias discursivas que oferecem ao público razões e evidências para crer no relato produzido: uso de fontes verificáveis, detalhamento dos fatos, transparência sobre os procedimentos de apuração e contextualização dos eventos. O relato jornalístico é sempre uma interpretação, alertam as autoras, e a verdade que ele oferece é sempre uma aproximação — o que não implica relativismo, mas

exige honestidade sobre as condições e os limites do conhecimento produzido.

É uma verdade que se consolida à medida que o leitor consegue aferir o grau de fidelidade entre o relato jornalístico e o fato em si. Para isso, o jornalismo faz uso de escolhas discursivas como a fotografia, o recurso a fontes especializadas, o detalhamento dos fatos, a explicação do tipo de abordagem e a contextualização dos eventos. Um relato jornalístico é sempre uma interpretação. Como tal, a fiabilidade aos fatos se dá em níveis ou graus de certeza, e a verdade é sempre uma aproximação (Lisboa & Benetti, 2015, p. 15-16).

É justamente nesse registro que os projetos de checagem operam quando apresentam metodologias detalhadas, escalas de classificação explícitas (verdadeiro, falso, enganoso, exagerado, não verificável, entre outros) e políticas públicas de correção e ampla divulgação dessas correções. Ao fazê-lo, não apenas verificam fatos isolados, mas constroem e exibem a infraestrutura de credibilidade que o jornalismo comercial passou a preterir a favor do imediatismo exigido para “dar o furo”. Como observam Agnez e Moura (2019) no contexto brasileiro, os checadores estão aproveitando a disseminação crescente de conteúdos falsos para reforçar o *ethos* profissional, fundamentado em princípios éticos e técnicos, visando promover uma revalorização da profissão e restaurar o pacto de confiabilidade. Em termos similares, Rodríguez-Pérez (2020) refere-se ao jornalismo de verificação como uma forma de revitalizar o papel do jornalismo como *watchdog* dos assuntos públicos, apresentando-se como campo de trabalho que responde à missão histórica da profissão.

Lelo e Pachi Filho (2021) aprofundam a análise ao examinar as estratégias discursivas das agências de checagem vinculadas a conglomerados midiáticos brasileiros, identificando um entrelaçamento entre valores de credibilidade e verdade próprios do *ethos* profissional e os interesses de reposicionamento competitivo das empresas. Os autores argumentam que, ao empreender esforços na criação de agências de *fact-checking*, os conglomerados midiáticos buscam reivindicar para si a autoridade para elaborar discursos sobre as informações em circulação na sociedade, ao mesmo tempo em que esse recurso funciona como uma forma de silenciar as próprias falhas e equívocos da imprensa.

Por terem empreendido esforços na criação das agências de *fact-checking*, os conglomerados de mídia brasileiros buscam reivindicar para si a autoridade e a credibilidade para elaborar discursos sobre as informações em circulação na sociedade. [...] O recurso à criação dessas agências é também uma forma de silenciar sobre as falhas e os equívocos da imprensa, instaurando um ritual discursivo que visa a produzir a completude de sentidos para a verdade (Lelo & Pachi Filho, 2021, p. 535).

Moretzsohn (2019) problematiza os próprios fundamentos epistemológicos do *fact-checking*, questionando a viabilidade de uma verificação que isola declarações de seu contexto e reduz a complexidade dos sentidos possíveis de uma narrativa a uma categorização binária entre verdadeiro e falso. A autora aponta que subjaz à proposta do combate às *fake news* a ideia de que as pessoas precisam de informação confiável para se orientar, o que pressupõe uma concepção de verdade que as epistemologias pós-modernas já

colocaram em xeque. Esse debate epistemológico, que Rodríguez-Pérez (2020) também enfrenta ao discutir os dilemas do *fact-checking journalism* ibero-americano, não invalida a atividade, mas interpela os pesquisadores a analisá-la com olhar crítico, distinguindo aquilo que ela efetivamente realiza daquilo que promete realizar.

O *fact-checking* na América Latina e a questão da sustentabilidade financeira

O crescimento de iniciativas independentes — aquelas não vinculadas a grupos midiáticos tradicionais — é um traço marcante do ecossistema latino-americano de verificação. Na América do Sul, segundo o monitoramento do *Duke Reporters' Lab* (2024), a maioria dos projetos mapeados se caracterizava como independente, ligada a iniciativas acadêmicas ou de organizações não governamentais. Palau-Sempio (2018) enquadra esse fenômeno em um contexto mais amplo, argumentando que projetos midiáticos sem fins lucrativos ou subsidiados por fundações internacionais constituem uma alternativa necessária em um cenário latino-americano em que persiste um modelo hegemônico de exploração comercial dos meios, “de orientação clientelista e patrimonialista” (Waisbord, 2009). A independência dessas iniciativas em relação aos grupos midiáticos tradicionais é, ao mesmo tempo, sua principal virtude (em termos de autonomia editorial e compromisso com a missão pública) e sua principal fragilidade, na medida em que as deixa mais expostas aos riscos da instabilidade financeira.

A sustentabilidade econômica dos projetos de *fact-checking* constitui, nesse sentido, uma dimensão crítica. Como observa Lelo (2022), a questão é abordada de forma superficial em grande parte da literatura, a despeito de sua centralidade para a sobrevivência das iniciativas. O autor identifica que as agências independentes brasileiras dependem de modelos de financiamento híbridos, que

combinam parcerias com plataformas de tecnologia, apoio de organizações internacionais e serviços comerciais de verificação.

A pesquisa *Punto de Inflexión* (SembraMedia, 2021), realizada com líderes de organizações de mídia digital em doze países da América Latina, do Sudeste Asiático e da África, indica que as principais fontes de receita desses meios são as subvenções de fundações privadas e organizações filantrópicas, seguidas pela criação de conteúdo para clientes externos ao setor de mídia e por diferentes modalidades de publicidade e conteúdo patrocinado. O relatório sublinha ainda que iniciativas com maior diversificação de fontes de receita apresentam maior resiliência e autonomia.

O problema da dependência em relação às grandes plataformas tecnológicas merece atenção especial. Como argumentam Lelo e Pachi Filho (2021) e Lelo (2022), as *big techs* passaram a apoiar projetos de checagem de fatos menos por razões estritamente éticas e mais como estratégia para desviar acusações de monopólio e como resposta às pressões regulatórias crescentes em diferentes jurisdições. Smyrnaio e Rebillard (2019) descrevem como essas plataformas redefiniram o ecossistema informacional a partir de sua lógica algorítmica e Lelo (2022) destaca como, ao se tornarem os principais financiadores das agências de verificação, passaram também a influenciar as políticas editoriais dessas organizações, induzindo o que denomina "virada para o desmentido": uma tendência a priorizar a correção de conteúdos virais nas redes sociais em detrimento da verificação de declarações de autoridades políticas, tendência também observada por Mahl et al. (2026). Essa deformação, mesmo quando sutil, compromete o potencial do *fact-checking* como instrumento de *accountability* democrática.

A alta taxa de falência das iniciativas de verificação e de nativos digitais em geral é um indicador das dificuldades de sustentabilidade do setor. Silveira e Ramos (2022), ao analisarem sete iniciativas jornalísticas digitais nativas no Brasil, reiteram que a

sustentabilidade financeira plena ainda é um desafio, sendo raros os casos em que há equilíbrio entre receita, independência editorial e impacto jornalístico. Muitas iniciativas sobrevivem à base de editais pontuais ou parcerias instáveis, o que gera insegurança operacional e risco permanente de descontinuidade.

Logo, abordamos a questão da sustentabilidade financeira das iniciativas de checagem de fatos de maneira contextualizadora: situamos o leitor diante das tensões estruturais que conformam o cenário informacional contemporâneo na América Latina e que condicionam, de modo direto, as possibilidades de consolidação e independência dos projetos de verificação na região. Em Figueira et al. (2025) aprofundamos ainda mais esta análise, mergulhando na diversificação de produtos e serviços como estratégia de resiliência econômica, e as implicações editoriais da dependência em relação às plataformas tecnológicas. Aqui, embora seja discorrida esta questão, privilegiamos a discussão acerca da maneira como o *fact-checking* se constitui como prática de revalorização do *ethos* jornalístico e como resposta simbólica e operacional à desordem informacional que caracteriza o ambiente midiático latino-americano.

Além disso, esse trabalho dialoga com a noção da "cultura do *fact-checking*", definida por Mahl et al. (2026) como o conjunto coletivo de práticas e normas que os verificadores de fatos utilizam, consciente ou inconscientemente, para garantir a veracidade das informações no domínio público. Essa cultura é moldada pelas lógicas organizacionais nas quais os profissionais operam e foca nos mecanismos de "criar e garantir conhecimento" no processo de distinguir verdades de falsidades. A proposta é compreender a checagem de fatos não apenas como uma técnica jornalística, mas como um conjunto de práticas, valores, rotinas e modelos organizacionais compartilhados por diferentes iniciativas de verificação.

Mahl et al. (2026) realizaram uma análise comparativa entre Brasil e Alemanha e demonstraram que o *fact-checking* consolidou-se internacionalmente como um movimento relativamente institucionalizado, marcado por metodologias semelhantes, protocolos de transparência e formas padronizadas de apresentação das checagens. Ao mesmo tempo, essas práticas sofrem adaptações conforme os contextos políticos, culturais e midiáticos de cada país, resultando em diferentes “culturas de *fact-checking*”. Nossa contribuição, então, volta-se às diversas iniciativas implementadas em países da América Latina.

Procedimentos metodológicos

Apresentamos neste capítulo os resultados do projeto de pesquisa vinculado à Faculdade de Informação e Comunicação, da Universidade Federal de Goiás (FIC/UFG), que buscou observar iniciativas de *fact-checking* na América Latina. Partimos do monitoramento elaborado pelo *Duke Reporter's Lab*, no qual constavam, em fevereiro de 2025, 38 projetos ativos na América do Sul e 7 na América Central.

Desse total, 5 iniciativas se referiam à *AFP Factual* (em países de língua espanhola) e uma à *AFP Checamos* (Brasil) — todas que fazem parte de um mesmo projeto da *Agência France Press*; neste caso, tratamos como uma única ação. Além disso, excluímos da análise iniciativas que tinham acesso restrito a assinantes ou que não possuíam páginas de apresentação ativas. Desse modo, foram analisados no total 36 projetos de checagem de fatos em toda a América Latina. A primeira fase da coleta ocorreu entre março e abril de 2025, com os projetos dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Peru. A segunda fase se deu entre janeiro e fevereiro de 2026, com as iniciativas da Colômbia, da Costa Rica, de Cuba, do Equador, da Guatemala, do México e da Venezuela.

Diferenciamos os checadores associados a veículos de mídia de iniciativas independentes, listados na Tabela 1, a seguir. Por

compreender que a dinâmica empresarial se dá de formas diferentes, a análise deste trabalho foi realizada a partir da distinção entre os dois modelos de negócios.

Tabela 1. Projetos latino-americanos de *fact-checking* analisados

Nome	País	Ano de fundação	Vinculação
Chequeado	Argentina	2010	Independente
Bolívia Verifica	Bolívia	2019	Independente
Chequea Bolívia	Bolívia	2019	Independente
Agência Lupa	Brasil	2015	Independente
Aos Fatos	Brasil	2015	Independente
Boatos	Brasil	2013	Independente
COAR	Brasil	2020	Independente
E-farsas	Brasil	2002	Independente
Comprova	Brasil	2018	Grupo de mídia
Estadão Verifica	Brasil	2018	Grupo de mídia
Fato ou Fake	Brasil	2018	Grupo de mídia
UOL Confere	Brasil	2017	Grupo de mídia

AFP Factual (Chile)	Chile	2017	Grupo de mídia
BioBioChile Notas Fakenews	Chile	2009	Grupo de mídia
Cazadores de Fake News	Chile	2019	Independente
Observatorio de Datos del Periodismo y la Comunicación	Chile	2017	Outro
FastCheckCL	Chile	2019	Independente
Mala Espina Check	Chile	2019	Independente
FactCheckingCL	Chile	2013	Outro
Meganoticias' Noticias falsas	Chile	2019	Grupo de mídia
Comprueba	Peru	2019	Independente
Convoca Verifica	Peru	2020	Grupo de mídia
Verificador	Peru	2019	Grupo de mídia
Ojo Biónico	Peru	2015	Independente
ColombiaCheck	Colômbia	2018	Independente
Detector de mentiras ("Lie Detector")	Colômbia	2009	Independente
RedCheck	Colômbia	2019	Outro

Double Check	Costa Rica	2018	Outro
e!TOQUE DeFacto	Cuba	2021	Grupo de mídia
Ecuador Chequea	Equador	2016	Independente
Equador Verifica	Equador	2021	Grupo de mídia
Fáctica	Guatemala	2019	Independente
El Sabueso ("The Bloodhound")	México	2015	Grupo de mídia
Verificador	México	2019	Independente
Efecto Cocuyo (Efeito Vagalume)	Venezuela	2015	Independente
Cotejo.info	Venezuela	2016	Independente

Fonte: elaboração das autoras.

Para levantamento dos dados, utilizamos a observação sistemática à distância (Gil, 2008; Machado & Palácios, 2007), que consistiu no acesso às páginas dos projetos na internet. A partir das verificações das seções "Quem Somos?", "Metodologia", "Financiamento" e similares, aplicamos um instrumento de coleta, cujas informações foram organizadas em planilha, para levantamento dos seguintes dados: nome do projeto, site, país, ano de fundação, vinculação (se independentes ou ligados a grupos de mídia), formas de financiamento, tipos de checagem, selos empregados, produtos oferecidos (fontes de receita), uso de IA (declarado), interface de navegação pelo site, canais de distribuição dos conteúdos e alcance (seguidores em redes sociais).

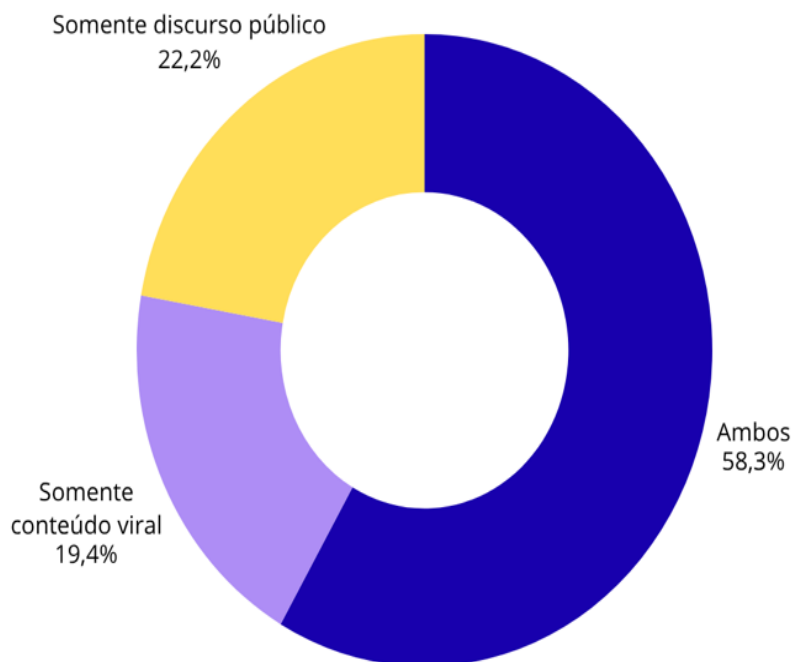
Numa segunda etapa, de abordagem qualitativa, identificamos *slogans* empregados e organizamos os discursos de apresentação desses projetos em dois blocos: sentidos atribuídos à desinformação e ao *fact-checking*, e valorização do *ethos* jornalístico. Todo o tratamento foi feito de forma manual e analítica, com o objetivo de apresentar um panorama exploratório e descritivo dos modelos para verificação de fatos que contribuem para uma “cultura do *fact-checking*” na América Latina.

Análise dos dados e discussão

A coleta de dados diversificada permitiu construir um retrato abrangente do cenário atual do *fact-checking* na América Latina. Assim, foi possível perceber que o contexto latino-americano replicou o movimento global de aumento expressivo no número de checadores a partir de 2018. No caso dos veículos analisados, apenas 16 dos 36 surgiram até 2017, representando um aumento de 125% no número de iniciativas de checagem de fatos desde então.

O tipo de checagem realizada por cada veículo também foi analisado nesta pesquisa, uma vez que conteúdos virais e discursos públicos costumam apresentar metodologias diferentes de verificação. Ainda assim, a maioria dos checadores (58,3%) não limita suas checagens exclusivamente a uma das categorias.

Gráfico 1. Tipos de checagem realizados pelos checadores latino-americanos



Fonte: elaboração das autoras.

Outro ponto relevante de análise é a modalidade de origem de cada checador, que é, possivelmente, o ponto mais determinante para definir as características do veículo, uma vez que possui uma implicação direta no modelo de negócios, e, por consequência, em aspectos diversos como: transparência quanto ao financiamento, fontes de receita, oferta de produtos e alcance. Foram diferenciados, então, os checadores independentes dos vinculados a grupos de mídia, bem como dos que não se enquadram em nenhuma das duas categorias.

No cenário latino-americano existe a predominância do modelo independente de checagem de fatos, com 20 checadores nessa categoria, 12 vinculados a grupos de mídia e 4 classificados como “outros”, que incluem 3 vinculados a universidades (*Double Check*, *Observatorio de Datos del Periodismo y la Comunicación* e *FactCheckingCL*) e a *RedCheq*, da Colômbia, que é resultado de uma coalizão entre veículos de comunicação, universidades e sociedade civil.

Observou-se que, na amostra, 65% dos veículos independentes e 50% vinculados a grupos midiáticos explicitaram suas fontes de receita, o que indica uma tendência dos checadores independentes de serem mais transparentes quanto ao financiamento de suas atividades. Isso se dá, possivelmente, porque eles tendem a ser mais subsidiados por programas de incentivo ao *fact-checking* (como o do *Meta Journalism Project*³), que têm a transparência financeira como critério de elegibilidade. Além disso, fazer com que as fontes de arrecadação sejam públicas é um requisito para a obtenção de certificações como a da *International Fact-Checking Network* (IFCN)⁴, que promove mais credibilidade para a instituição e gera maior *accountability* com o público leitor e com doadores.

Os veículos ligados a grupos midiáticos recebem verba de suas empresas controladoras, mas, em alguns casos, buscam formas de arrecadação complementares. No entanto, essa arrecadação tende a ser mais homogênea, visto que todos os 5 veículos que disponibilizam informações sobre faturamento recebem subvenções e apenas um (*BioBioChile*) afirma receber verba de publicidade. Vale

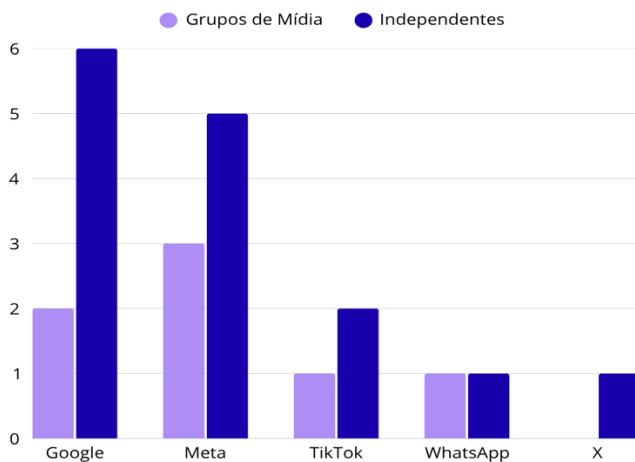
³ Os critérios da Meta para os programas de financiamento estão disponíveis em: <https://transparency.meta.com/features/how-fact-checking-works>. Acesso em 27 maio. 2026.

⁴ Requisitos para a certificação estão disponíveis em: <https://ifncodeofprinciples.poynter.org/the-commitments>. Acesso em 27 maio. 2026.

ressaltar que grande parte dos apoiadores mencionados foi de empresas de tecnologia, que fizeram parte da receita de 3 veículos (com 3 menções à Meta, 2 ao Google e uma ao Tiktok e ao WhatsApp).

As iniciativas independentes, por outro lado, dependem da diversificação de receita como forma de garantir a sustentabilidade financeira. A análise do SembraMedia (2021) pontuou que o número ideal de fontes de renda gira em torno de dois e seis, e apenas 2 dos 14 checadores com dados de financiamento público estão fora deste intervalo. A subvenção é o método de arrecadação mais utilizado, aparecendo em 10 dos veículos, seguida de doações e programas de membros (aqui agrupados numa mesma categoria), com 6 incidências, e publicidade, com 4 incidências. Mais uma vez, há uma recorrência de *big techs* entre os financiadores dos projetos: 6 menções ao Google, 5 à Meta, 2 ao TikTok, 1 ao WhatsApp e 1 ao X (antigo Twitter).

Gráfico 2. Projetos de checagem que declaram financiamento ligado a *big tech*



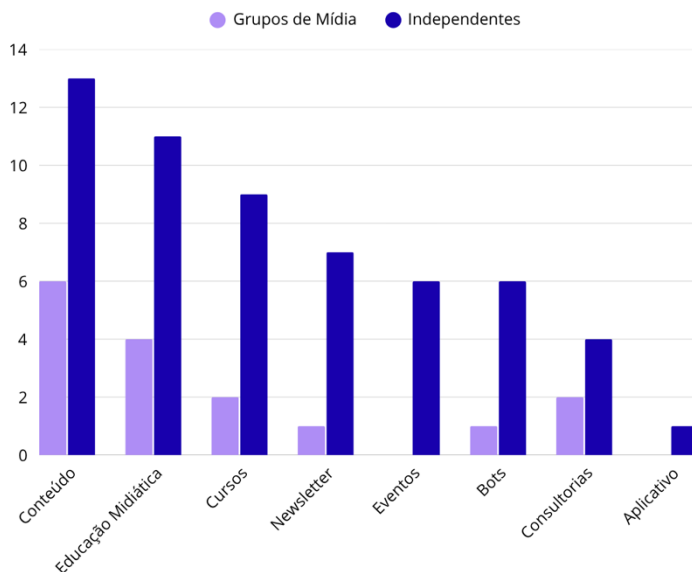
Fonte: elaboração das autoras.

Também foi analisada a oferta de produtos além da checagem de fatos pelos checadores. Parte do que leva o *fact-checking* a ser um fenômeno com particularidades que fogem ao jornalismo tradicional é o reposicionamento do trabalho jornalístico a partir de um novo pacto de credibilidade, e isso pode ser observado pelo papel desempenhado por esses produtos alternativos no ecossistema da verificação de fatos. Apesar de terem sido criados como uma forma de diversificação de renda, produtos tecnológicos (como *bots*, *newsletters* e aplicativos) fazem uma tentativa de adaptação do jornalismo ao meio digital, enquanto os serviços (como cursos, consultorias e programas de educação midiática) demonstram a responsabilidade social do jornalismo na construção de uma cidadania informada e ajudam a consolidar o público leitor.

De todos os 36 checadores da amostra, apenas 10 (ou 27,7%) não possuem nenhum produto alternativo. Os veículos independentes demonstraram, no geral, uma diversidade maior de produtos, sendo que o mais observado foi a produção de conteúdo, com 13 incidências, seguido de programas de educação midiática, com 11, oferta de cursos, com 9 incidências, e *newsletters*, com 7. Em seguida, a organização de eventos e a disponibilização de bots empatam com 6 ocorrências, e, com 4 ocorrências, observamos a oferta de consultorias. Apenas um projeto (*Comprova*) ofertava um aplicativo próprio.

Nos checadores vinculados a grupos de mídia, as maiores incidências também foram de produção de conteúdo (6) e de programas de educação midiática (4). Os cursos e consultorias empataram com 2 incidências, enquanto as *newsletters* e *bots* apresentaram uma ocorrência cada. Eventos e aplicativos não foram observados nessa modalidade.

Gráfico 3. Produtos e serviços oferecidos pelos checadores latino-americanos



Fonte: elaboração das autoras.

O sistema de gradação da veracidade adotado por diversas agências de *fact-checking* tem como uma de suas principais referências o modelo desenvolvido pelo *PolitiFact*, nos Estados Unidos. A iniciativa popularizou o uso do *Truth-O-Meter*, um “termômetro da verdade” que classifica declarações públicas em diferentes níveis de precisão e veracidade. O modelo rompeu com a lógica binária tradicional do verdadeiro/falso e passou a influenciar projetos de checagem em diferentes países, especialmente na América Latina, consolidando o uso de selos visuais e categorias graduais como parte da metodologia contemporânea de verificação jornalística, ampliando a transparência metodológica das verificações (Amado & Waisbord, 2025; Mahl et al., 2026).

No nosso estudo, ao todo, foram identificados 58 tipos de selos, todos voltados à classificação de conteúdos quanto à sua

veracidade, grau de precisão ou potencial de desinformação. Em média, cada iniciativa utilizava 6 categorias distintas, ajustadas aos tipos de conteúdo e às especificidades editoriais de cada projeto. Entre os selos mais recorrentes, destacam-se:

Falso: presente em quase todos os veículos analisados, constitui a categoria fundamental para identificar conteúdos desinformativos.

Verdadeiro: também amplamente utilizado, aparecendo, em alguns casos, com variações linguísticas como *Cierto* ou *Real*.

Enganoso / Engañoso: empregado para conteúdos que apresentam informações factuais, mas induzem ao erro devido à forma de apresentação, omissão de dados ou enquadramento inadequado.

Impreciso / Não é bem assim / Falta contexto: categorias utilizadas para conteúdos que não são integralmente falsos, mas carecem de precisão ou de contextualização adequada para correta compreensão.

Exagerado: utilizado por iniciativas como Agência Lupa, Chequeado, Estadão Verifica, UOL Confere e Efecto Cocuyo para classificar declarações ou conteúdos que extrapolam os dados disponíveis.

Não verificável / Insustentável / Incompleto: categorias aplicadas quando não existem evidências suficientes para confirmar ou refutar determinada afirmação.

Entre os projetos analisados, destaca-se o brasileiro *Coar*, sediado no estado do Piauí, por utilizar expressões regionais e informais como estratégia de aproximação com o público e de valorização da linguagem local. Seus selos incluem: “Que nem”, empregado para conteúdos com caráter impositivo; “Se faz”, para mentiras; “Divera”, para conteúdos verdadeiros; “Lengua-Lengua”, para conteúdos imprecisos; “Desoobro”, para conteúdos enganosos; e “Do tempo do ronca”, para informações fora de contexto. As expressões são inspiradas em regionalismos e reforçam uma proposta de comunicação mais acessível e identitária.

Além disso, iniciativas como *Ecuador Chequea*, *Ecuador Verifica* e *El Sabueso* utilizam categorias tradicionais de checagem, mas incluem também o selo “Sátira”, destinado à identificação de conteúdos humorísticos ou irônicos que recorrem ao exagero ou à ridicularização de eventos, personagens ou temas políticos, religiosos e sociais.

Os verificadores que adotam classificações específicas para manipulação visual diferenciam-se pela criação de categorias voltadas à descrição técnica da falsificação. A agência *Chequea Bolivia* é a única a utilizar explicitamente o termo “Fotomontagem” entre suas classificações. Já a *AFP Factual* emprega o selo “Foto manipulada” e dispõe ainda de categorias específicas para outros formatos, como “Vídeo Manipulado” e “Deepfake”. Outros veículos utilizam nomenclaturas semelhantes, como *El Sabueso*, que adota o selo “Manipulado”, e *Ecuador Verifica*, que utiliza a categoria “Alterado”. O *Observatorio de Datos del Periodismo y la Comunicación*, por sua vez, emprega o selo “Corresponde a outro contexto”, frequentemente associado ao uso enganoso de imagens reais fora de seu contexto original.

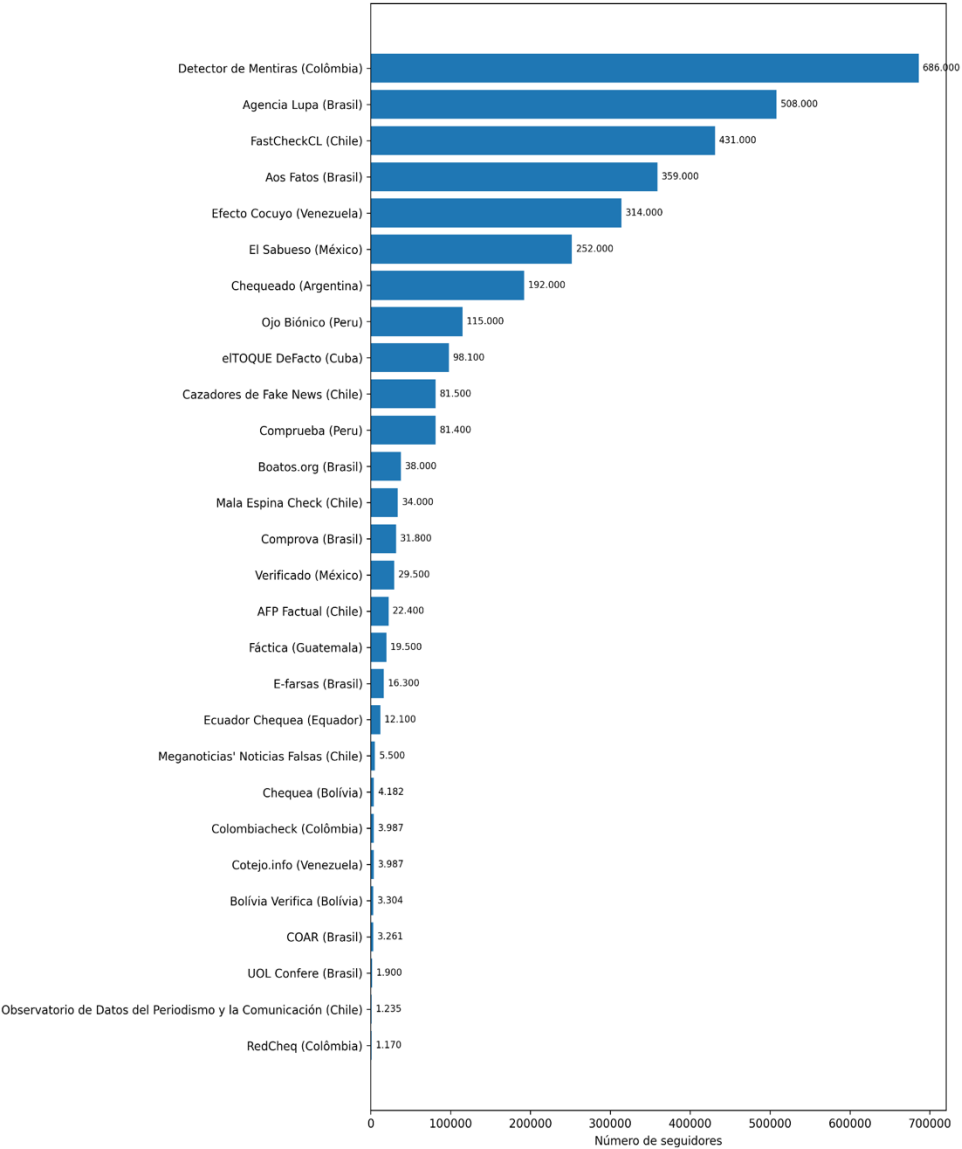
Embora iniciativas brasileiras como *Agência Lupa*, *Aos Fatos* e *Estadão Verifica* também realizem verificações de imagens e vídeos, essas organizações tendem a enquadrar tais conteúdos em

categorias mais amplas, como “Falso” ou “Falta Contexto”, sem necessariamente explicitar o tipo de manipulação visual identificada.

No esforço de compreender de modo mais amplo os modelos adotados pela checagem de fatos na América Latina, observamos também as formas de distribuição dos conteúdos checados para além dos sites institucionais dos projetos e analisamos seu potencial de alcance. Para isso, foi realizado, em 27 de maio de 2026, um levantamento das plataformas digitais utilizadas pelas iniciativas latino-americanas de *fact-checking*. Entre os 37 projetos analisados, o Instagram destacou-se como a rede social mais utilizada, presente em 28 deles, seguido pelo X (Twitter), adotado por 27 projetos. O Facebook permanece relevante no ecossistema de distribuição dessas organizações, sendo utilizado por 26 iniciativas. Além das redes sociais, verificou-se também a incorporação de plataformas de comunicação mais diretas e segmentadas: 18 checadores mantêm canais no WhatsApp, enquanto cinco utilizam aplicativos de áudio como estratégia complementar de circulação de conteúdos e aproximação com os públicos. Os dados evidenciam a diversificação das estratégias de distribuição adotadas pelas iniciativas de checagem na América Latina, indicando um esforço de ampliação do alcance e adaptação às dinâmicas contemporâneas de consumo informacional.

Sendo o Instagram a plataforma mais recorrente, o gráfico organiza o número de seguidores por projeto e país, facilitando uma visualização sobre esse potencial alcance:

Gráfico 4. Seguidores no Instagram de iniciativas latinoamericanas de *fact-checking*



Fonte: elaboração das autoras, com coleta de dados realizada em 27/05/2026.

Para além dos dados quantitativos, a análise qualitativa das apresentações institucionais dos projetos de checagem de fatos revela um esforço recorrente de legitimação pública do *fact-checking* como prática vinculada ao jornalismo profissional, à defesa da democracia e ao enfrentamento da desinformação. Os discursos institucionais observados extrapolam a mera descrição metodológica das iniciativas e assumem um caráter normativo, no qual a checagem aparece como instrumento de proteção do debate público e de fortalecimento da cidadania informacional.

Em diversos casos, a desinformação é apresentada como ameaça direta à democracia e aos direitos civis. O projeto venezuelano *Cazadores de Fake News*, por exemplo, define-se como uma iniciativa criada para “analizar colaborativamente desinformación y propaganda difundida en Venezuela y Latinoamérica”, articulando cidadãos para enfrentar “el fenómeno de la desinformación y promover los derechos digitales, la libertad de expresión y la libertad de prensa en Latinoamérica.” A formulação evidencia que o combate à desinformação é compreendido não apenas como atividade técnica de verificação, mas como prática política de defesa de valores democráticos fundamentais. De modo semelhante, o projeto *Chequea Bolivia* afirma que a circulação de falsidades em redes sociais, especialmente em contextos eleitorais, “afecta la vida cotidiana de la ciudadanía y, sin duda, son una amenaza para la consolidación del sistema democrático”, destacando a necessidade de desestimular o compartilhamento desse tipo de conteúdo.

Outras iniciativas também enfatizam a dimensão cidadã e pedagógica da checagem. O projeto chileno *Mala Espina* afirma explicitamente que “el fact-checking no es censura: es una herramienta que empodera ciudadanos”, buscando responder a críticas frequentemente direcionadas às agências de verificação e reposicionando a prática como mecanismo de ampliação da

autonomia informacional do público. Em perspectiva semelhante, o projeto peruano *Comprueba* utiliza a metáfora sanitária ao definir-se como “nuestro remédio contra la epidemia de desinformación”, incorporando ao discurso institucional a ideia de que a circulação de conteúdos falsos representa um problema coletivo com impactos sociais amplos.

No caso brasileiro, observa-se a presença recorrente de discursos associados ao fortalecimento do debate público e à responsabilização política. A iniciativa *Aos Fatos* afirma possuir como compromisso central “aumentar o custo da mentira na política”, indicando uma concepção de *fact-checking* orientada pela *accountability* pública. Esse foi o espírito também que moveu o pioneiro *Chaquedo*, da Argentina, desde a sua fundação.

Movimento similar pode ser percebido mesmo em projetos vinculados a grandes conglomerados de mídia, como *Estadão Verifica*, *UOL Confere e Fato ou Fake*, nos quais valores como transparência, apartidarismo e rigor metodológico aparecem de maneira sistemática como elementos de legitimação editorial.

A recorrência de expressões como “interesse público”, “debate público”, “democracia”, “transparência” e “apartidarismo” sugere que os projetos latino-americanos de checagem de fatos buscam construir um *ethos* de credibilidade fortemente associado às tradições normativas do jornalismo. Essa aproximação torna-se ainda mais evidente quando se observa que 24 dos 36 projetos analisados fazem referência explícita ao profissionalismo jornalístico em seus espaços de apresentação institucional. Termos como “jornalistas”, “jornalismo”, “periodismo”, “rigor jornalístico” e “profissionais do jornalismo” aparecem como marcas discursivas recorrentes utilizadas para legitimar metodologias de verificação e sustentar a autoridade epistêmica dessas iniciativas.

Tal movimento revela que, em um contexto marcado pela crise de confiança nas instituições informacionais e pela plataformização da circulação dos conteúdos, os projetos de

checagem de fatos latino-americanos não operam apenas como mecanismos técnicos de verificação, mas também como espaços de reafirmação simbólica do jornalismo enquanto mediador legítimo da verdade pública. Dessa forma, a cultura de *fact-checking* na região articula simultaneamente práticas de verificação, discursos de autoridade profissional e valores democráticos, reforçando a centralidade do jornalismo como referência de credibilidade no ambiente digital contemporâneo.

Considerações finais

A expansão das iniciativas de *fact-checking* na América Latina evidencia não apenas a consolidação de um novo segmento do ecossistema jornalístico, mas também a emergência de formas específicas de resposta às transformações estruturais provocadas pela plataformização da comunicação e pela intensificação da desordem informacional. Os dados apresentados ao longo deste capítulo demonstram que o crescimento desses projetos, particularmente após 2018, não ocorreu de maneira isolada ou espontânea: ele está profundamente relacionado à crise contemporânea do jornalismo, à circulação massiva de conteúdos enganosos em ambientes digitais e à necessidade de reconstrução de vínculos de credibilidade entre imprensa e sociedade.

Nesse cenário, o *fact-checking* latino-americano revela-se menos como ruptura e mais como reconfiguração das funções historicamente atribuídas ao jornalismo. As iniciativas analisadas retomam princípios clássicos da profissão — rigor de apuração, transparência metodológica, interesse público e compromisso democrático — e os transformam em elementos centrais de legitimação institucional. Em diálogo com Sodré (2008), é possível afirmar que os projetos de checagem operam como espaços de reafirmação do *ethos* jornalístico em um momento de forte instabilidade simbólica da autoridade informativa. Não por acaso, a recorrência explícita de referências ao jornalismo profissional em 24

dos 36 projetos analisados indica um movimento consciente de reconstrução da autoridade epistêmica da profissão.

Ao mesmo tempo, os resultados sugerem que essa revalorização do *ethos* jornalístico ocorre em condições marcadas por ambivalências estruturais. Embora os discursos institucionais enfatizem independência, transparência e defesa da democracia, a sustentabilidade financeira das iniciativas permanece fortemente condicionada às dinâmicas da economia de plataformas. A presença recorrente de empresas como Meta e Google entre os financiadores dos projetos evidencia que parte significativa da infraestrutura contemporânea de combate à desinformação depende justamente das corporações que organizaram e lucraram com o modelo algorítmico responsável pela amplificação da circulação desinformativa. Essa contradição reforça as observações de Lelo (2022) sobre a vulnerabilidade econômica do setor e sobre os impactos editoriais da dependência em relação às *big techs*.

Os dados também permitem observar que a cultura de *fact-checking* latino-americana, nos termos propostos por Mahl et al. (2026), apresenta características simultaneamente globais e locais. Por um lado, há forte padronização metodológica, perceptível no uso recorrente de escalas graduais de veracidade, protocolos de transparência, políticas públicas de correção e estratégias multiplataforma de circulação dos conteúdos. Por outro lado, a região desenvolveu características próprias, fortemente associadas às crises políticas, à polarização e ao crescimento da desinformação em redes sociais e aplicativos de mensagens. Diferentemente do modelo estadunidense, originalmente centrado na checagem do discurso político-eleitoral, as iniciativas latino-americanas passaram a atuar também em temas relacionados à saúde, ciência, segurança pública e conteúdos virais, ampliando o escopo tradicional do *fact-checking*.

Além disso, observa-se uma forte dimensão pedagógica nessas iniciativas, que frequentemente recorrem à linguagem

simplificada, selos visuais, conteúdos explicativos e programas de educação midiática como estratégias de alfabetização informacional e aproximação com o público. Os próprios sistemas de classificação utilizados pelos projetos evidenciam essa tentativa de tornar os processos de verificação mais transparentes e acessíveis. Em alguns casos, as adaptações assumem contornos culturais e regionais específicos, como demonstra o uso de expressões populares e regionalismos pelo *Coar*, no Brasil, indicando esforços de aproximação identitária com audiências locais.

Outro aspecto relevante é a dimensão colaborativa e transnacional assumida pelo *fact-checking* latino-americano. Projetos como o *Latam Chequea*, *RedCheq* e *Comprova* evidenciam a formação de redes regionais de cooperação voltadas ao compartilhamento metodológico, à circulação de experiências e à padronização de critérios de verificação. Essas articulações revelam que a cultura regional de *fact-checking* não se constrói apenas no interior das redações ou organizações individuais, mas também por meio de circuitos colaborativos que atravessam fronteiras nacionais e consolidam práticas compartilhadas de legitimação e autoridade.

Nesse sentido, a cultura da checagem de fatos latino-americana configura-se como um modelo híbrido, que combina padrões internacionais de verificação com estratégias locais de comunicação, legitimação pública e fortalecimento do vínculo com diferentes audiências. Mais do que uma simples técnica jornalística, o *fact-checking* emerge, na região, como prática discursiva e institucional de reconstrução da confiança pública em um ambiente marcado pela fragmentação informacional e pela contestação permanente da autoridade jornalística.

Entretanto, permanece em aberto um conjunto de questões que tensionam o futuro do setor. A alta dependência de financiamento externo, a instabilidade dos modelos de receita e as mudanças recentes nas políticas das plataformas digitais indicam que a consolidação dessas iniciativas ainda está longe de ser

garantida. Soma-se a isso o desafio epistemológico apontado por autores como Moretzsohn (2019): a impossibilidade de reduzir integralmente a complexidade do debate público a classificações de verdadeiro e falso sem considerar disputas de contexto, enquadramento e interpretação.

Dessa forma, compreender o *fact-checking* latino-americano exige reconhecer simultaneamente suas potencialidades e seus limites. As iniciativas analisadas demonstram capacidade de inovação metodológica, circulação multiplataforma e fortalecimento simbólico do jornalismo em um ambiente informacional hostil. Contudo, também evidenciam as tensões de um campo que busca reafirmar valores históricos da profissão enquanto permanece inserido econômica, tecnológica e discursivamente nas mesmas estruturas de plataformização que contribuíram para a crise contemporânea da informação.

Referências

Agnez, L. F., Figueira, I. B., Barbosa, L. L., & Sousa, M. E. A. de. (2024, novembro). Projetos de checagem de fatos na América do Sul: Do combate à desinformação à revalorização do jornalismo. In **Anais do XVII Seminário Internacional de Mídia, Cultura, Cidadania e Informação (SEMIC)**. Universidade Federal de Goiás.

Agnez, L., & Moura, D. (2019, novembro). A checagem de fatos e o reposicionamento do jornalismo no contexto da desordem informacional. In **Anais do 17º Encontro da Associação Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo**. Universidade Federal de Goiás.

Amado Suárez, A., & Waisbord, S. (2025). Faith in fact-checking: A critical review of the global fact-checking movement. **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**.

Berger, G. (2017). **Fake news and the future of professional and ethical journalism.** UNESCO.
https://en.unesco.org/sites/default/files/fake_news_berger.pdf.

Cunha, R. (2025, janeiro 7). Meta anuncia que encerrará seu programa de fact-checking nos EUA. **O Globo**.
<https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2025/01/07/meta-anuncia-que-encerrara-seu-programa-de-fact-checking-nos-eua.ghtml>.

Diniz, A. (2018). Fact-checking no ecossistema jornalístico digital: Práticas, possibilidades e legitimação. **Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**, 5, 23–37.

Figueira, I. B., Barbosa, L. L., Arruda, M. E., & Agnez, L. F. (2025). Checagem de fatos na América do Sul: Financiamento e diversificação de produtos para um jornalismo reconfigurado. **Iniciacom: Revista Brasileira de Iniciação Científica em Comunicação Social**, 14, 96–109.

Lelo, T. (2022). The rise of the Brazilian fact-checking movement: Between economic sustainability and editorial independence. **Journalism Studies**, 23(9).

Lelo, T., & Pachi Filho, F. (2021). Credibilidade em disputa no jornalismo digital: Estratégias discursivas das agências de fact-checking brasileiras vinculadas aos conglomerados de mídia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, 27(2).

Lisboa, S., & Benetti, M. (2015). O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**, 11(2).

Mahl, D., Zeng, J., Schäfer, M. S., Egert, F. A., & Oliveira, T. (2026). "We follow the disinformation": Conceptualizing and analyzing fact-checking cultures across countries. **The International Journal of Press/Politics**, 31(2), 264–290. <https://doi.org/10.1177/19401612241270004>.

Moretzsohn, S. (2019). O joio, o trigo, os filtros e as bolhas: Uma discussão sobre fake news, jornalismo, credibilidade e afetos no tempo das redes. **Brazilian Journalism Research**, 15(3).

Palau-Sampio, D. (2018). Fact-checking and scrutiny of power: Supervision of public discourses in new media platforms from Latin America. **Communication & Society**, 31(3), 347–365. <https://doi.org/10.15581/003.31.3.347-365>.

Pereira, F. H. (2004). O "jornalista sentado" e a produção da notícia on-line no CorreioWeb. **Em Questão**, 10(1), 95–108.

Poell, T., Nieborg, D., & Van Dijck, J. (2020). Plataformização. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, 22(1), 2–10. <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>.

Rodríguez-Pérez, C. R. (2020). Una reflexión sobre la epistemología del fact-checking journalism: Retos y dilemas. **Revista de Comunicación**, 19(1).

Roxo, M., & Melo, S. (2018). Hiperjornalismo: Uma visada sobre fake news a partir da autoridade jornalística. **Revista Famecos**, 25(3).

SembraMedia. (2021). **Pesquisa Punto de Inflexión 2021**. <https://data2021.sembramedia.org/pt-br/reportes/capitulo-3-construcao-de-modelos-de-negocios/>

Silveira, S., & Ramos, A. (2022). Sustentabilidade de arranjos jornalísticos empreendedores no Brasil: Um estudo de sete nativos digitais. **Brazilian Journalism Research**, 18(2).

Smyrnaio, N., & Rebillard, F. (2019). How infomediation platforms took over the news: A longitudinal perspective. **The Political Economy of Communication**, 7(1), 30–50.

Sodré, M. (2008). **Antropológica do espelho**. Vozes.

Ufarte-Ruiz, M. J., Peralta-García, L., & Murcia-Verdú, F. J. (2018). Fact-checking: Un nuevo desafío del periodismo. **El Profesional de la Información**, 25(4).

Waisbord, S. (2009). A sociedade civil pode mudar o jornalismo? A experiência do jornalismo de defesa civil na América Latina. **Brazilian Journalism Research**, 2(1).

Wardle, C., & Derakhshan, H. (2018). Thinking about “information disorder”: Formats of misinformation, disinformation and mal-information. In C. Ireton & J. Posetti (Eds.), **Journalism, fake news and disinformation: Handbook for journalism education and training**. UNESCO..

SER EDITOR EM TEMPOS DE PLATAFORMAS DIGITAIS: o que mudou?

Marcelli Alves da Silva
Thaís Cristina Beuno

Introducción

O jornalismo tem sido amplamente debatido no contexto das transformações digitais, com ênfase nas mudanças nas práticas de produção, nas novas formas de verificação por meio das redes sociais, na adaptação das técnicas de SEO (Search Engine Optimization) e na consolidação do repórter como um profissional multimídia e multitarefas. No entanto, existe uma lacuna nas discussões quando se trata do cargo de editor, uma função tradicionalmente central nas redações.

Apesar das profundas transformações no jornalismo, o papel do editor — responsável por organizar, coordenar e definir a linha editorial — ainda requer maior análise nos estudos sobre a reconfiguração das redações e de seus fluxos de trabalho no ambiente digital.

Grande parte das pesquisas se concentra nas mudanças estruturais de forma geral ou no trabalho do repórter, deixando em segundo plano a adaptação desse cargo tradicional às novas dinâmicas do jornalismo contemporâneo (Navarro, 2018; Salaverría, 2008; Zambrano Ayala, Ramírez & Rubio, 2018; Pereira & Adghirni, 2011).

Nesse contexto, a pergunta central desta pesquisa é: de que maneira o cargo de editor foi impactado pelas transformações no jornalismo digital e como suas funções se reorganizam na dinâmica do ciberjornalismo contemporâneo? Esta questão foi o eixo das discussões na disciplina de Edição, ministrada por uma das autoras e integrante do quarto semestre do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, gerando diversas reflexões. Observou-se que, por um lado, a literatura sobre edição não abordava completamente essa transformação e, por outro, as pesquisas sobre jornalismo digital não analisavam especificamente o papel do editor.

A partir dessa lacuna, propôs-se que a turma realizasse entrevistas, gerando um material significativo tanto para o aprendizado quanto para a pesquisa, servindo como base para este artigo. Para analisar a questão, foram realizadas seis entrevistas com editores de diferentes meios jornalísticos, abrangendo perfis variados, desde a grande imprensa até iniciativas regionais e alternativas.

Participaram editores dos veículos Quarto Poder (MA), Gênero e Número, Intercept Brasil, Revista Semana On, Revista Fórum e Marco Zero. As entrevistas foram conduzidas de forma remota, no âmbito da disciplina, e seu uso foi acordado para fins científicos. Para garantir a privacidade dos entrevistados, seus nomes não foram divulgados.

Para garantir a privacidade dos entrevistados, seus nomes não foram divulgados. Considera-se que a diversidade dos meios analisados permite uma visão ampla sobre a edição jornalística contemporânea,

considerando diferentes modelos de produção e circulação da informação. A análise das entrevistas baseou-se no enfoque teórico-metodológico da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977; Franco, 2008), buscando nos discursos analisados os temas mais relevantes para compreender o que significa ser editor na atualidade.

Mudanças nos cargos jornalísticos: como o ciberjornalismo redefine o mercado

Os meios digitais e o espaço ocupado pelo jornalismo na internet desafiam algumas das características tradicionais não apenas do produto jornalístico, mas também de sua prática profissional. Nesse contexto, observa-se que a introdução de ferramentas digitais nas redações não apenas altera a forma como as notícias são produzidas, mas também modifica as práticas cotidianas dos jornalistas, sobretudo em ambientes regionais. O estudo de Lima, da Silva e Bueno (2021) sobre o uso do WhatsApp na rotina produtiva de jornalistas em Imperatriz (MA) e Araguaína (TO) evidencia essa adaptação tecnológica. Além disso, a pandemia de Covid-19 destacou ainda mais os desafios da produção jornalística diante da circulação rápida de informações, incluindo notícias falsas, conforme analisado por Da Silva, Medeiros e Ceretta (2021) no site "Fact or Fake". Além disso, a reflexão sobre a comunicação pública aponta que a prática jornalística deve considerar não apenas a produção de conteúdo, mas também a gestão da participação e da audiência em ambientes cada vez mais digitais (Ramos et al., 2020). Outros autores discutem a convergência midiática e as transformações nas rotinas produtivas (Salaverría, 2005), a digitalização das notícias e suas implicações na inovação dos jornais online (Boczkowski, 2004), a adaptação dos jornalistas a um ambiente de produção cada vez mais digital e integrado (Deuze, 2007), e as mudanças estruturais no jornalismo hipertextual e multimídia (Díaz Noci, 2001).

Deuze (2005) argumenta que a lógica dos meios online deve ser compreendida a partir de suas características institucionalmente estruturadas. Isso inclui os atributos técnicos e organizacionais que influenciam tanto a representação do conteúdo midiático quanto a forma como ele é produzido e consumido, considerando também as competências culturais de seus produtores. Essa perspectiva corrobora a discussão sobre a configuração da prática do editor, pois evidencia como as dinâmicas digitais impactam o processo editorial, exigindo novas habilidades e estratégias para a mediação da informação.

Apesar das transformações, autores como Carbasse (2015), ao tratar das mudanças, em particular no mercado para os jornalistas, convidam a relativizar o impacto das tecnologias.

Longe de ser a única causa das transformações atuais, a Internet deve ser vista, prioritariamente, como um espaço de revelação de certas problemáticas (Estienne, 2007), mas também como um catalisador de densas tendências estruturais que afetam, igualmente, as estruturas de produção da informação, as condições de emprego e de prática do jornalismo, assim como a oferta de conteúdos midiáticos ou a identidade do grupo profissional (Carbasse, 2015, p. 264).

Um aspecto que merece ser comentado, se pensamos na proposta deste artigo — que é compreender o papel atual do editor — está relacionado a esclarecer como essas mudanças afetam a organização das redações, reconfigurando os fluxos de trabalho e as hierarquias internas. A necessidade de atualização contínua,

produção multiplataforma e interação mais direta com o público exige adaptações estruturais. O modelo tradicional, com funções rígidas, dá lugar a um ambiente integrado, no qual os jornalistas desempenham múltiplas funções e interagem de forma dinâmica com diferentes formatos, impactando desde os cargos até a distribuição de tarefas no jornalismo digital.

Além disso, a edição e a figura do editor adquirem novas configurações a partir da ascensão da Inteligência Artificial Generativa. Berti (2023), em sua obra, apresenta experimentos realizados com o ChatGPT.

Entre os muitos textos que submetemos à plataforma, notamos que, em termos de correção, a ferramenta é muito útil, válida e complementar. Na fase de edição, mesmo no texto destacado e exemplificado, houve uma comprovação tácita de tudo isso. (Berti, 2023, p. 17)

Guzmán e Lewis (2020) também abordam o tema. Os autores explicam que o impacto da inteligência artificial generativa pode ir além da produção de conteúdo jornalístico, podendo dar origem a meios sintéticos sem jornalistas.

Embora este material não tenha a intenção de aprofundar a questão da inteligência artificial generativa e sua relação com o jornalismo, é inexorável tratar das mudanças dos últimos anos sem mencionar esse avanço, que já impacta e continuará impactando diversas áreas da sociedade.

O cargo de editor no jornalismo: da tradição à transformação digital

O cargo de editor surgiu no contexto da profissionalização do jornalismo e da transformação dos jornais em empresas comerciais (Sodré, 1999). Nesse sentido, o editor tornou-se uma figura central na organização das publicações, responsável pela mediação entre a linha editorial do veículo e as pressões externas, como política e mercado. Durante muito tempo, seu papel esteve bem definido dentro das redações, com funções específicas como organizar a edição, elaborar títulos, definir enfoques e coordenar a equipe de repórteres (Pereira Jr., 2012; Marques de Melo & de Assis, 2010).

Tradicionalmente, essas responsabilidades eram compartilhadas com os pauteiros e chefes de reportagens, que contribuíam para a organização do dia a dia da redação. No entanto, as transformações no jornalismo, impulsionadas pelo avanço digital e pela convergência de mídias, levaram a uma reconfiguração de seu papel. Embora muitos estudos sobre essas mudanças tenham se concentrado nos efeitos sobre o trabalho dos repórteres, especialmente no contexto da adaptação às novas ferramentas digitais e aos requisitos da produção de conteúdo multimídia (Navarro, 2018; Salaverría, 2008; Nguyen, 2015; Barbosa, 2014, entre outros), sabe-se que uma mudança na estrutura da redação passa necessariamente pela figura do editor.

Em outro estudo, Zambrano Ayala, Ramírez e Rúbio (2018) exploraram as diferenças nas competências dos jornalistas na Colômbia, entrevistando 193 profissionais, incluindo 6 editores, para identificar tendências. O estudo apontou que 78% dos editores acreditam que o jornalista deve ser capaz de interpretar o mundo para gerar soluções, dominando todo o processo de produção digital. Além disso, 79% afirmaram que é necessário gerir a simbiose entre a comunicação unidirecional e multidirecional. Embora as competências sejam mais gerais, o estudo mostra que a responsabilidade de definir a linha editorial continua sendo do

editor, que agora deve gerenciá-la em diferentes plataformas digitais.

Mendonça Jorge e Oliveira (2015), em um estudo que entrevistou editores de conteúdo de grandes veículos brasileiros para entender as demandas na rotina do ciberjornalismo que atua nas redes sociais, apontaram que conhecimentos sobre design, arquitetura da informação, usabilidade e interação com o usuário são atividades de grande importância nessa rotina. Esses atributos, no entanto, não fazem parte do escopo tradicional da função de editor.

Ou seja, ao ouvir profissionais de diferentes partes do mundo, percebe-se que o papel do editor não pode ser considerado óbvio. Não se pode chegar a uma conclusão sobre o que faz um editor apenas observando os estudos sobre redações hierarquizadas e tradicionais, já que hoje as redações são mais horizontais e convergentes, com a presença ativa do público e das redes sociais. Além disso, não é suficiente concentrar-se apenas nos estudos que abordam a rotina do repórter, pois, embora esses estudos forneçam uma orientação, eles não conseguem captar as especificidades do cargo de editor.

Metodologia

As entrevistas foram realizadas por meio de plataformas digitais (Google Meet, WhatsApp, Microsoft Teams), por estudantes da disciplina de Edição Jornalística do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em Imperatriz, sob a supervisão de uma das autoras do estudo, em 2024. O uso das conversas para fins científicos foi previamente acordado com os participantes, garantindo sua autorização. No entanto, para preservar a identidade dos entrevistados, seus nomes foram omitidos. Didaticamente, foram identificados pela letra E, em referência ao cargo de Editor, e numerados em sequência.

A diversidade dos meios analisados permitiu compreender a edição jornalística não apenas no contexto de grandes jornais, mas também em veículos regionais e alternativos, ampliando a perspectiva sobre os desafios e as práticas editoriais atuais. A seguir, o Quadro 1 apresenta os meios cujos editores participaram da pesquisa, categorizados por alcance.

Quadro 1 – Meios entrevistados

IDENTIFICAÇÃO	VEÍCULO	ALCANCE
E1	Quarto poder	Regional/Maranhão
E2	Gênero e número	Nacional
E3	Intercept Brasil	Nacional
E4	Revista Semana On	Regional / Mato Grosso do Sul
E5	Revista Fórum	Nacional
E6	Marco Cero	Regional/ Pernambuco

Fonte: As autoras (2025)

Os editores entrevistados nesta pesquisa possuem uma ampla trajetória profissional, com pelo menos 15 anos de experiência no jornalismo. O grupo é composto por cinco profissionais, incluindo uma mulher, todos com experiência tanto em reportagem quanto em edição ao longo de suas carreiras. Entre eles, apenas um não havia exercido previamente a função de editor, tendo trabalhado exclusivamente como repórter em um veículo de grande circulação. No entanto, sua experiência prolongada em reportagem e sua proximidade com a dinâmica editorial lhe proporcionaram um conhecimento profundo sobre o papel do editor ao longo dos anos.

Os profissionais que atualmente trabalham em meios de alcance nacional passaram por algumas das principais redações do país, como Folha de S. Paulo e O Globo, acumulando experiência em ambientes de alta demanda e visibilidade. Entre os editores de meios regionais, alguns também tiveram experiência em jornais de grande porte, enquanto outros consolidaram suas trajetórias em veículos de referência em seus respectivos estados.

Para este artigo, foram selecionadas as perguntas dirigidas aos editores que abordavam diretamente suas responsabilidades no cargo, bem como as transformações em sua prática profissional no ambiente digital. Considerando que todos os entrevistados tinham experiências prévias como repórteres e editores em meios impressos e online, essa seleção permitiu uma reflexão profunda sobre a questão central da pesquisa: o que faz o editor no jornalismo contemporâneo?

O roteiro da entrevista adotou perguntas semiestruturadas (Duarte & Barros, 2006). A pesquisa foi estruturada a partir de quatro eixos temáticos, que orientaram o debate:

- Atribuições do cargo na atualidade – Buscou-se compreender o papel do editor no cenário jornalístico contemporâneo e diferenciá-lo de outras funções, como repórter e pauteiro.
- Diferenças entre a edição em meios impressos e no ciberjornalismo – O objetivo foi analisar a percepção dos profissionais sobre as mudanças na prática editorial e suas implicações no ambiente digital.
- Mapeamento de funções editoriais – Solicitou-se aos editores que enumerassem suas atividades diárias, o que permitiu a identificação concreta de suas responsabilidades em diferentes contextos de redação.
- Relação com as redes sociais – Investigou-se de que maneira as redes sociais impactam a rotina do editor e influenciam suas práticas editoriais.

A análise das entrevistas foi realizada por meio de um enfoque qualitativo, inspirado na construção de categorias temáticas da Análise de Conteúdo, segundo a proposta de Bardin (1977) e aprofundada por Franco (2008). Essa metodologia permite identificar, organizar e interpretar padrões de significado nos relatos dos entrevistados, estruturando a análise a partir de temas emergentes no discurso. A Análise de Conteúdo não se limita a uma categorização descritiva, mas busca compreender as relações subjacentes entre os significados expressos pelos participantes, o que possibilitou uma interpretação contextualizada das transformações no trabalho editorial, conforme proposto nesta pesquisa.

DADOS: A Reconfiguração do Cargo de Editor: Percepções e Experiências no Jornalismo Contemporâneo

O primeiro eixo de análise teve como objetivo compreender as transformações nas funções dentro da redação jornalística, com a intenção de delimitar as diferenças e os limites entre os papéis de editor, repórter, pauteiro e chefe de reportagens.

No modelo tradicional de jornalismo, essas funções estavam claramente definidas, com atribuições específicas dentro da dinâmica editorial. O repórter tinha como responsabilidade a coleta de informações, o contato com fontes e a redação dos textos, sendo o responsável direto pela produção do conteúdo jornalístico, mas sempre em conformidade com as diretrizes da linha editorial do veículo.

O pauteiro, por sua vez, desempenhava o papel de planejar e distribuir as pautas, organizando o fluxo de trabalho e garantindo que os repórteres tivessem as informações necessárias para suas coberturas. O chefe de reportagens tinha a responsabilidade de coordenar a parte estrutural da redação, supervisionando a equipe e organizando a distribuição de veículos, fotógrafos e pautas.

Por fim, o editor assumia a função de supervisionar o trabalho dos repórteres, ajustando seus textos à linha editorial do veículo, além de ser responsável pela finalização do conteúdo, incluindo a elaboração de títulos e chamadas (Traquina, 2005; Palacios & Barbosa, 2002; Kunczik, 1997; Wolf, 1999; Chapman & Nuttall, 2011).

No entanto, a partir das declarações dos entrevistados, um aspecto que se destacou foi a constatação de que, em diferentes contextos profissionais, todos os entrevistados relataram que a separação entre as funções de editor, repórter e pauteiro deixou de estar claramente definida.

Não vejo muitas diferenças, já que todos fazem de tudo: investigam, escrevem, criam os títulos... (E1, [informação verbal]).

Basicamente, acredito que essas funções, ao longo dos anos, tornam-se menos evidentes. Hoje em dia, essas funções foram se misturando nas redações (E4, [informação verbal]).

É essa a questão: essas funções jornalísticas se fundiram (E5, [informação verbal]).

Em particular, observou-se que a figura do “pauteiro” praticamente desapareceu e, em muitos casos, o cargo de chefe de reportagens tornou-se raro. Em substituição a essas funções, grande parte das atribuições se consolidou nas mãos do editor, que passou a acumular responsabilidades que anteriormente estavam distribuídas entre diferentes cargos.

Olha, no Gênero e Número não temos, nunca tivemos, a figura do “pauteiro”. Não sei como está nas redações

maiores agora, mas mesmo quando eu trabalhava no O Globo, há muitos anos, e na CBN, já não existia. (E2, [informação verbal])

É uma figura que desapareceu das redações. Em algumas ainda existe, mas essa função foi, em grande parte, assumida pelos editores. (E3, [informação verbal])

Hoje em dia, desconheço alguém que faça apenas pauta, exceto na televisão, mas na estrutura de uma redação, não conheço esse papel de "pauteiro". Pelo menos até onde sei, não existe. (E5, [informação verbal])

O que percebo hoje é que a função de editor, ao menos em redações menores como as que existem atualmente, assumiu múltiplas tarefas, incluindo a de "pauteiro". Pelo menos no Marco Zero, a função de "pauteiro", chefe de reportagens, editor e revisor é desempenhada pela mesma pessoa, por mim [risos]. Então, acredito que, na verdade, é uma soma de atividades, da mesma forma que o repórter também acaba desempenhando mais de uma função. (E6, [informação verbal])

No entanto, esse "desaparecimento" do pauteiro não pode ser considerado simplesmente como uma mera eliminação de funções. Segundo McChesney (2008), a redução das equipes jornalísticas levou à precarização do trabalho e à acumulação de funções. O processo de concentração de funções nas mãos de poucos é um reflexo direto dessas transformações estruturais e da redução das equipes. Essa acumulação de funções, juntamente com

a sobrecarga de tarefas, é uma característica marcante da precarização do trabalho nas redações (Tunstall, 1971). A precarização se intensifica à medida que os jornalistas se tornam multitarefas e, frequentemente, sem a devida compensação ou reconhecimento pelas múltiplas responsabilidades que assumem.

Nos depoimentos dos entrevistados, percebe-se que, ao discutir as transformações do cargo de editor, os termos hierarquia e supervisão, junto com a acumulação de funções, são os mais recorrentes. Essa recorrência está mais relacionada à estrutura de organização do trabalho do que a uma função específica dentro da redação. Na prática, atividades como o planejamento de pautas, a finalização de textos, a definição de títulos e a elaboração de estratégias para atrair o público são distribuídas por toda a equipe. No entanto, independentemente de quem execute efetivamente essas tarefas, a responsabilidade final sobre essas decisões continua recaindo sobre o editor, que permanece sendo o profissional responsável pelas decisões editoriais do veículo.

Na segunda etapa de questionamento, o debate aprofundou-se na compreensão das transformações do cargo de editor no contexto do jornalismo digital. Mais do que ajustes nas funções desempenhadas e até mesmo o desaparecimento de determinados cargos — anteriormente assumidos pela figura do editor — buscou-se entender se os jornalistas percebiam mudanças significativas na atuação desse profissional ao comparar as redações de jornais impressos e ciberjornais.

A rapidez e a influência das redes sociais foram os aspectos mais enfatizados, tanto na acumulação de tarefas e na necessidade de acompanhamento constante quanto na exigência de uma atenção redobrada. Todos os participantes concordaram com a premissa de que, de fato, existe uma diferença substancial no exercício do cargo atualmente em comparação com a redação tradicional até os anos 2000.

Um ponto discutido foi a necessidade de maior atenção diante do grande fluxo de informações que circula, especialmente com a disseminação de notícias falsas.

Sim, a internet costuma potencializar as notícias com muito mais facilidade e rapidez, por isso é necessário ser mais cauteloso e cuidadoso com os conteúdos que se publicam para evitar erros. (E1 [informação verbal])

Mudou com a ascensão das redes, porque também precisamos observar o que funciona nas redes, aprender a fazer conteúdos mais concisos, que trabalhem com menos palavras, mais imagens, que consigam captar a atenção dos usuários de maneira mais rápida. (E2 [informação verbal])

Outro ponto levantado refere-se à própria logística da edição. O planejamento precisa ser maior para abranger outros suportes, mas também o ritmo frenético com que os conteúdos chegam ao editor.

Esse fenômeno é discutido em larga escala na literatura sobre o tema. Autores como Newman (2019) destacam que a velocidade e o volume de informações nas plataformas digitais exigem uma vigilância constante, aumentando a pressão sobre os profissionais de comunicação. Além disso, Hermida (2012) aponta que a imediatividade das redes sociais reformulou os processos de investigação e divulgação, tornando essencial a verificação contínua para evitar a disseminação de desinformação. Esse fenômeno reforça a necessidade de desenvolver estratégias mais rigorosas para

garantir a credibilidade das publicações. No Brasil, Eugenio Bucci (2019) enfatiza que o jornalismo enfrenta o desafio de lidar com um fluxo informativo cada vez mais acelerado e fragmentado, o que torna a curadoria da informação um papel fundamental dos editores.

Por outro lado, a adaptação ao novo cenário digital também trouxe desafios relacionados à formulação do conteúdo e à captação da atenção do público. Segundo Jenkins (2009), a convergência midiática exige que os jornalistas dominem múltiplos formatos e compreendam as especificidades de cada plataforma. Da mesma forma, Kovach e Rosenstiel (2014) argumentam que o jornalismo contemporâneo deve equilibrar a rapidez na entrega da informação com a manutenção da qualidade e da ética editorial.

No contexto brasileiro, Christofolletti (2020) destaca que a precarização das redações e a sobrecarga de trabalho dos jornalistas dificultam esse equilíbrio, afetando a produção de conteúdos aprofundados. Por sua vez, Rosental Calmon Alves (2015) defende que a transição digital do jornalismo não deve significar uma perda de qualidade, mas sim uma reinvenção das práticas editoriais, com a adoção de novas linguagens e formatos narrativos que preservem a credibilidade jornalística.

O impacto das redes sociais, portanto, não se limita apenas ao volume de informações, mas também à necessidade de um planejamento editorial mais complexo e à adoção de novas estratégias narrativas.

A diferença é que o trabalho agora tem uma resposta muito mais rápida, ou seja, publica-se a reportagem, inclusive em redações como a nossa, que não são de jornalismo de hard news, essa possibilidade de estar conectado 24 horas nos permite tomar decisões mais rápidas, entende? (E3 [informação verbal]).

Há muita diferença. Muito diferente porque, primeiro, em um jornal você tem o dia todo para pensar no que vai fazer, para ser publicado no dia seguinte. Já nas redes sociais, o material que está em um cibermeio deve ser publicado em poucas horas, você tem pouco tempo para verificar o material, definir se é notícia ou não, revisá-lo e publicá-lo. (E4 [informação verbal]).

Acredito que tudo isso se fundiu muito com os jornalistas e fez com que esse papel de editor realmente fosse adotado, entendendo essa mudança no jornalismo. Vejo isso como uma forma em que aquelas pessoas que já haviam trabalhado como editores antes têm mais facilidade para entender essa mudança, porque o editor participava de todo o processo, ouvia o repórter e levava à redação. Hoje, todo esse processo é seguido pelos jornalistas, portanto, cada jornalista se tornou meio que um editor, especialmente quando falamos de jornalismo digital. (E5 [informação verbal]).

É perceptível, a partir das declarações dos entrevistados anteriores, que as atribuições dos jornalistas passaram por uma transformação significativa devido à crescente importância das

plataformas digitais, o que exige dos profissionais conhecimentos que vão além da produção e edição de notícias.

Sobre esse tema, Napoli (2011) argumenta que, com o avanço da internet e das redes sociais, os jornalistas tiveram que adaptar suas práticas, incorporando técnicas de otimização para mecanismos de busca (SEO – Search Engine Optimization) em suas rotinas diárias. O SEO tornou-se essencial, pois é através dele que as notícias ganham destaque nas buscas, e os jornalistas devem ser estratégicos para criar conteúdos que atendam aos algoritmos das plataformas de busca e redes sociais.

McNair (2017) destaca que o papel do jornalista digital se expandiu para incluir habilidades de análise e adaptação constantes, com foco na otimização do alcance e da visibilidade do conteúdo, sem comprometer a qualidade da informação.

Além disso, o público se tornou um aspecto importante para os jornalistas que atuam no ambiente digital. O público implica uma interação constante com a audiência. Engel (2016) também discute que os jornalistas devem compreender as preferências e comportamentos do público nas plataformas digitais, adotando práticas que incentivem uma participação ativa e a formação de comunidades online.

Uma coisa que os editores precisam fazer é pensar em um título que seja fácil para os algoritmos, que seja otimizado para SEO, entende? Ou seja, estratégias de otimização para o algoritmo. Isso é algo que quem editava um jornal ou quem fazia uma chamada para a televisão nos anos 80/90 precisava pensar em termos de público, mas não para um algoritmo. O público era um público geral, que o editor conhecia. O algoritmo, para criar um título para ele, trabalha com algo muito genérico e abstrato,

e que, em geral, não se sabe. Isso muda o tempo todo. (E6 [informação verbal])

Ao considerar esta resposta e aproximando-se da questão dirigida aos editores, a discussão se centra na delimitação das funções que realmente correspondem ao editor. Percebe-se que, com a acumulação de responsabilidades e o desaparecimento de uma divisão clara entre os papéis na redação, muitos jornalistas começaram a desempenhar funções editoriais, o que levou alguns entrevistados a afirmar que, atualmente, “todo jornalista é potencialmente um editor” (E5 – [informação verbal]).

Dessa forma, além da questão hierárquica que tradicionalmente estruturava as redações, solicitou-se aos entrevistados que enumerassem as principais funções desempenhadas pelo editor no contexto atual. A partir dos testemunhos, foi possível identificar as seguintes atribuições, melhor representadas no quadro a seguir:

Quadro 2 – Principais respostas dos entrevistados

Principais funções desempenhadas pelo editor no contexto atual
Revisão de texto
Edição e corte de texto com análise na linguagem
Definição do que se investigará e quando será publicado

Produção de títulos orientados por algoritmo
Propostas de estratégias multimídias para as notícias, incluindo fragmentos de áudio, <i>podcasts</i> , vídeos, visualização de dados e fotografia
Perfis de engajamentos nas redes sociais
Manutenção de contato direto com os gestores das redes sociais
Validação de sugestões de pautas e estratégias da produção
Organização da pauta e condução das reuniões editoriais
Distribuição de temas e de estruturas da dinâmica da redação
Realização de investigação para complementar o material dos repórteres (inclusive proporcionando informações diretamente a eles).
Orientação e assessoramento editorial, incluindo a tomada de decisão da interrupção da investigação quando necessário)
Seleção das fotografias
Revisão e aprovação das legendas sugeridas pelos repórteres

Fonte: as autoras (2025)

Essa multiplicidade de funções evidencia a transformação do papel do editor, que hoje abrange três grandes eixos de atuação: revisão e edição, gestão administrativa e acumulação de novas tarefas. As funções tradicionais de revisão e edição, como corte e análise de textos, escolha de títulos e imagens e revisão de legendas, continuam sendo centrais, mas agora estão influenciadas por algoritmos e dinâmicas digitais. No âmbito administrativo, o editor continua responsável por sua equipe, embora de forma mais solitária, já que agora organiza a agenda, conduz reuniões e

estrutura a redação. No entanto, a principal mudança ocorre com a incorporação de novas funções, como o monitoramento das redes sociais, a interação com gestores dessas plataformas e a definição de estratégias multimídia, o que amplia significativamente seu alcance de atuação.

Sobre essa situação, Vaz (2018) argumenta que a figura do editor no jornalismo tornou-se fundamentalmente estratégica, não apenas na produção de conteúdo, mas também na gestão da visibilidade desse conteúdo nas plataformas digitais. O editor agora precisa dialogar constantemente com a equipe de marketing.

Por outro lado, Paiva (2020) problematiza a situação e destaca que a crescente demanda de engajamento nas redes sociais, por vezes, acaba desvirtuando a função tradicional do editor, já que a pressão por “curtidas”, compartilhamentos e interações pode comprometer a qualidade do conteúdo jornalístico. Como conciliar essa pressão com a necessidade de manter os padrões éticos e jornalísticos?

Por fim, foi perguntado aos profissionais, além das técnicas de SEO e do monitoramento das redes, de que forma o universo das redes sociais influencia nas decisões editoriais do cargo, se contribuem para a definição de pautas e como se desenvolve esse processo.

Dos entrevistados, apenas um afirmou que as redes sociais não influenciam na definição de pautas. Todos os demais concordaram que essas plataformas servem como base para as discussões sociais e, portanto, ajudam a pensar estrategicamente os temas abordados. Um dos participantes destacou, inclusive, que essa é, de fato, a principal função das redes no jornalismo: sugerir pautas a partir do que se debate no ambiente digital.

Os trechos exemplificam essas considerações:

“No panorama comunicacional atual, as redes sociais frequentemente concentram

as informações mais comentadas do momento. Por isso, é muito importante verificá-las, pois delas podemos extrair conteúdos que podem servir como possíveis temas para as pautas.” E1 [informação verbal].

“As redes sociais não definem a pauta na redação. As pautas vêm das notícias, da agenda política e social, e o que fazemos nas redes sociais é adaptar essas pautas e discussões ao formato das redes. Mas dificilmente ocorre o contrário. [...] Claro, se houver debates nas redes sociais que reflitam o que está acontecendo no país e tenham relevância para nosso enfoque editorial, naturalmente farão parte da nossa produção.” (E2 [informação verbal])

“As redes sociais tornaram-se um espaço de circulação, assumindo o papel de arena pública, e os debates mais importantes acontecem nelas. Acredito que as redes sociais se transformaram, se não no principal, em um dos principais focos de atenção do jornalista que busca temas para suas reportagens. Então, as redes sociais estão cada vez mais presentes na definição de pautas nas redações.” (E3 [informação verbal])

“É função e papel das redes sociais na definição da pauta. Acredito que grande parte do que ocorre no mundo, ao nosso redor, em nosso contexto e em nosso território de cobertura, conhecemos por meio das redes sociais, e também procuramos acompanhá-las. No entanto, isso não pode ser a regra geral. Precisamos buscar nossas próprias pautas. Precisamos, ao menos, tentar pautar as redes.” (E6 [informação verbal])

A partir das declarações dos entrevistados, fica evidente que as redes sociais desempenham um papel cada vez mais relevante na definição das pautas jornalísticas. Embora não substituam as fontes tradicionais, oferecem um reflexo imediato das discussões e tendências em curso. Essas discussões frequentemente são incorporadas às pautas da redação devido à sua relevância e repercussão. No entanto, os jornalistas também enfatizam a necessidade de buscar suas próprias pautas, mantendo autonomia em relação ao que circula nas redes.

Como aponta Rosental (2018), as redes sociais impactaram diretamente o processo de construção da agenda jornalística, trazendo novas fontes e influências para as pautas dos meios tradicionais. Para Canavilhas (2013), as plataformas digitais oferecem um espaço de interação que muitas vezes gera pressões sobre os jornalistas, mas é fundamental que estes mantenham seu compromisso com a verificação e a busca da verdade. E esse parece ser um dos grandes desafios da realidade atual.

Considerações finais

Este material investigou as transformações no papel do editor jornalístico e evidenciou como as mudanças tecnológicas e as exigências do jornalismo digital impactaram a profissão. A acumulação de funções, a pressão pela rapidez e a adaptação constante ao ecossistema das redes sociais e aos algoritmos de busca modificaram as dinâmicas nas redações. Embora a digitalização tenha proporcionado novas oportunidades para a difusão de conteúdo, também impôs desafios relacionados à qualidade jornalística e à ética profissional. Essas transformações revelam uma crescente precarização da profissão, o que pode resultar na perda de profundidade e qualidade das reportagens, bem como em dificuldades para equilibrar demandas comerciais com princípios éticos do jornalismo.

A pesquisa demonstrou que, embora a profissão de editor tenha se tornado mais multifacetada e ágil, o papel central da curadoria de conteúdo, da análise crítica e da manutenção da credibilidade jornalística continua sendo essencial. No entanto, a sobrecarga de responsabilidades e a necessidade de atuação em plataformas digitais geram um conflito constante entre a qualidade da informação e a pressão por visibilidade e consumo imediato.

Portanto, o papel do editor no contexto atual vai além da simples curadoria de informação. Hoje, ele atua como mediador entre a produção de conteúdo de qualidade e as demandas de um público cada vez mais imediato e interativo. O equilíbrio entre a rapidez do jornalismo digital e a preservação da credibilidade é um dos maiores desafios enfrentados pelos profissionais da área, exigindo uma reflexão contínua sobre as práticas e os impactos da digitalização no campo jornalístico. Além disso, a Inteligência Artificial Generativa, embora não tenha sido o foco deste estudo, deixa várias questões em aberto que podem ser exploradas em pesquisas futuras.

Referências

Aguiar, L. A. de., & Andrade, A. P. G. de. (2020). Novas interfaces nas rotinas produtivas e credibilidade jornalística: uma contribuição aos estudos da profissão. **Revista Mediação**, 22(31). bit.ly/4iueHak

Alves, R. C. (2006). Jornalismo digital: Dez anos de web... e a revolução continua. **Comunicação e Sociedade**, 9-10, 93-102.

Bardin, L. (1977). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

Barbosa, S. (2014). Agentes de inovação, renovação e de reconfiguração para o jornalismo em tempos de empreendedorismo. **Revista de Cibercomunicação**, 1(1), 1-8.

Berti, O. M. de C. (2023). **ChatGPT: Evolução ou fim do Jornalismo?** Teresina: EdUESP.

Boczkowski, P. (2004). **Digitizing the news: Innovation in online newspapers**. Cambridge: The MIT Press.

Bucci, E. (2019). **Existe democracia sem verdade factual?: cultura política, imprensa e bibliotecas públicas em tempos de fake news**. Barueri: Estação das Letras e Cores.

Canavilhas, J. (2017). Novos atores na redação: como muda o jornalismo? In G. L. Martins, L. Reio, & T. Bueno (Orgs.), **Performance em ciberjornalismo: tecnologia, inovação e eficiência**. Campo Grande: Editora UFMS.

_____. (2013). **Jornalismo digital e redes sociais: desafios e oportunidades**. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Carbasse, R. (2015). Tino para os empreendedores e bom jornalismo? A figura do jornalista empreendedor nos debates sobre o futuro da profissão. **Brazilian Journalism Research**. Disponível em: <https://bit.ly/3Fsq1pj> . Acesso em: 14 de setembro de 2024. DOI:10.25200/BJR.v11n1.2015.591

Chapman, J., & Nuttall, N. (2011). **Journalism today: A themed history**. Wiley-Blackwell.

Deuze, M. (2005). **Media work**. Cambridge: Polity Press.

Da Silva, M. A., Medeiros, F. B., & Ceretta, K. A. C. (2021). Covid-19 and fake news: Analysis of the verified news at the “Fact or fake” website. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, 145, 119–136. <https://bit.ly/3M1JU9W>

Díaz Noci, J. (2001). **Periodismo en internet: modelos de ciberdiarios**. Barcelona: Ariel Comunicación.

Duarte, J., & Barros, A. (2006). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação** (2ª ed.). São Paulo: Atlas.

Engel, D. C. (2016). **The new ethics of journalism: A guide for the twenty-first century journalist**. Artcoombs.com.

Franco, M. L. P. B. (2008). **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro.

Hermida, A. (2012). Tweets and truth: Journalism as a discipline of collaborative verification. *Journalism Practice*, 6(5-6), 659-668. Disponível em: <https://bit.ly/4h7IBA4> . Acesso de 01 de setembro de 2024. DOI:10.1080/17512786.2012.667269

Jenkins, H. (2009). **Convergence culture: Where old and new media collide**. NYU Press.

Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2014). **The elements of journalism: What newspeople should know and the public should expect** (3^a ed.). Three Rivers Press.

Kunczik, M. (1997). **Conceitos de jornalismo: Norte e Sul**. Editora Universidade de Brasília.

Lima, L. L., da Silva, M. A., & Bueno, T. (2021). WhatsApp na rotina produtiva do interior: Um estudo a partir das perspectivas dos jornalistas de Imperatriz (MA) e Araguaína (TO). *Revista Observatório*, 7(2). <https://bit.ly/3KkLHGn>. DOI:[10.20873/uft.2447-4266.2021v7n2a11pt](https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2021v7n2a11pt)

Lewis, S. C., Guzman, A. L., & Schmidt, T. R. (2020). Automation, journalism, and human-machine communication: Rethinking roles and relationships of humans and machines in news. **Digital Journalism**. Disponível em: <https://bit.ly/3FsQMyF>. acesso em 26 de agosto de 2024. DOI:10.1080/21670811.2019.1577147

Marques de Melo, J., & De Assis, F. (2010). **Gêneros no jornalismo brasileiro**. São Bernardo do Campo: Editora Metodista.

Mick, J., Christofoletti, R., & Lima, S. P. (Orgs.). (2021). **Jornalismo local a serviço dos públicos: Como práticas de governança social podem oferecer respostas às crises do jornalismo** (1^a ed.). Editora Insular.

McChesney, R. W. (2008). The political economy of media: Enduring issues, emerging dilemmas. **Monthly Review Press**.

Napoli, P. M. (2011). **Television technology, and the digital world: The role of the internet.**

Navarro Zamora, L. (Coord.). (2018). **Miradas del ciberperiodismo en Iberoamérica** (1ª ed.). Tenerife: Sociedad Latina de Comunicación Social. <https://bit.ly/41sqL50> . Acesso em 24 de agosto de 2024.

Newman, N. (2019). **Journalism, media, and technology trends and predictions.**

Nguyen, A. (2015). **Como o New York Times mudou desde seu relatório de inovação.** IJNet. <https://bit.ly/4iKQFYw> . Acesso de 20 de agosto de 2024.

Oliveira, V. R., & Jorge, T. de M. (2015). O jornalista atuante nas novas mídias móveis: o perfil do editor de conteúdo noticioso para plataformas tablets e smartphones. **Comunicação & Inovação**, 16(31), 113-129. <https://bit.ly/41smgaz> . Acesso em 20 de agosto de 2024. DOI: <https://doi.org/10.13037/ci.vol16n31.3111>.

Paiva, L. (2020). **Jornalismo e redes sociais: A dialética entre engajamento e ética.** Editora Unesp.

Pereira, F. H., & Adghirni, Z. L. (2011). O jornalismo em tempos de mudanças estruturais. In **Texto**, 1(24). <https://bit.ly/4iNJQW9> . Acesso em 20 de agosto de 2024.

Prado, M. (2011). **Webjornalismo.** São Paulo: LTC.

Ramos, M. C., Geraldies, E. C., Silva, J. D., Sousa, J., & Negrini, V. (Orgs.). (2017). **Em defesa da comunicação pública.** Brasília: FAC Livros.

Salaverría, R. (2005). **Cibermedios: el impacto de internet en los medios de comunicación en España**. Sevilla: Comunicación Social.

Sodré, N. W. (1999). **História da imprensa no Brasil** (4ª ed.). Rio de Janeiro: Mauad.

Wolf, M. (1999). **A imprensa e o jornalismo**. Editora Universidade de Brasília.

JORNALISMO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: a cobertura automatizada do G1

Ruthy Manuella de Brito Costa
Paulo Faltay Filho

Introdução: ferramentas automatizadas no G1

Em novembro de 2020, o Grupo Globo anunciou⁵ que publicaria textos com os resultados das eleições municipais das 5.568 cidades brasileiras usando ferramentas de inteligência artificial. Carregado de trechos autocelebratórios como “iniciativa inédita”, “metodologia inovadora” e “projeto sem precedentes no país”, o anúncio detalhou que a cobertura utilizaria um modelo de processamento de linguagem natural desenvolvido em conjunto com a área de Tecnologia da Globo. Nos anos seguintes, a automação foi ampliada para outras coberturas: Em 2022, a automação foi expandida para incluir vídeos sobre votações em nível

⁵ Disponível em: [Em iniciativa inédita, G1 publica textos com resultado da eleição em cada uma das cidades do Brasil com auxílio de inteligência artificial | Eleições 2020](#). Acesso em: 25 fev 2025.

municipal; em 2023 na cobertura do Censo⁶ Demográfico do IBGE, abrangendo dados populacionais para cada município; em 2024, o portal repetiu a cobertura automatizada das eleições municipais e iniciou a publicação de matérias e vídeos automáticos sobre os resultados dos sorteios de loterias⁷, consolidando um modelo de produção de conteúdo em larga escala baseado em dados estruturados.

Apesar de já usar ferramentas de automação desde 2020, o Grupo Globo só abordou diretamente a utilização de IA em sua Política Editorial⁸ em junho de 2024. Esse atraso não é isolado. A incorporação de IA no jornalismo já estava amplamente disseminada em 2023, conforme o relatório “Generating Change: A global survey of what news organisations are doing with artificial intelligence”, do Journalism AI (Beckett & Yaseen, 2023), que aponta o uso de IA em ao menos uma etapa da rotina jornalística por mais de 75% das organizações de notícias pesquisadas. No Brasil, o interesse e a aplicação da IA no jornalismo têm crescimento significativo (Ioscote, 2021). Em relação às diretrizes para o uso e adoção destas ferramentas, mapeamento realizado por Silva (2025) indica que, em 2023, cerca de 50% dos veículos já haviam divulgado códigos de conduta sobre o tema, privilegiando aspectos gerenciais e diretrizes pontuais. Entretanto, a crescente adoção de ferramentas de IA, aliada a casos de falhas de supervisão e falta de transparência, tem

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/06/28/g1-reportagens-ibge.ghtml>. Acesso em: 25 fev 2025.

⁷ Disponível em: [g1 passa a publicar reportagens automáticas com os resultados dos sorteios de Loterias](https://g1.globo.com/economia/loterias/noticia/2024/06/27/g1-passa-a-publicar-reportagens-automatizadas-com-os-resultados-dos-sorteios-de-loterias.ghtml). Acesso em 25 fev 2025.

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2024/06/27/grupo-globo-atualiza-principios-editoriais-para-incluir-orientacoes-sobre-inteligencia-artificial.ghtml>. Acesso em 25 fev 2025.

impulsionado o estabelecimento de regramentos institucionais mais robustos (De-Lima-Santos et al., 2024).

Nesse contexto, a pesquisa parte do questionamento: Como a IA é utilizada para a composição e estrutura das notícias publicadas pelo portal de notícias G1 e em sua política editorial? O objetivo geral é analisar como a IA é utilizada para a composição e estrutura das notícias publicadas pelo portal de notícias G1, considerando sua aplicação em diferentes coberturas e sua política editorial. De forma específica: comparar o uso da IA no portal G1 a partir da análise das reportagens automatizadas sobre as eleições (2020 e 2024), o Censo do IBGE (2023) e os resultados da loteria (2024); identificar padrões na arquitetura das notícias geradas por IA; investigar como a atualização da política editorial do Grupo Globo estabelece critérios e modos de compreender o uso de IA no conteúdo jornalístico. O estudo se desdobra em dois eixos: O primeiro analisa a composição e a estrutura das notícias automatizadas; o segundo é voltado aos sentidos atribuídos à IA na atualização da política editorial do Grupo Globo.

Metodologicamente, além da análise do conteúdo das matérias automatizadas, a pesquisa inclui a análise da política editorial do Grupo Globo, especificamente a atualização em 2024 sobre o uso da IA no jornalismo. Para essa etapa, adotou-se a pesquisa documental, que, segundo Marconi e Lakatos (2020), consiste na utilização de documentos oficiais, contemporâneos ou históricos, como fonte primária para a investigação científica. A política editorial⁹ é um documento normativo de referência, que explicita os princípios, diretrizes e limites do uso da IA nos conteúdos jornalísticos da empresa. Sua análise possibilita compreender como o grupo orienta o uso da tecnologia na produção noticiosa, quais compromissos assume publicamente e de que forma tais diretrizes

⁹ Disponível em: [Princípios Editoriais do Grupo Globo](#). Acesso em 25 fev. 2025.

dialogam, ou não, com as práticas observadas nas matérias analisadas.

A análise evidencia que as ferramentas de automação, ao serem integradas à produção de notícias pelo G1, influenciam significativamente a estrutura e a composição das reportagens. Promovem uma padronização textual que permite a disseminação de informações em larga escala, mas que pode limitar a diversidade narrativa e a profundidade analítica, uma vez que são utilizadas exclusivamente para transformar bases de dados em notícias.

Jornalismo e inteligência artificial: reconfigurações na arquitetura da notícia

A integração da Inteligência Artificial (IA) no campo jornalístico tem reconfigurado os processos de produção e distribuição de conteúdo. Marconi (2020) afirma que o jornalismo automatizado¹⁰ emerge como um de seus pilares mais visíveis, referindo-se à produção de notícias por algoritmos, especialmente a partir de dados estruturados. Essa automação permite a geração de textos em larga escala e com alta velocidade, especialmente na cobertura de eventos e contextos com grande volume de dados, como destacam Correia e Amaral (2021).

A busca por implementação de ferramentas tecnológicas e pela escalabilidade impacta diretamente a arquitetura da notícia, padronizando a estrutura narrativa, desde a formulação de títulos, até a organização e apresentação da informação (Fante & Ringel, 2020). As ferramentas de IA são adotadas em redações com a promessa de processar bancos de dados extensos em pouco tempo para produzir informações rotineiras em volume e escala massivos. Contudo, Cools e Diakopoulos (2024) afirmam que a predominância

¹⁰ Além de jornalismo automatizado (Graefe, 2016), esta prática de produção de notícias é nomeada de diferentes formas como jornalismo maquínico (Dalen, 2012), jornalismo-robô (Carlson, 2014) ou ainda jornalismo algorítmico (Dörr, 2015).

de um modelo automatizado frequentemente se restringe à reprodução de dados brutos e à mera compilação de fatos. Isso limita a dimensão interpretativa e a capacidade de oferecer contextualização aprofundada, análise crítica ou pluralidade de vozes, elementos fundamentais ao jornalismo de qualidade. Tal cenário posiciona a IA como uma ferramenta operacional de extensão da cobertura, mas levanta questões sobre a complexidade das narrativas e a manutenção da mediação crítica no processo jornalístico.

Autores como Bertolini (2015), Diakopoulos (2019) e Marconi (2020) têm aprofundado a discussão sobre como as ferramentas de IA redefinem as práticas de produção de notícias e impõem uma reavaliação da arquitetura da notícia, compreendida como a organização e a estrutura dos elementos narrativos que compõem uma reportagem. Neste artigo, investigamos essa possível reconfiguração e, para tanto, a análise da estrutura narrativa, do uso de fontes e da integração de dados em portais como o G1 apresenta-se como locus privilegiado para compreendermos como estão sendo construídas a efetividade e a credibilidade das notícias geradas por IA.

Nestes portais, a estrutura narrativa tradicional do jornalismo, composta por título, *lead* e desenvolvimento, adquire novas funções, mas permanece como pilar da informação. Para Bertolini (2015), o título jornalístico assume função primordial no ambiente digital, atuando como chamariz para o leitor diante da quantidade de informações disponíveis. No contexto das notícias automatizadas, Bertolini (2015), reforça que a formulação de títulos representa um fator primordial para a disputa de atenção dos usuários de modo a aumentar os clicks e visitas aos sites de notícias, componente crucial para otimização em mecanismos de busca. O autor categoriza o "novo título jornalístico" em tipos que refletem essa versatilidade, variando de formatos tradicionais a outros que exploram

curiosidade, listas ou emoção, evidenciando sua complexidade e proeminência nas plataformas digitais.

O lead, por sua vez, continua a ser o elemento central para a rápida compreensão dos fatos ao sintetizar as informações mais relevantes no início da reportagem (Franco, 2008). Em notícias geradas por IA, o algoritmo condensa os dados essenciais nos primeiros parágrafos, aderindo aos princípios da pirâmide invertida, formato clássico da organização da informação jornalística, segundo Diakopoulos (2019) e Marconi (2020), é um indicativo de sua sofisticação.

O desenvolvimento da reportagem desdobra os detalhes e aprofunda o tema, fornecendo contexto e evidências. Para Diakopoulos (2019), a organização do conteúdo, mesmo em narrativas automatizadas, busca seguir uma lógica que conduz o leitor através dos fatos, apresentando informações de maneira clara e sequencial, buscando mimetizar padrões jornalísticos humanos. A coesão textual, que assegura a fluidez e a interconexão entre as ideias, é critério relevante para avaliar a qualidade das notícias automatizadas, pois um texto bem construído facilita a compreensão e assimilação da informação (Franco, 2008).

Além disso, a credibilidade de uma notícia está intrinsecamente ligada à transparência e à diversidade de suas fontes, elementos cruciais para a verificação de fatos e garantia da confiabilidade do conteúdo. No jornalismo tradicional, a checagem e a atribuição de fontes são pilares éticos e profissionais (Barbosa et al., 2018). Contudo, a emergência das reportagens automatizadas reconfigura a dinâmica de apuração e apresentação dessas fontes. Marconi (2020) afirma que a utilização predominante de dados estruturados e informações oficiais como base para a geração de conteúdo por IA levanta questões cruciais sobre a origem primária das informações, a profundidade da validação e a capacidade de oferecer múltiplas perspectivas que a diversidade de fontes humanas proporcionaria.

A integração de dados, por meio de elementos visuais como gráficos e estatísticas, representa uma das inovações da IA no jornalismo, alterando a arquitetura da notícia. Em ambientes multiplataforma, a automação permite otimizar a produção e enriquecer a narrativa, tornando as informações mais acessíveis e envolventes (Nunes, 2016; Nishiyama, 2018). No entanto, essa integração levanta desafios sobre a clareza e a precisão da informação, ressaltando a importância da intervenção humana na curadoria e adaptação do conteúdo (Cools & Diakopoulos, 2024).

Notícia automatizada no G1: padrões estruturais e diretrizes editoriais

Para o alcance dos objetivos propostos na pesquisa, o primeiro passo foi a formação do corpus de análise, a partir da busca por matérias no sistema interno de pesquisa do G1, combinando as palavras-chave específicas: "inteligência artificial"; "conteúdo automatizado"; "produzido automaticamente"; "resultado das eleições"; "Censo IBGE"; e "resultado da loteria". O critério fundamental de inclusão foi a presença do aviso institucional ao final do texto: *"Esta reportagem foi produzida de modo automático com o apoio de um sistema de inteligência artificial"*. Tal declaração foi utilizada como critério de rastreamento e verificação do uso da tecnologia. A amostragem é composta por conteúdos que continham o anúncio público de utilização de ferramentas automatizadas e que foram publicadas pelo portal entre 2020 e 2024 em três categorias: resultados de eleições (2020 e 2024), Censo do IBGE (2023) e resultados de loterias (2024).

A segunda etapa foi a constituição do corpus: cinco matérias de cada cobertura, totalizando 20 textos e links. Segundo Rodrigues et al. (2011), na pesquisa qualitativa, a escolha da amostra é intencional e estratégica, guiada pelo objetivo de compreender fenômenos em profundidade, e não de quantificá-los. Assim, a relevância do conteúdo, ou seja, o fato de as matérias analisadas

serem reconhecidas pelo próprio G1 como produtos gerados por inteligência artificial, é o que justifica sua inclusão no estudo, e não a frequência ou aleatoriedade da publicação.

Para a terceira etapa, análise do conteúdo das reportagens automatizadas, foram definidos cinco critérios principais que orientaram a leitura crítica e comparativa do corpus: (1) estrutura narrativa, considerando se o título e o lead seguem o padrão tradicional do jornalismo ou apresentam alterações motivadas pela automação; (2) uso de fontes, com o objetivo de verificar se há presença de entrevistas, declarações, fontes oficiais ou se o conteúdo se restringe à reprodução de dados estruturados; (3) organização da informação, a fim de identificar a permanência ou transformação da lógica da pirâmide invertida e de outras convenções narrativas; (4) integração de dados, analisando como recursos como gráficos, infográficos, vídeos e estatísticas são incorporados ao texto; e (5) presença de intervenção humana, na inferência de eventuais marcas de edição, adaptação ou autoria jornalística nos conteúdos gerados por IA.

A definição desses critérios segue a perspectiva da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que compreende a decomposição sistemática do material em categorias temáticas, permitindo a interpretação das regularidades e das significações presentes nos textos. Com base nesse referencial, buscou-se compreender em que medida a IA impacta a arquitetura da notícia e os modos de produção jornalística no ambiente digital. Abaixo, no Quadro 1, elencamos as matérias que compõem o nosso corpus e, adiante, apresentamos a nossa análise a partir destas categorias.

Quadro 1 – Corpus da pesquisa

CATEGORIA	MATÉRIAS
Eleições (2020)	Izaías, do DEM, é eleito prefeito de Aparecida D'oeste São José do Rio Preto e Araçatuba G1
	Suelen Mative, do Republicanos, é eleita prefeita de Caiabu Presidente Prudente e Região G1
	Adna, do PP, é eleita prefeita de Guaraíta Goiás G1
	Juca, do PP, é eleito prefeito de Bossoroca Rio Grande do Sul G1
	Mônica, do Cidadania, é eleita prefeita de São Bentinho Paraíba G1
Eleições (2024)	Eleições 2024: Izaías, do PSD, é eleito prefeito de Aparecida d'Oeste no 1º turno
	Eleições 2024: Suelen Mative, do REPUBLICANOS, é eleita prefeita de Caiabu no 1º turno
	Eleições 2024: Hebim da Marcela, do PP, é eleito prefeito de Guaraíta no 1º turno Eleições 2024 em Goiás G1
	Eleições 2024: Beto Nascimento, do PP, é eleito prefeito de Bossoroca no 1º turno
	Eleições 2024: Giovana Olímpio, do REPUBLICANOS, é eleita prefeita de São Bentinho no 1º turno Eleições 2024 na Paraíba G1

Censo IBGE (2023)	População em Ananindeua (PA) é de 478.778 pessoas, aponta o Censo do IBGE Pará G1
	População em Serra (ES) é de 520.649 pessoas, aponta o Censo do IBGE Espírito Santo G1
	População em Palmas (TO) é de 302.692 pessoas, aponta o Censo do IBGE Tocantins G1
	População em Porto Alegre (RS) é de 1.332.570 pessoas, aponta o Censo do IBGE Rio Grande do Sul G1
	População em Caucaia (CE) é de 355.679 pessoas, aponta o Censo do IBGE Ceará G1
Loteria (2024)	Resultado da Quina, concurso 6431 Loterias G1
	Resultado da Quina, concurso 6430 Loterias G1
	Resultado da Quina, concurso 6433 Loterias G1
	Resultado da Quina, concurso 6434 Loterias G1
	Resultado da Quina, concurso 6435 Loterias G1

Fonte: Quadro elaborado pelos autores

Estrutura narrativa

Em todas as coberturas analisadas, a predominância é do padrão narrativo altamente padronizado e repetitivo. Títulos e leads são informativos e objetivos, mas seguem fórmulas fixas e templates automáticos. Exemplos incluem: "[Nome do candidato], [partido] é eleito prefeito de [cidade] (Eleições 2020)". "Eleições 2024: "[Nome do candidato], [partido] é eleito prefeito de [cidade]". "População em [cidade] é de X mil habitantes, aponta censo do IBGE" (Censo), "Resultado da Quina, concurso [número do concurso]" (Loterias). O corpo do texto, nas quatro análises, restringe-se à reprodução de

dados, sem desenvolvimento posterior da narrativa, variações estilísticas ou aprofundamento analítico, resultando em um formato que, nas eleições e censo é linear e previsível. A aderência à pirâmide invertida é formal, mas a falta de desdobramento limita a dimensão interpretativa. Já nas loterias, é meramente burocrático de registro, algo que o aplicativo oficial das Loterias Caixa já entrega, nem se configurando como notícia em termos de estrutura.

Uso de fontes

Em todas as coberturas analisadas, o uso de fontes é extremamente restritivo e limitado a dados oficiais e estruturados, sem a presença de vozes humanas ou fontes secundárias. Nas eleições (2020 e 2024), as fontes são exclusivamente o TSE. No Censo 2023, os dados são brutos do IBGE. Nas Loterias 2024, apenas a Caixa Econômica Federal é mencionada. Essa característica reforça o caráter puramente informacional e automatizado da produção, que se baseia na extração e formatação de dados, não em apuração jornalística ou contextualização. A ausência de declarações, análises de especialistas, testemunhos ou outras perspectivas limita a profundidade e a pluralidade da informação.

Organização da informação

A organização da informação em todas as coberturas segue um padrão descritivo, direto e altamente funcional na entrega de dados, mas com desenvolvimento limitado e sem aprofundamento contextual. Embora a estrutura formalmente obedeça à lógica da pirâmide invertida, o conteúdo se restringe à enumeração ou repetição de dados quantitativos (candidatos, cidades, população, números sorteados). Há ausência de articulação interpretativa ou narrativa mais ampla, o que limita o potencial de leitura crítica e contextualização. Nas loterias, essa estrutura resulta em matérias mais próximas a boletins informativos e nas eleições e censo, o

conteúdo é estático e descontextualizado, reforçando a geração por templates.

Integração de dados

A integração de dados avança ao longo do tempo, mas com características distintas. Nas coberturas de Eleições 2020, Censo 2023 e Loterias 2024, a integração era minimalista ou inexistente, restringindo-se predominantemente à textualização de tabelas, números ou listas simples, sem gráficos visuais, infográficos interativos ou multimídia. Já nas Eleições 2024, houve avanço com a incorporação de gráficos interativos (dados demográficos, gastos de campanha), vídeos com narração automática e infográficos simples. Contudo, mesmo com esses recursos, eles operam de forma independente do texto, funcionando mais como complementos informativos do que como elementos integrados a uma narrativa multimodal coesa, sem conexão interpretativa com o texto escrito.

Presença de intervenção humana

Em todas as coberturas analisadas, os sinais de automação são evidentes e recorrentes, apontando para o uso de sistemas baseados em templates. Há uma forte padronização nas frases e estruturas sintáticas, ausência de variações estilísticas, editoriais ou narrativas, e um vocabulário reduzido. Embora a intervenção humana seja formalmente indicada por avisos institucionais de supervisão de jornalistas, ao final de cada texto, a análise não revela sinais explícitos de edição, adaptação ou autoria individualizada. O alto grau de repetição sugere que a supervisão se dá em nível processual ou por amostragem, e não no conteúdo individual. A ausência de marcas de autoria individual é uma característica comum a todos os blocos automatizados, confirmando que o conteúdo é gerado automaticamente com pouca ou nenhuma edição humana direta no texto final.

As análises realizadas até aqui evidenciam tanto os padrões comuns quanto as especificidades de cada tipo de cobertura automatizada conduzida pelo G1. Para sintetizar esses elementos de forma visual e sistemática, o quadro a seguir apresenta um panorama comparativo das principais características observadas nas matérias automatizadas do G1 entre 2020 e 2024, com base nos critérios definidos pela pesquisa.

Quadro 2 – Análise comparativa das matérias automatizadas do G1 (2020–2024)

CRITÉRIO	ELEIÇÕES 2020	CENSO 2023	LOTERIAS 2024	ELEIÇÕES 2024
1. Estrutura narrativa	Título objetivo e repetitivo ("Veja o resultado em..."); leads informativos e corpo textual enxuto.	Título padronizado com dados diretos ("População de [cidade] é..."); narrativa curta e descritiva.	Estrutura quase de boletim; título padrão ("Veja os números sorteados..."), corpo mínimo.	Título mais completo ("Fulano é eleito..."); mantém padrão, mas há inclusão de perfil e detalhamento.
2. Uso de fontes	Apenas dados estruturados do TSE; sem entrevistas ou comentários.	Fonte única (IBGE); sem vozes humanas ou contextualizações.	Dados exclusivamente da Caixa Econômica Federal; sem fontes adicionais.	Fonte única (TSE); dados mais detalhados, mas ainda sem fontes humanas ou contextualização analítica.

3. Organização da informação	Pirâmide invertida no lead; sequência fixa de dados (votos, nomes, porcentagens).	Estrutura descritiva com comparação entre censos; sem desenvolvimento.	Informações listadas (números, valor, local); organização mínima.	Lead com resultado + sequência estruturada (votos, perfil, campanha); maior volume informativo.
4. Integração de dados	Presença de números e tabelas; sem elementos visuais ou gráficos interativos.	Dados apenas em texto; ausência de gráficos, vídeos ou infográficos.	Listagem numérica simples; sem apoio visual.	Inclusão de gráficos, vídeos automatizados e infográficos com cruzamento de dados.
5. Sinais de automação	Alta padronização textual; ausência de variações linguísticas ou narrativas.	Estrutura e vocabulário fixos; textos uniformes com mudanças apenas nas variáveis.	Texto idêntico entre matérias, com mudanças apenas em números e datas.	Padronização mantida; apesar da ampliação multimodal, não há sinais evidentes de autoria humana.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores

A análise evidencia a consolidação de um modelo jornalístico orientado por dados e escalabilidade, focado no volume quantitativo e na agilidade da entrega de informações. Essa estratégia posiciona a IA como ferramenta de extensão da cobertura, permitindo alcance massivo e rapidez na divulgação de pautas

baseadas em dados estruturados, um modelo que Marconi (2020) descreve como inerente ao jornalismo automatizado. O padrão recorrente em todas as amostras analisadas é a limitação intrínseca desse modelo em relação a elementos fundamentais do jornalismo, como a contextualização aprofundada, a análise crítica e a pluralidade de vozes (Cools & Diakopoulos, 2024). A ausência completa de fontes secundárias, especialistas ou qualquer mediação jornalística e de vozes humanas é um indicativo da prioridade conferida à confiabilidade dos dados estruturados, em detrimento da diversidade de perspectivas que caracteriza a apuração tradicional (Barbosa et al., 2018). Essa limitação reduz o papel do jornalismo à mera reprodução de dados brutos.

Similarmente, a restrição na integração de dados visuais, infográficos ou visualizações comparativas, especialmente em conteúdos que lidam com dados repetitivos, compromete a atratividade, o engajamento e o aproveitamento pleno da informação. Mesmo com avanços em coberturas mais recentes, como as Eleições de 2024, onde elementos visuais são incorporados, esses recursos operam de forma independente do texto, sem conexão interpretativa que construa uma narrativa multimodal coesa. De forma específica, a cobertura do Censo 2023 e das Loterias 2024 exemplifica a adoção de um modelo voltado à produção quantitativa e agilidade em demandas rotineiras. Ainda que funcionais e forneçam dados de interesse público com rapidez, esses conteúdos carecem de contextualização, interpretação e pluralidade. Tal modelo empobrece a prática jornalística ao reduzir a informação a dados crus, desprovidos de análise, contexto ou vínculo com o interesse público mais amplo, assumindo um papel estritamente informacional e factual, sem mediação crítica.

A cobertura automatizada das Eleições de 2024 evidencia o amadurecimento desse modelo, com avanços em visualização e volume informativo. No entanto, persistem restrições significativas em relação à análise, pluralidade de vozes e contextualização local.

A evolução técnica do sistema convive com limitações estruturais na mediação crítica, aspectos já apontados por Diakopoulos (2019) e Cools e Diakopoulos (2024) como desafios do jornalismo automatizado, reafirmando o papel da IA como uma ferramenta de produção informativa, eficiente em termos de quantidade, porém ainda distante da complexidade exigida por uma cobertura jornalística interpretativa e aprofundada. Diante do cenário delineado por essas análises, faz-se essencial examinar as diretrizes e políticas que regem a implementação do uso de IA no Grupo Globo, bem como o discurso sobre o jornalismo automatizado, compreendendo como o veículo se posiciona diante desses desafios e potencialidades.

Diretrizes do Grupo Globo: entre princípio lógico e busca por legitimidade

Com a crescente adoção de ferramentas automatizadas e de IA no jornalismo, organizações de mídia e de notícias passaram a publicar diretrizes e políticas editoriais internas (De-Lima-Santos, et al., 2024; Becker et al., 2025). Segundo Silva (2025), questões como transparência sobre a aplicação da IA, responsabilidade pelo conteúdo gerado, supervisão humana, potencial de vieses e discriminações e o impacto na credibilidade da informação são centrais nestes debates. Neste sentido, destacamos como as diretrizes costumam abordar o potencial de otimização de recursos e de tempo que a adoção destas tecnologias permitem e como as questões da supervisão humana e da delimitação de se apresentam como centrais nestes documentos (Becker et al., 2025).

No contexto brasileiro, a política editorial do Grupo Globo, alinha-se a essa tendência global de formalizar a supervisão sobre o conteúdo gerado por IA. Iremos analisá-la a partir de quatro aspectos: pontos propositivos, pontos vagos, pontos contraditórios e pontos ausentes. Destrinchamos adiante estes pontos.

Pontos propositivos

Por pontos propositivos, entendemos aspectos que a política editorial procura marcar uma posição e estabelecer compromissos em relação ao uso das ferramentas de IA. O primeiro aspecto a pontuar é a própria atualização da política editorial em si. O texto adota um tom de abertura aos processos de inovação tecnológica, reconhecendo os amplos impactos que as ferramentas de IA podem causar. Neste sentido, a atualização das diretrizes representa um reconhecimento formal do uso de IA, procurando dar transparência institucional sobre a aplicação da tecnologia ao longo do processo de produção jornalística. Cabe destacar, ainda, a previsão de revisão periódica da política, com o grupo se mostrando flexível a acompanhar as mudanças tecnológicas.

O segundo ponto gira em torno da defesa de valores que o grupo empresarial considera como norteadores do exercício do jornalismo, destacando princípios da isenção, da correção e da agilidade. A política declara que as ferramentas serão empregadas como um meio para "*aprimorar a qualidade do jornalismo*" (G1, 2024), mas que não devem alterar estes princípios. Um terceiro ponto de posicionamento da diretriz diz respeito à limitação do uso da IA em textos opinativos e editoriais. Ainda que não deixe evidente o que considera enquanto textos opinativos, há aqui uma defesa da centralidade da análise humana.

Por fim, o grande ponto propositivo da atualização diz respeito à defesa da supervisão humana nos conteúdos produzidos com IA. Assim como outras políticas editoriais, conforme citado anteriormente, este aspecto é central no texto e afirma que nenhum conteúdo deve ser veiculado sem monitoramento editorial. Esta diretriz, no entanto, apresenta contradições, como veremos adiante.

Pontos vagos

O segundo ponto de análise da política editorial gira em torno do que nomeamos como pontos vagos. Ou seja, pontos em que o

documento afirma algum princípio, porém não detalha como ele será aplicado. Neste sentido, o primeiro aspecto diz respeito à transparência do uso de ferramentas de IA. Observamos que há uma transparência seletiva, ou seja, o texto informa que o Grupo Globo irá utilizar ferramentas de IA, atestando que a atualização em si é parte desse processo, porém a forma e como elas foram utilizadas só serão destrinchadas quando *"contribuir para que o público compreenda as circunstâncias em que a reportagem foi produzida"* (G1, 2024).

O segundo aspecto se refere à responsabilização do conteúdo veiculado com o emprego de IA. No texto, a responsabilização é toda atribuída aos profissionais, sem qualquer menção de responsabilidade editorial do Grupo Globo. Neste sentido, o texto é categórico ao afirmar que a *"responsabilidade final pelo conteúdo veiculado, entretanto, será sempre dos profissionais envolvidos e os jornalistas vão adotar estratégias para que eventuais erros e enviesamentos produzidos pela inteligência artificial (...) não resultem em erros ou enviesamentos na cobertura jornalística"* (G1, 2024). Não é mencionada, entretanto, quais estratégias devem ser utilizadas.

Por fim, o texto afirma que a utilização de IA deverá sempre respeitar os direitos autorais e a propriedade intelectual, porém, novamente não há qualquer menção às diretrizes de como isso deverá ser feito, quais salvaguardas devem ser tomadas, atribuindo, novamente, ao profissional jornalista esta responsabilidade.

Pontos contraditórios

O terceiro ponto que identificamos na atualização da política editorial diz respeito a pontos que consideramos contraditórios. Neste sentido, o grande aspecto contraditório é o que trata da supervisão humana. A política editorial apesar de fazer a defesa enfática do procedimento, como citamos anteriormente, trata de relativizar a inspeção humana ao contrapor-la à lógica da eficiência.

O item “b” do primeiro ponto da atualização, nomeado de “Transparência e supervisão humana” é significativo neste sentido:

b) O uso de inteligência artificial deve sempre ser supervisionado por um humano, e nenhum conteúdo produzido com a tecnologia deve ser veiculado sem essa supervisão. Isso não significa que cada conteúdo gerado de forma automatizada passará por uma revisão humana antes de ser veiculado. Essa obrigação tornaria inócua boa parte da eficiência e abrangência permitidas pelo uso da ferramenta (G1, 2024).

Pontos ausentes

Por fim, o último ponto da nossa análise identificou se debruça para aspectos centrais no debate sobre implementação de IA no jornalismo e da produção de documentos principiológicos e de boas práticas no uso destas ferramentas (Silva, 2025). O primeiro aspecto é a ausência, no texto, de previsão de mecanismos públicos de fiscalização ou de auditoria externa sobre o uso e aplicação da IA no G1 e no Grupo Globo como um todo, levando à uma centralização decisória e, conseqüentemente, falta de transparência sobre se de fato as diretrizes foram e estão sendo seguidas pelo portal. O outro aspecto que gostaríamos de destacar se refere às condições de trabalho dos profissionais e a própria reconfiguração das práticas e rotinas jornalísticas. O texto enfatiza a retórica da otimização de recursos e de disseminação do conteúdo, mas silencia sobre o impacto nas relações sociais de trabalho e da própria prática e rotina jornalística.

Síntese da política editorial

A análise da atualização da política editorial do Grupo Globo em quatro pontos (propositivos, vagos, contraditórios e ausentes) nos permitiu observar dois principais objetivos na iniciativa. O

primeiro, mais explícito, é promover uma implementação responsável e estabelecer parâmetros éticos, de modo a servir a jornalistas e profissionais de comunicação no estabelecimento de um arcabouço prático e principiológico de boas práticas no uso destas ferramentas.

O segundo objetivo é a produção de um discurso público de legitimação do fazer jornalístico e de produção de credibilidade da organização. Por um lado, há a demonstração da constante adesão às tecnologias emergentes, posicionando o Grupo Globo enquanto organização que está atualizada, por outro, servem também como forma de reafirmar a importância do tipo de jornalismo praticado pela organização.

Neste sentido, embora a IA não seja apresentada como uma tecnologia neutra, ela é tratada meramente como instrumental. A atualização da política editorial, produzida no contexto histórico de transformações tecnológicas e questionamentos éticos, trata diretamente das ferramentas de IA, mas pelo caráter vago pouco avança sobre as implicações e diretrizes mais estruturadas do uso das ferramentas de IA nas práticas jornalísticas. Os novos princípios ressoam o que Leal et al (2014) apontam sobre a atualização da política editorial do Grupo em 2011 sobre a "Era Digital ": o que parece estar em jogo é a busca pela permanência da legitimidade de uma forma específica do fazer jornalístico, do entendimento do que é o jornalismo, mas mais especificamente da figura do jornalista humano, mas de modo contraditório.

Considerações finais

O artigo analisou como o portal G1 tem utilizado a inteligência artificial na produção de notícias automatizadas, com foco em três frentes: resultados das eleições municipais (2020 e 2024), dados do Censo Demográfico (2023) e resultados de loteria (2024). Buscou-se compreender como os princípios editoriais atualizados em 2024

orientam essa prática e quais padrões estruturais emergem da arquitetura dessas notícias geradas por IA.

A análise evidenciou que o uso da IA se concentra em conteúdos baseados em dados estruturados e confiáveis, que permitem alta frequência de publicação, padronização e rapidez. A IA atua, nesses casos, como possibilidade para produção em larga escala de conteúdos informativos objetivos. Essa automação ocorre dentro de uma arquitetura rígida e previsível, com estrutura narrativa fixa, ausência de fontes humanas, linguagem simplificada e pouca ou nenhuma integração multimodal, fatores que, embora adequados à entrega rápida da informação, limitam o caráter interpretativo e contextual do jornalismo.

A política editorial, embora represente um avanço institucional ao explicitar critérios éticos para o uso da IA, apresenta lacunas significativas. A supervisão humana, defendida no documento, é relativizada pela lógica da eficiência; a transparência com o público é condicionada; e os impactos sobre o trabalho jornalístico são silenciados. A defasagem entre a implementação da IA (2020) e a formalização das diretrizes (2024) revela uma fragilidade na governança das inovações tecnológicas, com períodos de uso sem normatização pública.

Essas lacunas evidenciam tensão entre inovação tecnológica e responsabilidade editorial. Ao formalizar diretrizes após anos de uso contínuo da IA, o Grupo Globo demonstra que a adoção dessas ferramentas foi guiada prioritariamente por demandas operacionais, e não por uma preocupação ética ou participativa com os impactos sobre o fazer jornalístico. A política editorial, embora simbólica, atua mais como legitimadora de práticas já consolidadas do que como instrumento de regulação efetiva. Assim, a transparência se torna seletiva, e a supervisão humana, muitas vezes restrita a processos automatizados de validação, dilui o princípio de responsabilidade individual do jornalista. A governança editorial da IA, portanto, ainda carece de mecanismos que assegurem equilíbrio entre agilidade

tecnológica, compromisso público com a informação e valorização da mediação crítica que caracteriza o jornalismo enquanto campo profissional.

A análise do conteúdo gerado por IA permitiu a identificação de padrões na arquitetura da notícia automatizada, como padronização narrativa, dependência exclusiva de dados oficiais, baixa integração visual e modularidade textual. Esses elementos contribuem para a construção de um jornalismo orientado por dados, mas também apontam para os limites da automação enquanto prática jornalística plena. A IA, nesse modelo, substitui o processo produtivo, mas não a mediação humana necessária para interpretar, contextualizar e problematizar a informação.

Ao identificar os limites narrativos, estruturais e editoriais da automação, este estudo contribui para o debate sobre os rumos da profissão em um cenário mediado por tecnologias cada vez mais sofisticadas. A reflexão sobre a arquitetura da notícia automatizada não é apenas técnica, mas também política: trata-se de compreender o lugar do jornalismo em tempos de dados abundantes, algoritmos opacos e produção acelerada e, sobretudo, de reforçar o papel insubstituível da mediação humana no compromisso com o interesse público e com a qualidade da informação.

Esse cenário levanta questões relevantes sobre o futuro do jornalismo enquanto prática interpretativa, crítica e socialmente comprometida. Se a automatização avançar para além dos limites do factual estruturado, sem garantias de transparência, responsabilidade editorial e diversidade de perspectivas, corre-se o risco de transformar o jornalismo em um processo técnico de gerenciamento de dados, esvaziado de seu papel de mediação qualificada entre os acontecimentos e o público.

A incorporação da automação no trabalho jornalístico não apenas representa mudanças técnicas, mas cria novas dinâmicas de interação entre profissionais e tecnologias, tendo os impactos mais significativos das tecnologias digitais e a reconfiguração das

estruturas de produção. Em jogo está não apenas uma lógica de quantidade e velocidade, mas a reconfiguração da mediação simbólica operada pelos jornalistas e pelo jornalismo.

Referências

Barbosa, S., Machado, E., & Palacios, M. (Orgs.). (2018). *GJOL: 20 anos de percurso: textos fundadores e metodológicos*. EDUFBA.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.). Edições 70.

Beckett, C., & Yaseen, M. (2023, setembro). *Generating change: A global survey of what news organisations are doing with artificial intelligence*. London School of Economics and Political Science (LSE) – JournalismAI.

<https://static1.squarespace.com/static/64d60527c01ae7106f2646e9/t/656e400a1c23e22da0681e46/1701724190867/Generating+Change+-+The+Journalism+AI+report+-+English.pdf>.

Bertolini, J. (2015). O novo título jornalístico: Dez categorias do ambiente digital. *Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*, 1(9). <https://doi.org/10.5380/am.v1i9.37438>.

Cools, H., & Diakopoulos, N. (2024). Uses of generative AI in the newsroom: Mapping journalists' perceptions of perils and possibilities. *Journalism Practice*, 1–19. <https://doi.org/10.1080/17512786.2024.2394558>.

Correia, J. C., & Amaral, I. (2021). Inteligência artificial e jornalismo: Temas emergentes (2015–2020). *Media & Jornalismo*, 21(39). https://novaresearch.unl.pt/files/34774657/202109091508_202108_temasemergentespesquisajornalismo_jccorreiaamaral_175_194.pdf.

De-Lima-Santos, M.-F., Yeung, W. N., & Dodds, T. (2024). Guiding the way: A comprehensive examination of AI guidelines in global media. *AI & Society*. <https://doi.org/10.1007/s00146-024-01973-5>.

Diakopoulos, N. (2019). *Automating the news: How algorithms are rewriting the media*. Harvard University Press.

Fante, A., & Ringel, F. (2020). Jornalismo, podcast e as arquiteturas da notícia. In *Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-1849-1.pdf>.

Franco, G. (2008). *Como escrever para a web: Técnicas para criação de textos claros, concisos e relevantes*. Centro Knight para o Jornalismo nas Américas. <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/ebook/como-escrever-para-web>.

G1. (2024, junho 27). Grupo Globo atualiza princípios editoriais para incluir orientações sobre inteligência artificial. *G1*. <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2024/06/27/grupo-globo-atualiza-principios-editoriais-para-incluir-orientacoes-sobre-inteligencia-artificial.ghtml>.

Ioscote, F. C. (2021). Journalism and artificial intelligence: Trends in Brazilian research between 2010 and 2020. *Novos Olhares*, 10(2), 162–182. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2021.188912>.

Marconi, F. (2020). *Newsmakers: Artificial intelligence and the future of journalism*. Columbia University Press.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2020). *Metodologia do trabalho científico* (8ª ed., 4ª reimpr.). Atlas.

Nishiyama, A. F. (2018). Arquiteturas da notícia em apps jornalísticos: Características e tendências. *Revista FAMECOS*, 25(3), ID29299. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2018.3.29299>.

Nunes, P. (Org.). (2016). *Jornalismo em ambientes multiplataforma*. Editora do CCTA.

Rodrigues, A. J., Gonçalves, H. A., Menezes, M. B. C., & Nascimento, M. F. (2011). *Metodologia científica* (4ª ed., rev. e ampl.). Unit.

Silva, J. G. da. (2025). *Inteligência artificial no jornalismo: Diretrizes éticas, valores institucionais e indicadores de boas práticas* (Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP). <https://hdl.handle.net/11449/296075>

MULHERES NEGRAS, PRESENTE! MÍDIA, NARRATIVAS HEGEMÔNICAS E A INVISIBILIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E RAÇA

Cinthya Pires Oliveira
Flavia Marinho Duarte dos Santos

Introdução

Chegamos a 2025, um quarto dos anos do século XXI. Nesse mesmo ano, marcos históricos: 77 anos do Dia Internacional dos Direitos Humanos, 50 anos do Dia Internacional da Mulher, 33 anos do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e 10 anos da Lei do Feminicídio (nº 13.104/2015).

Apesar dos desdobramentos de políticas públicas, dos avanços tecnológicos que podem auxiliar no monitoramento e na segurança dos cidadãos, apesar da celeridade das formas de comunicação e da multiplicação de meios de comunicação, prevalecem questões básicas que ameaçam a existência das mulheres. Pela construção sócio-histórica e política, corpos femininos são violentados de múltiplas formas e, muitas vezes, invisibilizados e silenciados.

Essa não é uma realidade observada apenas no Brasil. Relatório da ONU¹¹ (2017) indica o crescente número de políticas públicas nacionais de proteção às mulheres na América Latina e no Caribe, embora a região seja identificada como a mais violenta do mundo. Em 2021, cerca de 4.473 mulheres foram vítimas de feminicídio em 29 países e territórios da região, segundo os últimos dados oficiais informados pelo CEPAL¹². Esse quantitativo representa ao menos 12 mortes violentas de mulheres por razão de gênero a cada dia na região. Ainda segundo esse levantamento, o Brasil ocupa a 5ª posição entre as maiores taxas registradas de feminicídio (atrás somente de países como Honduras, República Dominicana, El Salvador, Bolívia). Em 2022, o número permanece expressivo: 4.050 mulheres vítimas de feminicídio em 26 países na região, sendo a maioria jovens mulheres, de 15 a 44 anos (grupo que corresponde a 70% dos casos).

Embora os números estejam atrelados aos registros formalizados e cada país possua sistemas específicos, assim como políticas públicas próprias, os dados demonstram a importância de refletirmos sobre as narrativas hegemônicas relacionadas à violência contra mulheres no Brasil, evidenciando possível articulação com os demais países latinos.

Enquanto mulheres, levantamos pequenas barreiras de proteção como a escolha por qual rua andar, a identificação de possível rota de fuga a ser traçada (entre andar na calçada próxima ao muro em que podemos ficar encurraladas ou no meio da rua — onde o maior fluxo de carros e pessoas pode ser uma questão decisiva em caso de ataque), entre o tipo de vestuário (tênis no lugar

¹¹ Relatório “Do Compromisso à ação: políticas para erradicar a violência contra as mulheres na América Latina e no Caribe. ONU, 2017.

¹² O Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe é uma iniciativa criada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), após determinação na X Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe (Consenso de Quito, 2007).

de salto pode garantir mais equilíbrio e agilidade). São diversos os mecanismos criados instintivamente para autoproteção, mas os dados mostram que os índices de agressões contra mulheres são majoritariamente provocados por violência patriarcal.

De acordo com o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), 65,8% dos feminicídios ocorrem dentro de casa, quando o espaço de suposta segurança e convívio familiar se torna uma área de risco para muitas brasileiras. Em 81,5% dos casos de feminicídio, o agressor pode ser identificado como homem pertencente ao cotidiano dessas mulheres. O relatório Visível e Invisível traz dados igualmente preocupantes: 37,5% relataram ter sido vítimas de algum tipo de violência nos últimos 12 meses - o maior índice desde o início do levantamento desses dados há 08 anos. Entre os tipos de violência mais recorrentes estão a agressão física, agressões verbais, ameaças, perseguições (*stalking*) e violência sexual.

Além disso, 25% das mulheres relataram que a violência ocorreu na presença dos filhos. Apenas 26,3% procuraram ajuda em órgãos públicos, e 60,9% não tomaram qualquer medida após a violência sofrida. Essas informações demonstram que a naturalização da violência e o medo de represália faz com que milhões de mulheres se mantenham inertes e não acessem os mecanismos de proteção disponíveis.

Com relação ao recorte racial, 62,4% das vítimas eram negras. Isso confirma um padrão estrutural de violência contra mulheres negras. O risco relativo de uma mulher negra ser assassinada é 2,2 vezes maior do que o de uma mulher branca. Dados evidenciam desequilíbrio nos indicadores de mortes não tipificadas como feminicídio: 62,7% das vítimas eram negras — violência intencional por interseccionalidade de gênero e raça. Mulheres negras são a maioria das vítimas em diversas formas de violência registradas nos relatórios emitidos por diferentes

instituições¹³. Além de representarem a maioria nos casos de feminicídios, elas também são mais atingidas por violências físicas e sexuais. Reflexo do racismo constituído sócio historicamente traduzido em números que são alarmantes, mas ainda invisibilizados pelas narrativas da mídia como veremos na sequência.

As pesquisas também demonstram que mulheres negras tendem a recorrer menos à justiça e aos serviços especializados. Os motivos são diversos: medo, descrença no sistema ou barreiras institucionais. Esse cenário evidencia a necessidade não somente de políticas públicas que considerem as dimensões de raça, classe e gênero de maneira integrada, mas também a urgência de ampliar iniciativas comunicacionais para derrubar as barreiras do racismo.

Para que as políticas públicas sejam efetivas, devem englobar outras instituições que não somente o campo legislativo e de segurança pública. Os meios de comunicação enquanto ordenadores receptivos podem contribuir massivamente para romper com o padrão societal de violência (KELLNER, 2001), porém o que observamos é a circulação de conteúdos homogeneizados produzidos pela mídia comercial hegemônica que, de modo geral, tendem a reforçar a violência, de modo a invisibilizar e naturalizar agressões contra mulheres. Diante da urgência em buscarmos estratégias de comunicação para mudança social com intencional direcionamento da atenção coletiva para o bem comum, de modo a potencializar as políticas públicas, este artigo tem como objetivo discorrer sobre a formação histórica de estruturas e narrativas

¹³Atlas da violência 2024. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024; Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2024; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil - 3a edição; Pesquisa DataSenado: Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher Negra. Instituto de Pesquisa DataSenado e Secretaria de Transparência. Brasília: Senado Federal, 2024.

mediáticas que moldam a atenção coletiva e fragilizam a compreensão dos direitos humanos no Brasil.

Como percurso, iniciamos o estudo com reflexões sobre a releitura dos direitos humanos e o discurso midiático que consolida o senso comum. Na sequência, discutimos alguns dados referentes à pesquisa empírica desenvolvida. Por fim, expomos como a alfabetização midiática e o uso de tecnologias sociais podem cooperar no direcionamento da atenção coletiva em prol de pensamento crítico sobre a realidade de agressões contra as mulheres (sobretudo mulheres negras), possibilitando a compreensão decolonial dos direitos humanos.

Mulheres negras e a crise dos direitos humanos no Brasil

A centralidade das mulheres negras¹⁴ nas estatísticas de violência no Brasil revela uma profunda crise de direitos humanos marcada por seletividades históricas e estruturais. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024)¹⁵ e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2025) evidenciam uma representação acentuada nas estatísticas de feminicídio, violência patriarcal, sexual, psicológica e institucional.

Conforme hooks (2020, p.95-96) “A violência patriarcal em casa é baseada na crença de que é aceitável que um indivíduo mais poderosos controle outros por meio de várias formas de força coercitiva. Essa definição estendida de violência doméstica inclui a violência de homens contra mulheres, a violência em relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo e a violência de

¹⁴Este artigo adotará a definição de negro utilizada pelo IBGE, que compreende a soma das categorias preto e pardo. OSORIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, nov. 2003. (Texto para Discussão, n. 996).

¹⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil - 3a edição. In: Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica • n.38

adultos contra crianças. O termo “violência patriarcal” é útil porque, diferentemente da expressão “violência doméstica”, mais comum, ele constantemente lembra o ouvinte que a violência no lar está ligada ao sexismo e ao pensamento sexista, à dominação masculina. Por muito tempo, o termo violência doméstica tem sido usado como um termo “suave”, que sugere emergir em um contexto íntimo que é privado e de alguma maneira menos ameaçador, menos brutal, do que a violência que acontece fora do lar. Isso não procede, já que mais mulheres são espancadas e assassinadas mais dentro de casa do que fora.

Collins (2024, p.10) argumenta ainda que a violência se manifeste como uma experiência individual e particularizada, sua origem e permanência estão profundamente enraizadas em estruturas sociais que a produzem, legitimam e, muitas vezes, a naturalizam. Trata-se, portanto, de um fenômeno que transcende o plano interpessoal, sendo socialmente arquitetado e, em geral, coletivamente tolerado sem que essa conscientização seja percebida pela maioria da população, sobretudo quando dirigido a grupos tradicionalmente vulnerabilizados, como as mulheres negras.

Segundo Collins (2024, p.19;22) “quando a violência resulta na morte prematura de um indivíduo que, de outro modo, teria sobrevivido, é mais fácil vê-la e analisá-la como causa da morte. Já as mortes excedentes são mais encobertas – e muitas vezes concebidas para assim permanecer, porque apontam para a culpabilidade institucional no encorajamento a violência. As mortes excedentes são padrões sociais, tendências que afetam alguns grupos em detrimento de outros – por exemplo, a menor esperança de vida das pessoas empobrecidas que morrem de doenças evitáveis. Para cada caso, a posição social das pessoas nas relações interseccionais de poder molda experiências e perspectivas sobre a violência”.

Essa vulnerabilidade não é acidental, mas historicamente produzida pelas dinâmicas que Patricia Hill Collins (2024) denomina como intersecções letais. Para a autora (2024, p.12), os sistemas de poder são interligados e interseccionais; assim, racismo, sexismo e desigualdade social atuam de forma interdependente, posicionando a mulher negra na base da hierarquia social - não por escolha, mas frequentemente por meio da violência.

Lélia Gonzalez (2020, p.56) em leitura de dados da década de 1960-1970 já apontava para as diferentes violações de direitos humanos que a mulher negra enfrentava para acessar a educação e o trabalho. Considerando a existência de uma divisão racial e sexual do trabalho, para a autora era evidente o processo de tríplice discriminação enfrentado por essas mulheres - em razão de sua raça, classe e sexo - e a forma como isso determina seu lugar historicamente marginalizado na estrutura da força de trabalho. Tal configuração as posiciona majoritariamente em ocupações precarizadas, mal remuneradas e desprovidas de direitos trabalhistas, como o trabalho doméstico, que ainda hoje representa um dos setores com maior presença de mulheres negras¹⁶.

Como observa Lélia Gonzalez (2020, p.59), a mulher negra carrega as marcas da colonialidade em sua trajetória laboral, sendo percebida socialmente como “mucama” ou “empregada”, rótulos que sintetizam a naturalização de sua subalternidade. Nesse sentido, a intersecção entre racismo, sexismo e desigualdade de classe não apenas restringe o acesso dessas mulheres a oportunidades, mas reforça cotidianamente a desvalorização de seus corpos e saberes, perpetuando ciclos de vulnerabilidade social e econômica.

A persistente negação de direitos às mulheres negras revela o caráter estrutural e institucional do racismo no Brasil, o qual atua

¹⁶Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/emprego-domestico-no-brasil-e-formado-por-mulheres. Acesso em: 14/05/2025.

de modo silencioso e persistente, definindo quem é digno de proteção e quem pode ser descartado. A cidadania dessas mulheres é continuamente negada ou restringida, situando-as como “não plenamente humanas” dentro da lógica dos direitos formais.

Sob essa perspectiva, importante destacar que o racismo não é apenas uma questão de caráter individual, praticado nas relações interpessoais por alguém que não adere aos valores liberais, que não valoriza a crença na igualdade e na liberdade formal como princípios universais atribuídos a um “homem universal”. Essa perspectiva sugere que o problema poderia, em tese, ser resolvido por meio de uma mudança de mentalidade. No entanto, neste trabalho, sustentamos que o racismo possui uma dimensão coletiva que não pode ser desconsiderada, além de reconhecer que os valores de igualdade e liberdade formal defendidos pelo liberalismo jamais se concretizaram de forma material e universal (QUIJANO, 2005; ALMEIDA, 2019; MOREIRA, 2020).

Nesse contexto, torna-se necessário repensar a concepção universalista e indivisível dos direitos humanos, segundo a qual a mera condição de pessoa seria suficiente para a titularidade de direitos, partindo do pressuposto de que o ser humano é essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e de uma dignidade intrínseca à sua condição (PIOVESAN, 2017, p. 55-59). Para os universalistas, os direitos humanos derivam da dignidade da pessoa humana, compreendida como um valor inerente a todos os indivíduos. Em contraste, a perspectiva relativista sustenta que a noção de direitos está profundamente vinculada ao contexto político, econômico, cultural, social e moral de cada sociedade.

Embora existam diversas definições relevantes sobre o que são os direitos humanos, bem como críticas contundentes à concepção universalista e eurocentrada - ainda hegemônica no cenário internacional, este texto não se propõe a aprofundar esse debate. O objetivo, aqui, é apresentar uma proposta de releitura dos

direitos humanos a partir das vivências concretas e encarnadas pelas mulheres negras, tomando-as como ponto de partida para a própria redefinição do que se entende por direitos humanos.

O autor Boaventura de Sousa Santos defende uma concepção multicultural de direitos humanos, fundamentada no diálogo entre culturas e orientada por um multiculturalismo emancipatório. Em perspectiva que dialoga, Joaquín Herrera Flores propõe a ideia de um universalismo de confluência —ou seja, um universalismo entendido como ponto de chegada, e não como ponto de partida. Como afirma o autor: "Nossa visão complexa dos direitos baseia-se em uma racionalidade de resistência. Uma racionalidade que não nega que é possível chegar a uma síntese universal das diferentes opções relativas a direitos. (...) O que negamos é considerar o universal como um ponto de partida ou um campo de desencontros. Ao universal há que se chegar - universalismo de chegada ou de confluência - depois (não antes) de um processo conflitivo, discursivo, de diálogo (...). Falamos de entrecruzamento e não de uma mera superposição de propostas." (PIOVISAN, 2017, p.60). Essa perspectiva desloca a centralidade do paradigma universalista abstrato e aponta para a construção de um conceito de direitos humanos que emerge do diálogo intercultural, da experiência concreta dos sujeitos e da mediação entre saberes plurais.

Charles W. Mills desafia a filosofia política tradicional ao demonstrar como as noções de neutralidade e universalidade, frequentemente associadas aos direitos e à cidadania, foram historicamente construídas para encobrir processos de exclusão racial. Em *O contrato racial*, o autor argumenta que tal contrato não se trata de um fenômeno restrito ao passado, mas de uma estrutura persistente e ativa que continua a moldar profundamente instituições como o sistema jurídico, a economia e a educação. Para Mills, o "contrato racial" opera como um acordo tácito entre sujeitos considerados plenamente humanos (geralmente brancos) que

define, por contraste, aqueles cujos corpos são percebidos como *impolíticos*, isto é, inaptos para a pessoalidade plena e, portanto, excluídos do campo da humanidade reconhecida. Reconhecer e desmontar esse contrato é, segundo o autor, uma etapa essencial para o enfrentamento do racismo estrutural e para a construção de uma sociedade genuinamente igualitária (2023, p. 93-104).

Thula Pires (2020, p. 299-301) propõe uma crítica contundente à concepção hegemônica e eurocentrada dos direitos humanos, sustentada na noção de universalidade. Para a autora, essa perspectiva entende os direitos como naturais e a-históricos, supostamente capazes de atender às demandas por dignidade e autonomia de todos os sujeitos, em qualquer tempo e lugar, apenas por sua existência enquanto seres humanos. No entanto, tal concepção parte de um padrão de normalização que contempla exclusivamente o sujeito moderno ocidental: “homem, branco, europeu, cristão, heteronormativo, detentor dos meios de produção e sem deficiência”. É esse sujeito que historicamente foi reconhecido como plenamente titular de direitos, ou seja, como dotado de pessoalidade.

A esse respeito, Charles W. Mills (2023, p. 93-104) argumenta que esse padrão normativo foi designado como a medida da condição humana, negando a pessoalidade àqueles que não o refletem. O colonizado, nesse modelo, é construído como o “outro” - alguém situado fora da esfera da humanidade plena, sendo tratado como inferior, subalterno ou descartável. Assim, a homogeneização dos direitos, longe de ser neutra, atua como um instrumento de exclusão e hierarquização racial, cultural e política.

Thula Pires (2020, p. 310) reivindica uma perspectiva amefricana¹⁷ que considere as vivências encarnadas de mulheres negras como ponto de partida para a redefinição do próprio campo

¹⁷O conceito de amefricanidade foi desenvolvido por Lélia Gonzalez e constitui uma ferramenta teórico-política fundamental para repensar as relações raciais, de gênero e cultura na América Latina. (2020, p.127-138).

dos direitos humanos. Para a autora, a categoria político-cultural de amefricanidade propõe uma ruptura com a hegemonia das categorias analíticas eurocentradas, ao mesmo tempo em que afirma uma identidade cultural e política forjada na experiência histórica das populações negras e indígenas das Américas, especialmente das mulheres negras latino-americanas. Essa abordagem desloca o eixo da universalidade abstrata. No lugar de categorias vazias, propõe a escuta radical das experiências concretas de exclusão e resistência.

Para a autora foi dentro desse universo de escravização dos povos trazidos de África que se desenvolveu formas políticas culturais de vivência e resistência que possibilitaram ao povo negro chegar à atualidade. Amefricanidade, portanto, é uma categoria que desloca a ideia de América Latina como construção unívoca e branca, e a reinscreve a partir das marcas da diáspora africana e das resistências forjadas na experiência da colonialidade. Trata-se de uma tentativa de nomear o lugar de fala e de ação de sujeitos historicamente marginalizados, afirmando uma identidade que é, ao mesmo tempo, negra, feminina, latino-americana e insurgente (PIRES, 2020, p. 310-313). Logo, compreendemos a urgência do direcionamento da atenção coletiva para a defesa dos direitos humanos sob uma perspectiva decolonial que represente a realidade dos grupos sociais periféricos e invisibilizados.

Por uma ética antirracista e decolonial dos direitos humanos

As autoras Thula Pires (2020) e Lélia Gonzalez (2020) nos convocam a repensar os direitos humanos não apenas como normas positivadas e/ou instrumentos jurídicos, mas como campo de disputa política e epistemológica, nos quais a experiência negra e feminina seja central e não periférica. A denúncia da seletividade, da

invisibilidade e da violência epistêmica¹⁸ é parte da reconstrução de uma cidadania substantiva para as mulheres negras.

O conceito de violência epistêmica trabalhado por Spivak (2010, 47-49) refere-se aos mecanismos pelos quais determinados grupos sociais são silenciados, deslegitimados ou excluídos da produção, transmissão e validação do conhecimento. Trata-se de uma forma de dominação que atua no plano simbólico e cognitivo, mas que reverbera na materialidade das estruturas e *modus operandi* das instituições, incluindo a produção de narrativas pela indústria midiática, sustentando desigualdades históricas por meio da negação do saber de populações subalternizadas — como mulheres, povos indígenas, populações negras, LGBTQIAPN+ e classes populares. Para a autora,

não se trata de uma descrição de “como as coisas realmente eram” ou de privilegiar a narrativa da história como imperialismo como a melhor versão da história. Trata-se, ao contrário, de oferecer um relato de como uma explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativas (SPIVAK, 2010, p. 48).

Spivak (2010) mostra que não se trata apenas de ausência de voz, mas de uma interdição sistemática à escuta: os saberes do outro são pré-interpretados ou simplesmente apagados. A violência epistêmica, portanto, não é apenas uma negação passiva, mas uma operação ativa de controle e exclusão, que de modo socio, histórico e politicamente constituído reverbera nas atuações de instituições como a escola, a universidade, o sistema jurídico e a mídia, embora

¹⁸Para ver mais leia SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida e José Luiz Jobim. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

muitas vezes esse processo não seja percebido justamente pela cristalização de estruturas de invisibilização que são retroalimentados décadas após décadas.

Na prática, isso significa que certos modos de conhecer - como a oralidade, a ancestralidade, a experiência vivida e o pensamento não ocidental - são relegados ao campo da ignorância, do irracional ou do exótico, enquanto o saber eurocentrado, masculino e branco é naturalizado como universal e neutro.

Para romper com esse ciclo de exclusão e silenciamento, é necessário adotar uma abordagem interseccional, como propõe Collins (2024), reconhecendo que as experiências de violência não podem ser compreendidas isoladamente por gênero, raça ou classe. Trata-se de considerar como essas categorias se articulam de forma simultânea e estruturante, produzindo vulnerabilidades específicas que demandam respostas igualmente complexas. No campo dos direitos humanos, essa perspectiva exige uma ruptura com o modelo universalista abstrato e a incorporação de experiências concretas, situadas e historicamente atravessadas por opressões múltiplas.

Durante séculos, a imagem da mulher negra foi capturada por estereótipos como a "mulata hipersexualizada", a "mãe preta abnegada" ou a "doméstica submissa". Essas figuras, como argumenta Lélia Gonzalez (2020), não são neutras ou inofensivas: elas estruturam uma leitura social da mulher negra como corpo disponível, força de trabalho invisível ou, ainda, como sujeito sem valor político. A consequência disso é o apagamento do sofrimento real dessas mulheres, a invisibilização das violências que sofrem e, mais profundamente, a negação de sua condição de sujeitos plenos de direito.

Diante desse cenário, o campo dos direitos humanos precisa ser resignificado. Isso implica reconhecer que sua efetividade depende da centralidade das vozes historicamente silenciadas, como a das mulheres negras, não apenas como vítimas de violações,

mas como produtoras de saber, de teoria e de ação política. Enfrentar a violência epistêmica é, portanto, condição para construir uma cidadania substantiva e uma justiça verdadeiramente inclusiva. Como apontam Pires (2020), Gonzalez (2020), Spivak (2010) e Collins (2020), é necessário deslocar o olhar das categorias abstratas para as experiências concretas, complexas e interseccionais que constituem a vida dos sujeitos subalternizados. Só assim será possível romper com os pilares simbólicos e institucionais da exclusão e construir práticas emancipadoras que reconheçam, valorizem e legitimem outros modos de existir, conhecer e lutar por direitos.

A partir dessas contribuições, os direitos humanos deixam de ser compreendidos como categorias fixas, neutras e naturais, e passam a ser pensados como construções históricas em disputa, que devem emergir do entrecruzamento de experiências de opressão e resistência. Trata-se de um deslocamento ético-político que desafia o universalismo excludente e propõe a construção de um horizonte plural, interseccional e antirracista. Se a estrutura social marginaliza as mulheres negras em múltiplas dimensões, a mídia ocupa um papel fundamental na reprodução simbólica dessas exclusões.

Narrativas hegemônicas e invisibilidade midiática

No livro *O perigo de uma história única* (2019, p. 26), Chimamanda Ngozi Adichie desenvolve uma crítica importante à forma como narrativas únicas - parciais, incompletas e repetidas - moldam a percepção que temos de povos, culturas e pessoas. Segundo a autora, uma “história única” é aquela que se impõe como a única versão possível da realidade, silenciando outras vozes e experiências. No contexto da violência de gênero, o perigo de uma história única está em sua capacidade de naturalizar desigualdades, definindo quem é visto como sujeito, quem é digno de empatia e quem permanece invisível ou marginalizado. A autora ressalta que, embora os estereótipos não sejam necessariamente falsos, eles são

reducionistas, pois revelam apenas uma parte da realidade, ocultando a complexidade das experiências e silenciando outras narrativas igualmente legítimas.

A mídia hegemônica pode contribuir para a construção de um imaginário coletivo no qual apenas pessoas com determinadas características são vítimas — por exemplo, mulheres brancas, já que no processo de seleção, produção e publicação do que é notícia a morte de mulheres brancas recebe maior destaque, sendo que os dados demonstram que o maior índice de feminicídio no Brasil atinge as mulheres negras (62,4%).

Além disso, a mídia hegemônica frequentemente reforça discursos que culpabilizam as vítimas, como a ideia de que mulheres “gostam” de estar em situação de violência por não denunciarem, ou de que a roupa que usavam, o local onde estavam ou até mesmo seu comportamento em redes sociais poderiam deslegitimar uma denúncia de violência sexual.

No caso das mulheres negras, observa-se a reprodução de narrativas midiáticas e sociais marcadas por estigmatizações ou pela completa invisibilização desses sujeitos, o que pode contribuir para a reafirmação de hierarquias de valor e legitimidade social. A mídia brasileira, ao veicular representações atravessadas por estereótipos racistas e sexistas, frequentemente naturaliza a violência sofrida por essas mulheres ou confere menor destaque e empatia aos casos em que figuram como vítimas.

A recorrente associação da mulher à hipersexualização, à agressividade ou ao descuido moral desloca para ela a responsabilidade pela própria vitimização, perpetuando estruturas de opressão. Tais construções imaginárias, sustentadas por lógicas coloniais e patriarcais, negam às mulheres em geral e, principalmente, às mulheres negras a condição de sujeitos plenos, dotadas de agência, historicidade e complexidade. Lélia Gonzalez (2020) já apontava que o discurso social transforma a mulher negra

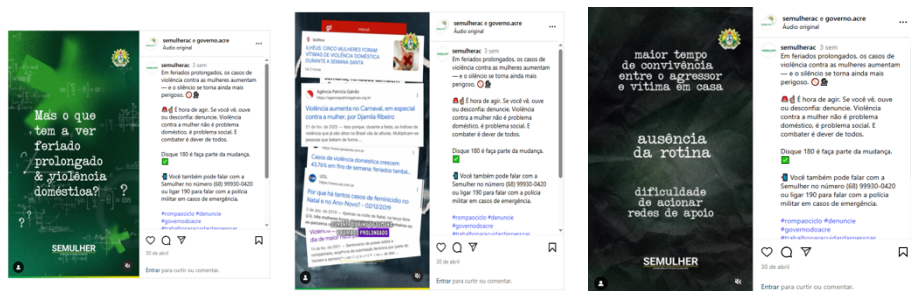
em objeto de controle simbólico e político, interditando sua presença plena como sujeito de direito.

Dessa forma, ao reiterar estereótipos e silenciar narrativas que escapam ao modelo hegemônico de vítima, a mídia participa ativamente da produção de um imaginário coletivo excludente, no qual as experiências das mulheres negras são sistematicamente apagadas ou distorcidas. Tal invisibilização contribui não apenas para a banalização da violência que as atinge, mas também para a negação simbólica de sua dignidade e humanidade. Para aprofundar essa análise, a próxima seção examina como essas distorções se manifestam concretamente nas coberturas jornalísticas e nas estratégias narrativas que operam cotidianamente na construção da invisibilidade midiática.

Distorções e invisibilidade midiática

Aos 50 anos do Dia Internacional da Mulher e mesmo diante da implantação de políticas públicas e de iniciativas comunicacionais conduzidas pelo Estado — vide Figura 1, os esforços ainda não são efetivos.

Figura 1 – Posts | prevenção violência contra as mulheres - Governo do Acre



Fonte: Instagram – Governo do Acre e Secretaria de Estado da Mulher

Para levantamento dos dados, realizamos uma pesquisa exploratória sobre algumas das principais publicações entre as décadas de 60 a 80. Dada a limitação de espaço, na sequência apresentamos dois exemplos de como a naturalização da violência vêm de longas datas, com complexidades instauradas há décadas. Como exemplo, na Revista Manchete¹⁹ foi publicada uma matéria com dados de pesquisa que apontava as mulheres como culpadas em orientar os homens a iniciar o ciclo de violência:

Destes espancadores, 73% afirmam terem sido iniciados nesse tratamento pelas próprias mulheres, o que de certo modo vem dar razão ao teatrólogo Nelson Rodrigues. Elas gostam de apanhar, mas apenas 41% dos violentos o são 'porque o ato de maltratar a mulher me excita', como explicou um deles, 'me coloca em atitude superior e reduz a fêmea a uma condição de docilidade ideal'. Um exame aprofundado da minuciosíssima estatística revela que tais vícios são praticados principalmente entre os homens de educação superior²⁰ (MANCHETE, 1966).

¹⁹ Revista semanal que circulou de 1952 a 2000. Trata-se de uma das principais publicações do país com ampla audiência e cobertura de fatos históricos, cultura, esportes, sociedade e política, com ênfase no fotojornalismo. Os trechos aqui reproduzidos foram coletados a partir de pesquisa exploratória realizada no acervo da Biblioteca Nacional com busca sobre violência contra a mulher (exemplo: "mulher" e "apanhar").

²⁰ MARTINS, Justino; MUGGIATI, Roberto. Exclusivo Manchete e IBOPE: pesquisa pela primeira vez realizada no país - o comportamento sexual do brasileiro – Revista Manchete, Rio de Janeiro, 1966. Edição 0748, p. 44.

Ainda nas produções audiovisuais, a violência mantinha sua “justificativa” ratificada, conduzindo o público leitor a compreender como algo natural, típico do cotidiano, que expressava nas telas a rotina das mulheres:

Sean Connery, embora reconhecendo existir certo grau de sadismo nas histórias de James Bond, declara: ‘Mas que tem isso de extraordinário? Não há nada de errado em bater numa mulher. Uma bofetada, de mão aberta, muitas vezes é o que há de mais justificado. Ou até mesmo de imperioso, diante de certas insolências. Isso não é propriamente uma manifestação de sadismo, mas de masculinidade. Há mulheres que, por instinto, provocam reações dessa natureza. Muitas delas gostam de apanhar²¹ (MANCHETE, 1964).

Tais exemplos de abordagem acompanharam gerações de modo a perpetuar ciclos de violência. Embora não seja o único fator determinante, enquanto instituição (HJARVARD, 2015) a mídia se constitui em um dos eixos responsáveis pela ordenação dos hábitos de uma sociedade. Diante das narrativas hegemônicas, vozes de resistência representam fagulhas de pensamento crítico e literacia midiática (como no caso de publicações no *Jornal Brasil Mulher*²² na década de 60) gradualmente sufocadas pela massificação e

²¹ SILVEIRA, Alberto. A Vida Secreta de James Bond – 007 revela uma das fórmulas do seu sucesso: “as mulheres sempre preferem os homens que a desprezam”. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, 1964. Edição 0649, p. 71.

²² *Jornal alternativo* publicado entre 1975 e 1980, com a proposta de dialogar com mulheres da classe trabalhadora e promover a consciência crítica. Ao todo, foram publicadas apenas 20 edições (16 edições regulares e 04 edições “extras”). Fonte: acervo.fpabramo.org.br.

constituição de um senso comum forjado sócio-histórico e politicamente na esfera pública para deslegitimar a dignidade da mulher.

Como parte de estudo mais amplo, revisitamos também casos²³ de violência contra a mulher que se tornaram exemplos amplamente reconhecidos devido à alta repercussão midiática no Brasil, entre os anos 1980 e 2025. Apesar de a visibilidade midiática ter corroborado para ampliar o debate público, influenciar em legislações e gerar envolvimento da sociedade, observamos também o uso de tom sensacionalista que se assemelha a filmes policiais e de suspense.

Crimes contra mulheres que tiveram as respectivas identidades profissionais e perfis socioeconômicos divulgados como parte do discurso para cumprir critérios de noticiabilidade (SILVA, 2014) no jornalismo. Além do circuito de crimes que adquirem alta visibilidade por recorrentes publicações midiáticas em pílulas cotidianas como se estivéssemos diante de uma série *true crime*²⁴ – uma forma de direcionar o interesse público para o brutal, o derramamento de sangue e o suspense.

²³Dado o recorte e objetivo propostos, não aprofundaremos neste artigo análises de discurso sobre esses casos icônicos de cobertura midiática. São alguns casos de homicídios e feminicídios de mulheres que chocaram o país com ampla cobertura midiática: Aída Curi (1958); Ângela Diniz (1976); Maria da Penha (1983) — deu origem à Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), marco legal no combate à violência doméstica no Brasil; Daniela Perez (1992) — gerou a publicação da Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.930/1994); Sandra Gomide (2000); Eloá Pimentel (2008); Márcia Nakashima (2010); Eliza Samudio (2010); Tatiane Spitzner (2018); , Patrícia Roberta (2021) e tantos outros.

²⁴ Forma narrativa não ficcional que se dedica à reconstrução de crimes reais, frequentemente com ênfase em casos de natureza violenta, como homicídios e desaparecimentos. Sua estrutura narrativa costuma explorar detalhadamente as ações policiais, os perfis das vítimas e dos agressores e as possíveis motivações dos autores dos crimes. Embora se insira na esfera do entretenimento, o *true crime* mobiliza elementos investigativos e documentais, combinando linguagem jornalística, recursos audiovisuais e

No que diz respeito às matérias atuais sobre violência contra a mulher, optamos por realizar a coleta de dados entre os meses de abril e maio, buscando evitar distorções provocadas por publicações sazonais²⁵. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública²⁶, os finais de semana concentram a maior parte dos registros de violência contra mulheres: 22% dos casos ocorrem aos domingos e 17%, aos sábados. Para verificar se o volume de notícias publicadas também acompanha a proporção dos casos registrados no relatório, iniciamos a coleta no domingo, 4 de maio de 2025 e realizamos a coleta dos principais resultados²⁷ apresentados, consolidando o período de notícias publicadas entre 27/04 e 04/05/2025. Além disso, para garantir diversidade geográfica e amplitude de fontes, foram mapeadas matérias publicadas em diferentes veículos, desde portais nacionais até sites regionalizados.

Para início da análise, criamos uma *query* com palavras-chave relacionadas à morte ou violência contra mulheres negras. A pesquisa foi realizada no modo anônimo pelo navegador Google

estratégias dramáticas que aproximam o conteúdo do formato ficcional. Essa aproximação, por vezes, contribui para a espetacularização da violência. Adotando essa estrutura narrativa para entreter, as séries do subgênero *true crime* capturam a atenção do público e alcançam lugar de destaque no mercado audiovisual. Pesquisas apontam que as séries documentais cresceram 63% entre janeiro de 2018 e março de 2021, sendo o *true crime* o maior subgênero da categoria. O canal Discovery (ID), que veicula exclusivamente o subgênero *true crime*, está entre os 5 canais com maior tempo de permanência na TV por assinatura. Disponível em: <https://gente.globo.com/infografico-a-onda-de-true-crimes/>. Acesso em: 20/05/2025.

²⁵Os meses de março e julho tradicionalmente geram maior volume de matérias institucionais em função do Dia Internacional da Mulher (8 de março) e do Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha (25 de julho).

²⁶Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2022.

²⁷Em virtude do recorte proposto neste estudo, não abordaremos questões relacionadas à plataforma e algoritmização que possuem influência nos mecanismos de buscas e respostas às pesquisas.

Chrome²⁸ com a intenção de simular os retornos de notícias que possuem maior visibilidade e, potencialmente, tendem a alcançar o maior número de pessoas. Do total de 100 retornos de páginas na internet com possíveis informações sobre violência ou crime contra mulheres negras, apenas 05 notícias sobre mortes estavam relacionadas a mulheres negras – os demais retornos da busca envolviam publicações de artigos, relatórios e seminários sobre as estatísticas de morte e violência contra mulheres negras. Além disso, dessas 05 notícias, 03 foram relacionadas ao caso da morte de mulher negra nos EUA²⁹, uma notícia lembrando a morte de Marielle Franco³⁰ e outra notícia sobre a morte de uma mulher negra³¹ durante ação policial na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Os primeiros achados traduzem um problema estrutural: casos envolvendo mulheres negras são minoria nos resultados de busca na internet porque não são evidenciados nas notícias, em geral não há olhar interseccional ou releitura dos direitos humanos pela perspectiva decolonial. E quando noticiados, em muitos dos casos não trazem recorte racial explícito no texto. A ausência de identificação ou o apagamento das características raciais das vítimas parece refletir um critério implícito de “noticiabilidade vendável”,

²⁸ A decisão por utilizar esse navegador ocorreu em virtude da concentração de 65% dos usuários brasileiros realizarem buscas pelo Google Chrome – dados de abril de 2025. Disponível em: <https://oantagonista.com.br/tecnologia/google-chrome-domina-mercado-de-navegadores-no-brasil-veja-numeros/>. Acesso em 20/05/2025.

²⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/07/25/mulher-negra-morta-em-casa-a-tiros-por-policial-nos-eua-tinha-problemas-de-saude-mental-especialistas-avaliam-abordagem.ghtml>. Acesso em 04/05/2025.

³⁰ Assassinada em 2018, Marielle Franco foi uma socióloga, ativista e vereadora no Rio de Janeiro.

³¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/08/13/rj-mulher-negra-e-morta-com-tiro-nas-costas-em-acao-policial.html>. Acesso em 04/05/2025.

em que a morte de mulheres negras ou pobres não merecem destaque. Assim, para obter maior base amostral, optamos por ampliar o escopo da *query*: as mesmas palavras-chave, porém, retirando o recorte racial com palavras como “negra ou (preta ou parda)”. Com essa iniciativa, do total de 100 retornos de publicações, 66 foram equivalentes a notícias sobre violência contra mulheres³².

Dessas, oito tratavam de temas relacionados à segurança pública de maneira geral (policiamento, leis, estatísticas) e dez foram duplicadas (publicadas por mais de um site). Para evitar distorções na análise³³, mantivemos apenas a primeira notícia indexada de cada caso. Assim, a amostra final foi composta por 48 textos jornalísticos.

Durante a análise dos títulos, observamos que a maioria das manchetes faz referência direta à vítima, mas apenas 6 matérias (12,5%) envolviam casos de violência contra mulheres negras³⁴. Além disso, apenas 5 notícias (10,4%) utilizaram o termo “feminicídio” de forma clara, sendo que 4 matérias (8,3%) foram ilustradas com imagens de cunho sensual, expondo a vítima de maneira erotizada. Ressaltamos que a diversidade das fontes³⁵ é um dado relevante, mantendo coerência com os resultados das

³² Dados refletem resultados baseado no ranking de respostas à busca no momento da pesquisa. Para consultar a base de dados com as 66 notícias coletadas, os interessados podem contatar as autoras.

³³ Para a análise, organizamos e tratamos os textos para processamento pelo software Iramuteq, software amplamente utilizado por pesquisadores no Brasil e exterior para analisar e representar dados textuais, possibilitando a identificação de padrões a partir interpretação qualitativa dos dados.

³⁴ A identificação racial nessas 06 matérias somente foi possível pela observação das fotografias publicadas das vítimas — uma vez que os textos não faziam menção ao recorte racial.

³⁵ Os veículos que publicaram os conteúdos analisados foram: G1, CNN Brasil, NSC Total, Notícias R7, Cidade Verde, Agência Brasil, entre outros portais e sites locais.

notícias disponibilizadas para amplo acesso nas diferentes regiões do país (Tabela 1).

Tabela 1 – Notícias publicadas na internet (período 29/04 a 04/05)

Data	Nº	Regiões das ocorrências
01/05/2025 (quinta-feira)	1	RJ (1)
02/05/2025 (sexta-feira)	6	BH, PI, CE, RN, RJ (2)
03/05/2025 (sábado)	6	ES, Japão, RJ, SP(2), BH
04/05/2025 (domingo)	14	AM, ES (2), SP (3), MG (6)*, TO (2), MT, PR, MS, AL
10/04/2025 (quinta-feira)	1	AC
14/04/2025 (segunda-feira)	3	Bahia(2), RJ
24/04/2025 (quinta-feira)	1	PB
25/04/2025 (sexta-feira)	2	RJ, GO
26/04/2025 (sábado)	2	MG, SP
27/04/2025 (domingo)	1	BA
28/04/2025 (segunda-feira)	3	BA, PA, PE
29/04/2025 (terça-feira)	5	AC, SC (2), PA, GO
30/04/2025 (quarta-feira)	3	SP, DF, PE(2)**
Total	48	

Fonte: Elaborado pelas autoras. *Notícia publicada em O Estado de MG agrupou 04 casos no feriado

** Notícia publicada no G1 agrupou 02 casos.

Pelo analisado, as matérias tendem a apresentar os agressores por supostos vínculos afetivos: “marido”, “ex-marido”, “companheiro”, “ex-companheiro”, “namorado”, entre outros. Ao todo, foram identificadas 72 menções desse tipo. Em alguns casos, os textos também trazem depoimentos de familiares, pequenas biografias das vítimas e detalhes da relação com o agressor, o que pode gerar empatia momentânea, mas nem sempre contribui para o entendimento crítico do problema.

No que diz respeito à possibilidade de serviço público prestado pelas matérias jornalísticas, apenas 02 incluíram informações sobre canais de apoio e denúncia, como o Disque 180, mas essas informações apareceram de forma superficial. Com relação ao aspecto narrativo, os textos adotam estrutura padronizada e tom descritivo factual, embora utilizem expressões sensacionalistas como “levou 20 facadas”, “foi esfaqueada no pescoço” ou “foi arrastada por 30 metros”, aproximando-se de um estilo policialesco. Essas escolhas linguísticas intensificam o caráter de espetáculo, quando notícias se aproximam da narrativa *true crime*, de modo a naturalizar o problema e invisibilizar o contexto estrutural, o que ratifica a necessidade de repensarmos a atuação do jornalismo e a urgência de alfabetização midiática.

Durante o III Seminário nacional - Formação e fortalecimento de redes de apoio para acolhimento de mulheres em situação de violências e encaminhamento das denúncias³⁶, a jornalista Mariana Kotscho (TV Globo) mencionou a necessária conscientização de jornalistas e da sociedade, e também a função social do jornalismo. Já a jornalista Cris Fibe (Universa/UOL) mencionou que o tema demanda especialização e sugeriu a inclusão de disciplinas nos cursos de jornalismo. E destacou: “a pauta chega só quando transborda, o jornalista só alcança os casos que já estão estourando, ou porque alguém morreu, ou

³⁶Promovido pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo.

quando é uma denúncia gigantesca; são poucos os casos que o jornalismo provoca, e as denúncias não têm fim, a imprensa não dá conta” (PIRES, 2025).

Fibe também reforça a necessidade de um sistema interligado: justiça, universidade e jornalistas, para que seja possível mudar o destino das mulheres. Essas observações vão ao encontro dos apontamentos de Tuchman (2016, p. 128) que enfatiza a estrutura socializada que baseia os conhecimentos adquiridos: “(...) explorar mais profundamente os tipos de informações que os jornalistas consideram ‘fatos’, afirmações cuja exatidão podem ser dadas como adquiridas. Sugerir em outro trabalho (1969) que as noções que o jornalista toma por adquiridas são de fato, um quadro da sua visão da realidade social e política”.

A abordagem, que enfatiza o impacto, o inusitado e a brutalidade do crime, desvia o foco da responsabilidade institucional, invisibiliza os fatores estruturantes e compromete a função social do jornalismo. Em vez de mobilização em prol da mudança social, os textos homogeneizados reverberam o senso comum e obliteram o estímulo ao pensamento crítico para releitura dos direitos humanos. Logo, a medida que os “valores-notícia” estão vinculados à lógica mercadológica, para que o jornalismo desempenhe papel social, os procedimentos de apuração e elaboração dos textos devem transpor os critérios de noticiabilidade (SILVA, 2014) para incluir a mulher na centralidade das ações. Em paralelo, o uso de tecnologias sociais tem proporcionado brechas para dar voz às mulheres, embora permaneça fundamental a obtenção de apoio da mídia hegemônica para reconsiderar os padrões na produção de notícias e no fortalecimento das políticas públicas.

Nos últimos anos, aplicativos³⁷ foram desenvolvidos no Brasil com o objetivo de oferecer suporte a mulheres em situação de violência. Observamos, no entanto, que a maioria dessas ferramentas digitais carece de perspectiva interseccional e não reconhece de forma explícita as especificidades das mulheres negras, indígenas, trans ou em contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, embora tragam funções necessárias (como geolocalização de delegacias e contatos de emergência), tendem a se limitar ao aspecto funcional, sem promover de fato consciência crítica.

Nesse contexto, uma iniciativa se destaca: diferentemente de outros, o aplicativo FORDAN³⁸ adota uma perspectiva interseccional no enfrentamento à violência contra mulheres. Lançado em 2022, o FORDAN disponibiliza informações sobre direitos, mapeia serviços de atendimento por estado e oferece conteúdos educativos de formação popular, priorizando a valorização dos saberes territoriais e das experiências periféricas. Sua concepção parte do reconhecimento de que as mulheres negras enfrentam barreiras adicionais para o acesso à justiça e que os canais tradicionais muitas vezes falham em oferecer acolhimento adequado. Ao propor uma abordagem antirracista e feminista, o FORDAN se consolida como exemplo de tecnologia comprometida

³⁷Iniciativas como o Direitos Humanos Brasil, vinculado ao Disque 100, e o Proteja Brasil, criado em parceria com o Unicef, buscam facilitar o acesso à denúncia e à localização de serviços de proteção. Já o SOS Mulher SP e o Viva Mulher são voltados a mulheres com medidas protetivas de urgência, permitindo o acionamento direto da polícia por meio de botão de pânico. Outros aplicativos, como o Salve Maria e o PenhaS, também se destacam por incorporar redes de apoio e informações educativas sobre os direitos das mulheres, embora ainda estejam mais concentrados em determinadas regiões do país.

³⁸Desenvolvido pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em articulação com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB).

com a mudança social, atuando tanto no acolhimento quanto na conscientização.

Considerações: Perspectivas de mudança social e releitura dos direitos humanos

Para além dos casos que alcançam repercussão midiática nacional com narrativas e imagens impactantes, buscamos compreender de que modo as narrativas noticiosas cotidianas sobre crimes contra mulheres podem direcionar a atenção da sociedade na internet. Verificamos como casos de violência contra mulheres são noticiados e os dados indicam que há banalização da violência de gênero, o que evidencia a urgência de uma alfabetização para leitura crítica da mídia.

Se a busca por despertar o interesse dos homens por meio da comunicação sempre foi alvo de disputas ao longo da evolução da humanidade, é urgente ponderamos as estruturas e relações de poder imersas no cotidiano pela perspectiva interseccional de gênero, raça e classe. Enquanto notícias padronizadas e conteúdos massificados são disponibilizados para a sociedade, outras tantas informações não são levadas ao público. Adicionalmente, a quantificação de possibilidades de acesso aos meios não necessariamente viabiliza espaços para confrontar os territórios simbólicos constituídos. Ao contrário, são oportunidades de reforço de mensagens conservadoras e hegemônicas emitidas por uma minoria. A oportunidade de acesso e uso efetivo dos meios como canal dialógico não se estende a todos.

A partir desse entendimento, é possível identificar a relevância do papel social do jornalismo, voltado para construir espaços de comunicação para mudança social em que seja valorizado o pensamento crítico e a defesa de pessoas em situação de vulnerabilidade como as mulheres negras. Genro Filho (1987) aponta o potencial desalienante do jornalismo à medida que a *práxis* esteja imbuída de norteadores voltados para a construção

crítica da sociedade, para o estímulo da reflexão e para maior inserção dos indivíduos nos processos de construção social do conhecimento. Nesse caso, é justamente no cotidiano que podemos encontrar o celeiro propício para o desenvolvimento e fortalecimento de jornalismo que contribua para a formação crítica da sociedade.

Dado o impacto dos meios de comunicação frente as massas, parece-nos pertinente o desenvolvimento de percursos pedagógicos para exercício de comunicação desalienante. Por meio das iniciativas de comunicação, é possível “abrir espaços e criar oportunidades para que as pessoas de posições marginalizadas tenham a oportunidade de lutar coletivamente contra a opressão, externar suas inquietações e criar suas próprias representações” (KELLNER; SHARE, 2008, p. 700). Ou seja, a alfabetização crítica da mídia é condição para a democracia.

Logo, a percepção das disputas no cenário midiático e a compreensão do que se trata de aparelho de hegemonia são essenciais como ponto de partida para o exercício de reflexões desalienantes. A partir do cotidiano (HELLER, 2000), portanto, a construção de pensamento crítico pode gerar rupturas com as narrativas hegemônicas homogeneizadas que engessam e invisibilizam as mulheres, enquanto lhe são negados direitos básicos. A comunicação pode ser fio condutor para a constituição de mudanças sociais mais profundas. Porém, é necessário o reconhecimento de mecanismos que propulsionem ponte narrativa entre os acontecimentos cotidianos e sua totalidade concreta, como catalisador de movimentos para a construção crítica interseccional.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi (2019). **O perigo de uma história única**. Chimamanda Ngozi Adichie; tradução Julia Romeu. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de (2019). **Racismo Estrutural** / Sílvio Luiz de Almeida. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 264 p. (Feminismos Plurais / Coordenação de Djamila Ribeiro).

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil** - 3a edição. In: Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica, n.38.

COLLINS, Patricia Hill (2024). **Intersecções letais: raça, gênero e violência**. Tradução de Heci Regina Candiani. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2025). **Visível e invisível** [livro eletrônico] : a vitimização de mulheres no Brasil. -- 5. ed. --São Paulo : Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

GENRO FILHO, Adelmo (1987). **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê.

GONZÁLEZ, Lélia (2020). A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar.

GONZÁLEZ, Lélia (2020). A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, p.127-138.

HELLER, Agnes (2000). **O cotidiano e a história**. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra.

hooks, bell (2020). **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

HJARVARD, Stig (2015). Da mediação à midiatização: A institucionalização das novas mídias. **Revista**, v.3, n.2.

KELLNER, Douglas (2001). **A cultura da mídia: estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: EDUSC.

_____; SHARE, Jeff (2008). Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 687 715.

MILLS, Charles W. (2023). **O contrato racial**: Edição comemorativa de 25 anos/ Charles W. Mills; tradução Teófilo Reis, Breno Santos. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar.

MOREIRA, Adilson José (2020). **Tratado de Direito antidiscriminatório**. São Paulo: Editora Contracorrente.

OSORIO, Rafael Guerreiro (2003). **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (Texto para Discussão, n. 996).

PIOVESAN, Flávia (2017). **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva Educação, 2017.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira (2020). Por uma concepção amefricana de direitos humanos. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de

(org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 298-318.

PIRES et al. (2025) **III SEMINÁRIO NACIONAL: Formação e Fortalecimento de redes de apoio para acolhimento de mulheres em situação de violências e encaminhamentos das denúncias**. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES.

QUIJANO, Anibal (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

SILVA, Gislene; SILVA, Marcos; FERNANDES, Mario (Org) (2014). **Crêterios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicaçôes**. Editora Insular: Santa Catarina.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty (2010). **Pode o subalterno falar?**. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida e José Luiz Jobim. Belo Horizonte: Editora UFMG.

TUCHMAN, Gaye (2016). A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Florianópolis: Editora Insular, pp.: 111-131.

WALTER FIRMO E A DECOLONIALIDADE FOTOGRAFICA

Muriel Emídio Pessoa do Amaral
Cândida de Oliveira

Introdução

No texto de abertura da exposição *Walter Firmo: no verbo do silêncio a síntese do grito* (Instituto Moreira Salles, 2022), o curador Sérgio Burgi afirma que o trabalho fotográfico de Walter Firmo é uma “clara consciência de origem, – racial, social e cultural” (Núcleo Abertura), quando, por exemplo, retrata homens, mulheres e crianças negros fora do escopo sofrimento ou subalternização como nas imagens selecionadas para este texto. Poeta da câmera, como o definiu Machado (1984), Walter Firmo buscou construir imagens que oferecem sentidos de afirmação e exaltação da população negra e da cultura popular brasileira.

Neste texto de caráter ensaístico, propõe-se um diálogo entre a obra fotográfica de Walter Firmo e o pensamento decolonial, para reconhecer a decolonialidade nas imagens produzidas pelo

fotógrafo por revisão bibliográfica. De acordo com Sealy (2019), a deconolialidade na fotografia, pelo viés da negritude, acontece a partir da intenção de promover valores que se desprenda de estereótipos ou que se mantenha afastada de representações cristalizadas de violência ou hierarquias socialmente estabelecidas.

O texto também se apóia nos estudos de Mignolo (2014), Quijano (1992) e Costa-Gómez (2014) para o entendimento da decolonialidade no campo das ciências sociais e humanas, mas não apenas, como um movimento que postula a necessidade de se repensar práticas e discursos em torno do ser, do saber e do fazer que se caracterizam como eurocêntricas. Em seguida, circunscreve-se a decolonialidade no campo da comunicação a partir de Torrico (2016, 2018, 2019). O autor propõe um movimento de alargamento epistemológico do campo, a fim de ir além das abordagens concebidas pelo Norte Global³. A noção de alteridade, central no pensamento de Torrico (2018), articula-se à noção de comunicação “alter(n)ativa” como forma de decolonizar práticas e processos comunicacionais. Nessa perspectiva, a prática fotográfica de Firmo é “ex-cêntrica” (Torrico, 2019) pois não convencional, possibilitando desnaturalizar e reconfigurar de sujeitos, saberes e experiências.

Destaca-se, por fim, o potencial estético e político da obra fotográfica de Walter Firmo que, além de contribuir à afirmação da identidade e cultura negras, apresenta-se como um trabalho de resistência e de luta contra o racismo. O pluralismo de corpos e discursos contempla a diversidade performatividade de grupos e sujeitos (Butler, 2019) enquanto movimento político que preza pela visibilidade. Como afirma o próprio Firmo na mesma exposição citada anteriormente: “A imagem não pode ser neutra. O poder do olhar deve influenciar as pessoas, porque o ato de fotografar tem que ser político, e não um mero acaso do instantâneo” (Instituto Moreira Salles, 2022, Núcleo Retratos).

Walter Firmo e suas histórias

A ideia de Norte e Sul Global parte das considerações de Sousa Santos (2015) de que na parte Norte se encontram os países que promoveram a exploração de riquezas dos países localizados a sul do globo, muitos deles, colônias. Além disso, houve a colonização de saberes, conhecimentos e identidades que fossem de acordo com a realidade do norte.

Antes de apresentar as reflexões conceituais acerca da decolonialidade, é importante reconhecer a história de vida de Walter Firmo e sua experiência no campo da fotografia e do fotojornalismo. Ele nasceu em 1937, no Rio de Janeiro, quando a cidade ainda era capital federal, no bairro da zona norte, Irajá. Seus pais eram paraenses, a mãe veio de Belém, era de classe média e de família de origem portuguesa, o pai era negro e ribeirinho, vindo de Monte Alegre, no baixo Amazonas. Aos 84 anos, o fotógrafo estranha ser chamado de senhor e refere-se a si próprio como “um menino, um saci, um encantador de Irajá” (como citado em Lima, 2022, parág. 1).

O contato com o universo da fotografia começou ainda na adolescência. Nesse período, conforme Lima (2022), Firmo já admirava o trabalho de José Medeiros (1921-1990), um dos fotógrafos da revista *O Cruzeiro* nas décadas de 1940 e 1950 que introduziu importantes mudanças no fotojornalismo. Medeiros também deixou marcas no cinema brasileiro atuando como diretor de fotografia de várias produções cinematográficas, sendo ainda um dos primeiros a registrar as comunidades indígenas no Xingu e rituais de religiões de matriz africana como o candomblé em Salvador. Além de ter Medeiros como referência, Lima (2022) relata que Firmo, aos 15 anos de idade, quando começou a fotografar, recebeu de presente do pai, que era fuzileiro naval e viajava muito, uma câmera Rolleiflex trazida de Hamburgo, Alemanha. Não demorou muito para que as produções do fotógrafo pudessem ser

vistas nas páginas de jornais e revistas brasileiros e alcançar reconhecimento com a conquista de prêmios em fotografia.

A primeira passagem de Firmo pela imprensa brasileira foi no jornal *Última Hora*, quando tinha 18 anos de idade. Em 1960, integrou a equipe do *Jornal do Brasil* e também teve passagens pelas revistas *Realidade* e *Manchete*, além de experiências como correspondente internacional. Fez uma série de registros fotográficos sobre a região amazônica retratando comunidades ribeirinhas, paisagens e questões políticas, que propôs ao então chefe de redação do *Jornal do Brasil*, Alberto Dines. Com a produção intitulada *Cem dias na Amazônia de ninguém*, composta por fotografias e texto de Firmo, publicada no jornal, o fotógrafo recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo em 1964. Walter Firmo também publicou algumas de suas produções em livros (Lima, 2022).

Um dos caminhos escolhidos por Firmo que sinaliza foram os retratos feitos do artista plástico Antônio Bispo do Rosário (Firmo, 2013). O ensaio foi produzido para reportagem da revista *Isto É* em 1985 e foi ambientado na antiga Colônia Juliano Moreira (1926-2022), destinada a pessoas com questões de saúde mental e transtornos psicológicos. Bispo do Rosário era interno da instituição e foi reconhecido pela habilidade artística com linhas e agulhas na criação de bordados, mantos e peças de tapeçarias. Firmo foi o único profissional da imprensa que fez registros de Bispo do Rosário (Fig. 1) e de suas produções artísticas enquanto esteve na colônia. A intenção não foi de mostrar uma pessoa em estado de vulnerabilidade mental ou emocional, mas de exaltar as competências e o valor artísticos das obras de Bispo do Rosário.

Figura 1



Walter Firmo. Antônio Bispo do Rosário, 1985.

Fonte: Lima (2022, maio).

Walter Firmo também teve reconhecimento ao retratar artistas negros, como os cantores Pixinguinha, Jamelão e a cantora Clementina de Jesus, entre outros, e anônimos negros em momentos de cotidiano, celebrações ou eventos representativos. É importante ressaltar que pessoas negras eram retratadas, inclusive

em fotografias de cartões postais, (Hall, 2016) enquanto sujeitos exóticos ou inferiores à cultura eurocêntrica. Muitas de suas fotografias trazem pessoas negras sorrindo, dotadas de altivez e em cores muitas vezes vibrantes. As fotografias produzidas por Firmo, em grande maioria, eram elaboradas com orientações de direção para a composição de cenários e a intervenção do fotógrafo não anula a contemplação do material produzido e nem interfere quanto ao sentido decolonial empreendido analisado neste texto.

Ao trazer expressões e temas situados à margem dos motivos predominantes no universo fotográfico brasileiro, as produções de Walter Firmo sugerem possibilidades de leitura decoloniais, tendo em vista aspectos e elementos que indicam modos de representar e fotografar, além de pessoas, motivos que traduzem festas, ações e representações da cultura regional e nacional brasileiras. Muito antes das discussões acerca da decolonialidade serem temas de pesquisa e investigação no meio acadêmico, Walter Firmo a praticava pelas lentes e imagens. Destarte, é importante considerar as reflexões sobre o pensamento decolonial, a relevância de pensar além das estruturas previstas de conhecimento e saberes e a relação existente entre os posicionamentos políticos e epistemológicos e a relação acerca desses conceitos com a produção de Walter Firmo.

Decolonialidade: conceitos e processos

A necessidade de decolonizar e repensar os processos e as formas de produzir conhecimentos, saberes e identidades teve início por grupos de homens e mulheres que reconheceram que as práticas canonizadas para desenvolver essas propostas não contemplam a pluralidade de vivências e experiências, ainda mais aquelas que estivessem fora do escopo da cultura eurocêntrica. O grupo denominado Modernidade/Colonialidade (M/C), formado prioritariamente por pesquisadores e pesquisadoras da América Latina, arquitetou o movimento de *giro decolonial*. De acordo com

Ballestrin (2013), o grupo tem como proposta reformular o conhecimento ao trazer à luz personagens e acontecimentos que foram silenciados por uma questão de poder deliberado de apagamento.

Conforme aponta Mignolo (2014), a Modernidade trouxe consigo signos de violência ao estabelecer quais discursos e conhecimentos seriam silenciados ou teriam aceitação no espaço público. Assim, para o autor, o pensamento decolonial, além de repensar a história e os processos de construção de conhecimento pela ciência, também está amparado no reconhecimento político de sujeitos e grupos que foram silenciados. Além disso, Mignolo (2014) considera que a colonização de saberes e sujeitos é indissociável da Modernidade, pois este período da humanidade ofereceu suporte à distinção entre grupos e consolidou o conhecimento produzido pelo viés da branquitude, eurocêntrico e burguês como a norma de parâmetro para explicar a história e dinâmica social e cultural do mundo.

Na mesma seara de atuação, Quijano (1992) desenvolve a proposta de decolonizar saberes e práticas políticas. O autor também questiona as referências eurocêntricas como medida universal e aposta na ideia de decolonizar o conhecimento não apenas em não reproduzir o pensamento eurocêntrico, mas desprender-se desses valores de tal forma que possam dar espaço à promoção de liberdade e reconhecimento. Por isso, no entendimento de Quijano (1992), a decolonialidade não se encontra apenas como manifestação de poder, mas também de saberes, de conhecimento e da ação política.

Segundo Costa-Gómez (2014), a Modernidade foi um viés de violência por desconsiderar ações e pensamentos alheios à norma vigente. Para o autor, a *doxa*, ou seja, as opiniões poderiam ser descartadas caso estivessem desapareadas da ordem moral moderna. Assim, o autor criticou o posicionamento de moderno que postula que o conhecimento anteriormente produzido seria considerado

punto cero, conhecido como ponto zero. De acordo com Costa-Gómez (2014), trata-se da “dimensión epistémica del colonialismo, lo cual no debe entenderse como una simple prolongación ideológica o ‘superestructural’ del mismo, como quiso el marxismo, sino como un elemento perteneciente a su ‘infraestructura’, como algo constitutivo” (p. 93).

A reflexão do autor questiona o posicionamento eurocêntrico e aponta para a importância de pensamentos e reflexões de outras matrizes como formas de estruturar o conhecimento, uma vez que a cultura de países latino-americanos, asiáticos e africanos permaneceram às margens da visibilidade e da valorização. O movimento de repensar as práticas epistemológicas e os processos de construção da história e de sentido avançaram no campo das ciências humanas e sociais, sem perder de vista a intenção de Mignolo (2014) de que os estudos devem “mantienen la singularidad de los lugares, las personas, las lenguas, las subjetividades, las emociones y los horizontes descoloniales de vida” (p. 15).

Os estudos feministas, por exemplo, contemplaram a realidade de mulheres negras e periféricas a partir da interseccionalidade ao trazer outros atravessamentos que compõem suas existências (Lugones, 2010) que não se limitaram a analisar apenas questões de gênero, mas também buscaram observar as relações de poder, de classe social e etnias. Assim, o feminismo decolonial abriu as portas ao oferecer visibilidade a mulheres que foram esquecidas pelas reflexões de mulheres brancas estadunidenses e europeias.

A decolonialidade foi pensada para além do campo das ciências sociais e humanas. O modo de lidar com os recursos naturais e as questões ambientais também foram alvo de estudos pela perspectiva decolonial. Ferdinand (2022) reflete sobre a necessidade de repensar o uso da água e a ocupação do solo para além das práticas convencionais. Para o autor, os métodos adotados

para a habitação e o uso do solo mantém as práticas coloniais e ratificam aqueles que são dignos de pertencimento da terra. Deste modo, as formas praticadas exploram a natureza para usufruto e promovem o altericídio, ou seja, a morte da alteridade como sentido da convivência e sociabilidade.

Em diálogo mais íntimo com as discussões propostas para este ensaio, a decolonialidade integra o arcabouço teórico dos estudos em comunicação e da fotografia que são prósperos para aproximar o pensamento decolonial às produções de Walter Firmo. O movimento de pensar o campo da comunicação enquanto área do conhecimento decolonial foi um dos posicionamentos de Torrico (2016, 2018, 2019). Além de pensar as teorias da comunicação para além dos pensamentos edificadas pelos países do norte global, o autor propõe refletir os processos comunicacionais como movimento de alargamento do território epistemológico do campo. Para Torrico (2016), a comunicação deve promover “(...) una reinterpretación no eurocéntrica de la historia del mundo e impulsar el desmontaje de los mecanismos de la occidentalización compulsiva a los que este mundo fue sometido tras la integración de América a la geografía planetaria” (p. 24).

Para isso, Torrico abre a discussão ao debater a necessidade de reconhecer as particularidades de cada região e sugere o afastamento da ideia colonizadora ocidental e a compreensão da comunicação não enquanto ação que visa objetivos de controle, disciplina ou fins financeiros. De acordo com o autor, as teorias e os processos comunicacionais se instituíram na academia e no meio social como ações com propósitos definidos de instrumentalização ou para usos mecânicos. Além de serem movimentos que distinguem e usurpam da condição de sujeitos e grupos, segundo Torrico (2016), essas propostas não elaboram noções de alteridade.

Ao pensar o campo da comunicação, a alteridade é um conceito presente na intenção de decolonizá-lo. Para explicar o movimento da comunicação, Torrico reconfigura a linguagem e cria

a ideia de alter(n)ativo. A nova proposta se distancia do entendimento convencional da comunicação alternativa enquanto modo de produção que oferece contraponto aos discursos e práticas da grande imprensa porque há déficit comunicacional enquanto pontos de vista (Grinsberg, 1987). A ideia de Torrico é de desenvolver pela comunicação aliada à alteridade de tal forma que sejam levadas em consideração as realidade dos grupos envolvidos enquanto movimento de mudança da condição vigente. Assim, Torrico (2018) apresenta o significado da expressão “alter(n)ativa”: “1. [...] el derecho de una *Otredad* epistemológico-teórica (Alternativa); 2. [...] remarca la índole local-nativa e historizada de esa *Otredad* (Alter/nativa); 3. Y [...] comporta la propuesta de alteración del statu quo (Alter/ativa)” (pp. 79-80, grifo nosso).

Ao contemplar a alteridade das realidades latino-americanas e de povos e sujeitos negligenciados, Torrico explica que a comunicação fomenta o pluralismo, ou seja, desenvolve não a renitência de discursos uniformes, mas a diversidade discursiva e também de vivências e experiências. As considerações de Torrico são propícias para compreender e reconhecer as fotografias de Walter Firmo quando este, sendo negro, se empenha em retratar homens e mulheres negros e negras com traços de altivez e vivacidade fora das representações de subalternidade e de dessubjetivação.

Um ponto a ser considerado da comunicação decolonial pensada por Torrico (2019) e que também sustenta a percepção de reconhecer as fotografias de Firmo como decoloniais diz respeito em compreendê-la como sendo *ex-cêntrica*. Este outro neologismo, além de fazer alusão àquilo que é esdrúxulo e desprendido do convencional, também se refere em conceber a comunicação para fora do centro que se coloca como possibilidade de desnaturalizar e reconfigurar a comunicação na América Latina. Ao trazer pessoas negras (anônimas ou reconhecidas na área em que atuam), Firmo opera fora do eixo ao não retratar a população negra pelo viés do

sofrimento ou da pobreza, compondo cenas e representações que fogem desse enquadramento.

Nas produções fotográficas, a decolonialidade está presente, segundo Sealy (2019), a partir da intenção de oferecer sentidos plurais à negritude retratada. De acordo com o autor, a comunidade negra foi retratada, nos primeiros anos do advento da fotografia ainda no século XIX e começo do século XX, como sendo exótica aos padrões europeus ou em condição de vulnerabilidade e escravidão devido a atuação do imperialismo como, por exemplo, na colonização do Congo pela Bélgica, sob o comando do rei Leopoldo II, entre os anos de 1885 e 1924, que levou ao menos 10 milhões de nativos à morte. Homens e mulheres negros e negras não ultrapassavam as margens de representação de seres selvagens e incivilizados ou com destino ao extermínio.

Na perspectiva de Munanga (2012), a negritude depende de diversos fatores que abrangem, por exemplo, uma diversidade em termos de religião – de matriz africana ou não -, estruturas sociais, sentimentos de pertencimento a uma comunidade e de continuidade histórica, experiências com a diáspora e o racismo, formas de linguagem ou comunicação, entre outros elementos e contextos vivenciados e experienciados pelos negros. O autor define a negritude e/ou identidade negra a partir da história comum que liga todos aqueles que o olhar ocidental branco caracteriza como negros. Não se trata apenas da cultura da população negra ou da negritude enquanto cor da pele. Segundo Munanga (2012), o que esses grupos humanos têm em comum é “o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, de ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas” (doc. digital, n.p.). Diante do racismo que inferioriza e nega a humanidade da população negra, a negritude surge, conforme o autor, como uma convocação permanente para tomada de consciência histórica, posicionamento

político de afirmação e reconstrução positiva da identidade negra, com revalorização e aceitação da herança africana, para construção de solidariedade entre as vítimas e luta contra a desvalorização do negro.

É possível relacionar a abordagem à lírica visual de Walter Firmo em relação à negritude, cujas imagens retratam negros e negras com um olhar artístico, de forma envolvente, iluminada, majestosa, em atmosfera de sonho, rompendo assim com a fronteira do preconceito que inferioriza a população negra e periférica.

Sealy (2019) também dialoga com a ideia de Michel Foucault (2021) sobre a força da biopoder em condicionar os sentidos de povos e sujeitos negros ao limitar os processos de representação na fotografia, além de serem movimentos de violência contra o corpo negro outorgado à força para controle e disciplina. Porém, as fotografias de comunidades e povos dessubjetivados pelas lentes de colonizadores, em grande medida, foram sintomas das artimanhas das tecnologias da necropolítica (Mbembe, 2018), enquanto ações com intenção deliberada de fomentar a morte que acontece tanto pelo descaso como pela intenção da aniquilação do outro.

Pela concepção de Sealy (2019), a decolonização da câmera e, conseqüentemente da fotografia, corresponde a um afastamento das retratações e enquadramentos promovidos pelo olhar colonizador e distante dos signos e elementos que estejam atrelados à violência ou dessubjetivação para desenvolver o empoderamento e liberdade. O entendimento do autor fortalece a concepção de Firmo como produções decoloniais porque apartam os sujeitos negros de elementos que sugerem a usupação da condição de humanos em movimentos de violência.

A decolonialidade fotográfica em Walter Firmo

A aproximação existente entre as produções fotográficas de Walter Firmo às concepções decoloniais oferece percepções que

alargam o sentido de representação de sujeitos e grupos que foram marginalizados e estigmatizados por uma questão de poder. Por esse viés, é possível ancorar suas produções enquanto representações de sujeitos e lugares que orbitam fora da ordem cristalizada. Ao trazer artistas brasileiros negros e pardos em seus retratos, em modo de exaltação, Firmo realça a cultura do país e se afasta das formas de representação que associam a população negra a uma condição de subalternidade ou ao sofrimento. Nas fotografias de Firmo, homens e mulheres, principalmente da comunidade negra, são apresentados de modo a conferir-lhes dignidade, imagens que distanciam-se das representações da hiperssexualidade ou em condições de vulnerabilidade que possam ser associadas à formação de estereótipos ou espetacularização. Em suas fotografias, Firmo afirma que busca “criar uma atmosfera de felicidade, de bem estar” (como citado em Wanderley, 2019, p. 2). Tais modos de representar sugerem um desprendimento do fotógrafo das correntes ocidentais da comunicação, trazendo à tona referenciais que engrandecem o panorama da produção artística latino-americana a partir das próprias experiências e vivências.

Ao adotar esses expedientes fotográficos, buscando nas pessoas e situações retratadas que se encontram fora da previsibilidade, as produções de Firmo dialogam com o conceito de “ex-cêntrico” de Torrico (2019). O autor entende por ex-cêntrico um debruçar-se em criar subversões teóricas no campo da comunicação para pensar novos caminhos de conhecimento alheios ao centro convencionalmente idealizado enquanto estrutura de poder. Destarte, o entendimento de Torrico apresenta aderência às produções de Firmo tendo em vista as construções de laços de alteridade em suas fotografias, o que permitem pensar a comunicação como “(...) processo construtivo do humano e do social, [que] preexiste aos meios que a transmitem ou amplificam e supõe a construção de um com - saber (um ‘conhecimento com o

outro') em uma relação recíproca de natureza dialógica e convivial" (Torrico, 2019, p. 101).

O diálogo entre as perspectivas decoloniais e as fotografias de Walter Firmo pode ser percebido na leitura que Fernandes (2003) faz do trabalho de Firmo e de outros fotógrafos, como Maureen Bisilliat (1931-) e Luis Humberto (1934-2021), cujas produções compõem um retrato da diversidade brasileira. Olhando para os registros fotográficos que eles produziram entre 1970 e 1980, o autor salienta que esses fotógrafos buscavam estabelecer o pluralismo de identidades "(...) a partir das diferentes representações populares, utilizando a fotografia como informação independente" (Fernandes, 2003, p. 21). O uso de cores quentes e a concepção de retratar pessoas negras para além dos signos de sofrimento e subalternidade são marcas presentes nas fotografias de Firmo (Fig. 3), "(...) seja pela força vibrante das cores, seja pela dignidade inquestionável do ser humano ali revelado pelo olhar do fotógrafo (Coelho, 2012, p. 115).

Em suas composições imagéticas, Firmo procurou "construir uma atmosfera envolvendo a participação do negro no cotidiano do país, conferindo-lhe cidadania, intenso afeto, luminescência atemporal e sentimento de herói nacional" (Fernandes, 2003, p. 156). Ainda na esteira do pensamento do autor, Firmo consegue celebrar a vida e construir memória.

Por esse olhar, pode-se dizer que as composições de Firmo criam pontes com as propostas decoloniais pensadas por Torrico (2019), ao reorganizar representações e

(...) desestruturar a lógica do mecanismo opressivo e sua justificativa teórica, com o uso de um posicionamento histórico e epistemológico cujo núcleo é a subalternidade. A subalternidade define a condição geral de submissão forçada

(política,econômica, cultural, de gênero, idade, “raça”, educação etc.) sofrida por um grupo humano e, portanto, implica um local específico, na base da estrutura social, a partir da qual se forma um ponto de vista cognitivo e mobilizador que é inevitavelmente crítico e orientado para a libertação (Torrìco, 2019, p. 100).

A despeito do fotógrafo apresentar pessoas que podem vivenciar a subalternidade e a vulnerabilidade em suas condições de cotidiano, as imagens não se aproximam desses referenciais e combinam perspectivas que enfrentam os discursos e práticas de poder cristalizados acerca de grupos e sujeitos negros, por exemplo.

De acordo com Torrìco, a subalternidade não pode ser compreendida pelo estigma do sofrimento e da angústia, mas enquanto potência criadora de conhecimento e também enquanto promoção de visibilidade e reconhecimento público. A decolonialidade de Firmo também se aproxima da necessidade de reconfiguração poética pensada por Sealy (2019) como aquela que se dá a partir da intenção de repensar as representações imagéticas, para além de sentidos que remetem à violência e que se associam a estereótipos ou estabelecem relações entre dominados e dominantes.

Figura 3



Walter Firmo. Carnaval no Rio, 1972. Fonte: Firmo e Gomes (2022, novembro).

Um dos caminhos traçados por Searly (2019) para fomentar a decolonização da fotografia é não permitir referências e signos construídos enquanto movimentos de colonização de corpos, conhecimentos e subjetividades, desprendendo-se dos valores normativos e hegemônicos presentes em

representações midiáticas. Para o autor, nos primeiros anos do surgimento da fotografia, o uso deste meio foi recorrido para retratar sujeitos, povos e comunidades enquanto exóticos e selvagens.

O movimento de decolonizar a fotografia, para Sealy (2019), parte da necessidade de reconfigurar os processos de representação da comunidade negra dissociada da violência e da dessubjetivação ao trazer signos humanizados e distantes de valores de exploração ou exotismo. Por isso, segundo o autor, decolonizar a câmera é trabalhar de forma de promover a cultura negra com o intuito de desestabilizar a condição, a recepção e o processo da criação do *outro* como exótico.

A decolonialidade de Firmo também aparece em seus retratos de sujeitos e grupos fora dos esquadros de lugares estabelecidos por uma ordem de poder estabelecido, como sinaliza Torrico (2018), ao oferecer outros caminhos de compreensão. Moraes (2023) salienta que a proposta de Walter Firmo não é de negar a violência e a dessubjetivação a que negros foram submetidos ao longo de vários anos da história no Brasil, mas mostrar que essas pessoas tem uma vida para além disso. Conforme discorre Moraes (2003),

Em vez de replicar tais situações de sofrimento em fotografias, contudo, [Firmo] faz delas instrumento para representar, de outro modo, os corpos que mais penam por isso, capturando- os em momentos de gozo, alegria ou mesmo de calma e descanso. São imagens em que há, quase sempre, indícios de invenção e da força de laços afetivos. Imagens que subvertem o que é conhecimento dado e sugerem outras possibilidades de arranjos de vida no país,

nos quais deixe de existir associação quase direta entre pele escura e dores sentidas (pp. 302-303).

A subversão da ordem de sentido que estigmatiza os corpos negros é notada ainda, no ponto de vista de Moraes (2023), na fotografia intitulada *Carnaval no Trem* (Fig. 4). Datada de 1985, esta imagem retrata em primeiro plano mulheres fantasiadas dentro de um vagão de trem na capital do Rio de Janeiro. Com fantasias volumosas e maquiagem brilhante, Firmo relê o cotidiano do uso do transporte público urbano que realiza viagens para levar pessoas ao trabalho ou outros compromissos a fim de retratar mulheres em um momento de magia e descontração. Como reflete Moraes (2003),

No mesmo lugar em que, no restante do ano, muitas outras mulheres (ou estas mesmas) fazem o trajeto de ida ao trabalho e de retorno para casa em rotina sem surpresas ou contentamentos, o fotógrafo flagra uma cena que sinaliza mudança de humores – evidente no sorriso de uma delas endereçado à câmera – e desencadeia novas associações entre essas pessoas e suas vidas. Naquele instante, o carnaval – evento disruptivo da ordem comum – acontece no trem (...) (p. 303).

Por se afastar de elementos que denotem o sofrimento de homens e mulheres da comunidade negra, Firmo não se limitou a trazer anônimos e trouxe às lentes fotográficas personalidades negras de reconhecimento nacional no campo das artes, mantendo a gramática visual de retratá-las em expressões de alegria e contemplação. A representação de mulheres negras jovens ou

adultas não apresenta diálogo com a hiperssexualização ou a fetichização de seus corpos e também se mantém alheia à representação apresentada por Hall (2016) acerca dos corpos de homens e mulheres da comunidade negra.

Figura 4



Walter Firmo. Carnaval no Trem, Rio de Janeiro, RJ, 1985.

Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles (s.d.)

Ao fotografar mulheres negras mostrando-as afastadas dessa estigmatização, Firmo parece apresentar um movimento de alter(n)atividade, conforme apresentado por Torrico (2018). A proposta do autor insurge contra discursos fetichizados ou estigmatizados, apresentando-se como um novo caminho para pensar a alteridade e promover o caráter construtivo e humanizado que ele denomina como *outridade*. Segundo Torrico (2018), esse movimento elabora novas propostas de constituição por contornos que contemplam a história e os aspectos de vivência e experiência dos sujeitos envolvidos. Além da negritude brasileira, Firmo também

retratou pessoas negras de outros países como Cuba e Cabo Verde (Fig. 5).

Figura 5



Walter Firmo. Cabo Verde, 1988.

Fonte: Firmo e Gomes (2022, novembro).

Além de não operar a fetichização, as fotografias de Firmo retratam a negritude com altivez no sentido de reconhecimento público ao enaltecer artistas negros da cultura brasileira, como Pixinguinha (Fig. 6) e Clementina de Jesus (Fig. 7), entre outros. De acordo com Lima (2022), Firmo teve a experiência de ser fotógrafo correspondente em Nova York pela revista *Manchete*. Assim que chegou aos Estados Unidos, ele foi discriminado por ser negro pelo repórter que o acompanharia nas atividades de cobertura. O acontecimento repercutiu em suas produções: no retorno ao Brasil, levou-o a vivenciar politicamente a fotografia e a desenvolver sua lírica visual em relação à negritude, como relata Firmo em

depoimento para o Centro Cultural Vale Maranhão (2022), tendo sempre a negritude envolvida em suas lentes de tal modo que não fosse sub-representada.

Figura 6 Figura 7



Walter Firmo. À esquerda, Maestro Pixinguinha, 1967, e, à direita, Clementina de Jesus, 1977.

Fonte: Lima (2022, maio).

Ao retratar figuras negras de destaque no cenário artístico brasileiro, Firmo elabora o pluralismo da negritude não apenas no Brasil, mas também no exterior, conforme aponta Lima (2022). Exercendo o movimento de alter(n)atividade, Firmo teve noção da

sua negritude ao passar pelo episódio em que foi subestimado ao ser correspondente em Nova York. Além disso, o fotógrafo pode ser compreendido pela ação de insurgência ao reconhecer que pessoas negras são dignas de reconhecimento público e projetar a negritude para além dos elementos estigmatizados de dessubjetivação.

Considerações finais

Pensar a ponte entre os estudos decoloniais e as fotografias de Walter Firmo oferece outras percepções para as reflexões sobre visibilidade e alteridade nos processos comunicacionais. Ao trazer pessoas negras sem as amarras do sofrimento e de sub-representação, Firmo exerce a alteridade, conceito quisto à decolonialidade, e também propõe em estabelecer novas formas de representação desprendidas dos valores comumente disseminados na produção de imagens fotográficas acerca da comunidade negra. A decolonialidade quando empreendida no sentido de político de oferecer visibilidade reconfigura os processos de produção e representação de grupos e sujeitos.

A insurgência fotográfica de Firmo não se traduz apenas pelo ato de rebeldia, mas como um movimento que contempla o desafio de novas propostas e também de deslizar sobre estruturas de poder que limitam os sentidos e os modos de representação. Em grande medida, a decolonialidade das fotografias de Walter Firmo também se torna insurgente ao não trilhar caminhos estigmatizados de produção de significação na fotografia de grupos e sujeitos negros, quando associados à vulnerabilidade. As imagens produzidas são sintomas da ideia decoloniais da comunicação tanto por serem alter(n)ativas e produzidas a partir da realidade vivenciada pelo grupos e seus pares como pela intenção de desenvolver a alteridade, a vitalidade e a altivez dos sujeitos retratados.

Além disso, as fotografias de Firmo orbitam fora do eixo previsível de representação, são *ex-cêntricas* por investigarem e

trazerem à tona pessoas e ações do cotidiano que muitas vezes, a despeito de serem corriqueiras, traduzem o pluralismo de representações, identidades e referências brasileiras, sem a necessidade de uniformização ou afastamento das particularidades de cada grupo.

Referências

Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 11, 89-117. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.

Butler, J. (2019). **Vidas precárias: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica.

Castro-Gómez, S. (2014). El lado oscuro de la "época clásica": filosofía, ilustración y colonialidad en el siglo XVIII. Em E. Chukwudi; P. Henry; S. Castro-Gómez; W. Mignolo. **El color de la razón: racismo epistemológico y razón imperial**. 2. ed. Buenos Aires: Del Signo, 89-113.

Centro Cultural Vale Maranhão. (2022) **Negritude Atitude – Walter Firmo**. Youtube, 15 de julho de 2022. (Vídeo, 26min55s). <https://www.youtube.com/watch?v=FqcScu0BknI>

Coelho, M. B. R. (2012). **Imagens da nação: brasileiros na fotodocumentação de 1940 até o final do século XX**. UFMG.

Ferdinand, M. (2022). Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu. Fernandes, R., Jr. (2003). **Labirinto e identidades: panorama da fotografia no Brasil (1946-1998)**. Cosac e Naify.

Firmo, W. & Gomes, J. D. (2022, novembro). Donas de si: uma coleção de mulheres ativas. **Piauí**, 194. <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/donas-de-si/>.

Firmo, W. (2013). **Um olhar sobre Bispo do Rosário**. Editora Nau.

Foucault, M. (2021). **Microfísica do poder**. Paz & Terra.

Grinsberg, M. S. (1987). (ed.). **A comunicação alternativa na América Latina**. Vozes.

Hall, S (2016). **Cultura e representação**. Transc. Daniel Miranda; Willian Oliveira. Ed. PUC-Rio; Apicuri.

Instituto Moreira Salles. (2022). **Walter Firmo: no verbo do silêncio a síntese do grito**. Exposição, 30 abril a 9 de setembro de 2022. Tour Virtual: <https://ims.com.br/tour-virtual-walter-firmo-ims-paulista/>

Lima, J. D. (2022, maio). Menino do Irajá. **Ecoa UOL** (Site). <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/walter-firmo/>

Lugones, M. (2010). Toward a decolonial feminism. **Hypatia**, 25 (4), 742-759.

Machado, A. (1984). O Olhar Essencial de um Poeta da Câmera. **Folha de S. Paulo**, Caderno Ilustrada, 18 de outubro de 1984.

Mbembe, A. (2018). **Necropolítica**. n-1 edições.

Moraes, F. (2023). Negros na piscina: as imagens de felicidade e insurgência como estratégias decoloniais. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, (152), 295-309.

Munanga, K. (2012). **Negritude: usos e sentidos**. 3. ed. Autêntica Editora.

Quijano, A. (1992) Colonialidad y modernidad/racionalidad. Em H. Bonilla (Ed.) **Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas**. Bogotá: Tercer Mundo, 437-447.

Sealy, M. (2019). **Decolonizing the Camera: Photography in Racial Time**. Lawrence e Wishart. Torrico, E. (2016). La comunicación em clave latinoamericana. Chasqui, 132, 23-36.

Torrico, E. (2019). Para uma comunicação ex-cêntrica. **Matrizes**, 13(3), 89-107. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i3p89-107>.

Torrico, E. (2018). La comunicación decolonial, perspectiva in/surgente. **Revista Latinoamericana de Ciencia de la Comunicación**, 15(28), 72-81.

A

Acessibilidade — 12, 16–17, 24–25, 27, 29, 31–32, 36, 38–42, 45, 47–50, 55, 58.

Acesso à informação — 53.

Agência — 9, 12, 19, 25–27, 29, 31, 33, 37, 42–44, 47–48, 51, 53–54, 64–65, 67, 70–72, 74–75, 83–85, 88, 94, 165, 172.

Algoritmos — 15, 17, 63, 113, 115, 119, 128, 146.

América Latina — 2, 9, 11–13, 15, 17–18, 21, 63–65, 71–74, 78, 83, 86, 90, 96, 152, 160–161, 181, 188, 192, 205–206.

Análise de conteúdo — 99, 106, 120–121, 132, 147.

Análise documental — 31, 33–34, 55.

Análise Textual Discursiva — 31, 57.

Arquitetura da informação — 103.

Automação — 14, 125–126, 128, 131–132, 136, 145–146.

Autonomia editorial — 13, 71.

B

Bolhas — 22, 95.

C

Checagem de fatos — 13, 63, 65–66, 68, 72–74, 78, 80, 82, 86, 88–90, 92–94.

Ciberjornalismo — 98–99, 103, 105, 120.

Circulação da informação — 13, 99.

Circulação do conhecimento — 2–4, 11, 17.

Comunicação — 2, 4, 6, 9, 11–12, 15–18, 20, 22, 24–27, 30, 32–33, 36–37, 39–40, 42, 44, 51–53, 59, 74, 80, 85–86, 90, 92, 94, 99, 102, 110, 120–121, 123, 144, 147–148, 151, 154, 177–178, 184, 191–193, 195, 204, 206–207.

Comunicação inclusiva — 25.

Comunicação pública — 39–40, 99, 123.
Conhecimento científico — 2–4, 11, 17.
Credibilidade — 13, 22, 64, 67–70, 80, 82, 89–90, 94–95, 111, 119–120, 129–130, 140, 144.
Credibilidade jornalística — 68, 111, 119–120.
Cultura do fact-checking — 73, 78.

D

Decolonialidade — 10, 16, 183–185, 188–191, 193–194, 197, 199, 204.
Deficiência — 9, 12, 19–20, 23–25, 27–28, 30–33, 35–40, 42–44, 48, 50–53, 55, 58, 60, 160.
Democracia — 9, 11, 17, 67, 88–91, 120, 178, 180.
Desinformação — 9, 12–13, 17–25, 27–28, 30, 38, 45, 51–53, 59, 63–68, 78, 84, 88, 91, 93, 110.
Desinformação estrutural — 9, 12, 19, 27–28, 45, 51, 53.
Desordem informacional — 13, 60, 66, 73, 90, 93.
Direitos humanos — 151, 155, 157–161, 163–164, 171, 175–177, 180.
Diversidade — 2, 15, 17, 82, 98, 104, 128, 130, 139, 146, 170, 172, 184, 192–193, 196.

E

Economia de plataformas — 91.
Educação inclusiva — 28–29, 58.
Educação midiática — 21–22, 54, 82, 92.
Estrutura — 9, 12–15, 17, 19–20, 24–33, 36–45, 47–54, 56, 63, 65–66, 69, 73, 90–91, 93, 98–102, 105–106, 108–109, 114–116, 123, 126–132, 134–140, 144–147, 153–157, 159–160, 162–165, 169–171, 174–175, 177, 179, 188, 190, 193, 195–197, 204.
Estruturação — 26–29, 32–33, 36, 37, 45, 47, 51, 53–54.
Ethos jornalístico — 9, 13, 63, 66, 68, 73, 78, 90–91.

F

Fact-checking — 9, 13, 16, 63–66, 70–75, 78, 80, 83, 86–90, 92–95.

Feminicídio — 15, 151–155, 165, 169, 172.

Fotografia — 2, 16, 69, 172, 184–186, 188, 191–196, 198–200, 202, 204–205.

Fotografia decolonial — 16.

G

Gênero — 2, 9, 15, 35, 98, 104, 107, 122, 151–155, 160, 163–164, 170, 177, 179, 190, 197.

Gênero e raça — 2, 9, 15, 151, 153.

I

Inclusão — 12, 25, 28, 33, 35–36, 38, 43, 45–46, 49, 53, 55–56, 58, 60, 131–132, 137–138, 174.

Informação — 2, 9, 11–13, 16–28, 30, 38, 43–46, 51–53, 59, 63–68, 70, 74, 78, 84, 88, 91, 93, 99–100, 103, 107–108, 110–114, 117–119, 128–132, 135, 139–140, 145–146, 155, 179, 196.

Inteligência artificial — 2, 9, 11, 14–16, 18, 21, 30, 101, 119, 125, 128, 131–132, 142–144, 147–149.

J

Jornalismo — 2–5, 9, 11, 13–14, 17, 19, 55, 63, 66–69, 82, 88–90, 93–96, 97–106, 109, 111–112, 116, 119–127, 128–132, 139–141, 143–149, 167, 169, 174–175, 177–179, 181, 185–186.

Jornalismo automatizado — 128, 139–140.

Jornalismo digital — 4, 94, 98, 101, 109, 112, 119–120.

Jornalismo latino-americano — 63.

L

Literacia midiática — 22, 168.

M

Mediação — 12, 100, 102, 120, 129, 139–140, 146–147, 159, 180.

Mediação jornalística — 139.

Mulheres negras — 9, 15–17, 151, 153–166, 170–172, 176–177, 190, 200–201.

Mídia — 9, 15, 21, 23, 33, 67, 70, 72, 74–77, 79–80, 82, 89, 93–94, 97, 99, 102, 115–116, 123, 136, 140, 151, 154, 162, 164–166, 168, 175, 177–178, 180.

N

Notícia — 2, 14, 17, 19, 33, 95, 99, 110, 112–113, 117, 126–132, 135, 140, 144–146, 148–149, 165, 170–175, 177.

Norte Global — 184, 191.

P

Plataformas digitais — 9, 11, 13–14, 23, 63, 65, 86, 92, 97, 103, 110, 113, 116, 118–119, 130.

Plataformização — 9, 13, 18, 63, 89–90, 93, 95, 170.

Poder — 11, 15–16, 18, 23, 26, 47, 88, 98, 104, 155–158, 165, 177, 181, 184, 189–190, 194–195, 197, 199, 204–206.

Políticas públicas — 20, 42, 52–53, 60, 69, 91, 151–152, 154, 166, 175.

Produção jornalística — 14, 99, 132, 141.

R

Racismo — 16, 154, 157–158, 160, 179, 184, 193, 205.

Raça — 2, 9, 15, 133, 151–155, 157, 163, 177, 179–180, 197–198.

Redes sociais — 14, 46, 72, 77, 86, 88, 91, 97, 103, 105, 109–120, 123, 165.

Representação — 2, 11, 15–16, 100, 155, 193–195, 199–201, 204, 206.

Responsabilidade editorial — 142, 145–146.

S

SEO — 14, 97, 99, 113, 116.

Sustentabilidade — 9, 13, 63–64, 71–73, 81, 91, 96.

Sustentabilidade financeira — 13, 71, 73, 81, 91.

T

Tecnologia — 2, 12, 14–17, 20–21, 24–25, 33, 37, 40–41, 49, 58, 65, 72, 81, 94, 100, 120, 125, 127, 131, 140–141, 143–144, 146, 155, 171, 175–176, 194.

Tecnologias assistivas — 25, 40, 49.

Teoria da Estruturação — 26–29, 33, 36, 47, 51, 53–54.

Transparência — 15, 68, 74, 79–80, 83, 89–91, 126, 130, 140–143, 145–146, 154.

V

Verdade — 13, 22, 66, 68–70, 73, 83–85, 90, 93–94, 108, 118, 120, 164.

Verificação de fatos — 2, 64, 68, 78, 82, 130.

Violência — 9, 15, 21, 151–157, 162–172, 174, 176–177, 179, 181, 184, 189, 194, 197, 199, 205.

Violência de gênero — 9, 15, 151, 164, 177.

Visibilidade — 11, 13–14, 16, 63, 65, 105, 113, 116, 119, 162, 164, 166, 169, 171, 184, 190, 195, 197, 204.

W

Walter Firmo — 10, 16, 183–188, 191–192, 194, 196, 198–199, 201–206.

Cândida de Oliveira

Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra e Doutora em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Cinthya Pires Oliveira

Doutora e mestra em Mídia pela Universidade Federal Fluminense, especialista em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas, jornalista e publicitária pela Universidade Federal Fluminense, profissional especialista em Comunicação Pública na Empresa Brasil de Comunicação.

Flavia Marinho Duarte dos Santos

Mestra em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialista em Advocacia Criminal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bacharel em Direito pela Universidade Cândido Mendes.

Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior (Gilson Pôrto Jr.)

doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM-UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (PPGE-UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo, Pedagogia, História e Letras. Realizou estudos de pós-doutoramento/professor visitante nas Universidades de Coimbra (UC-Portugal), de Cádiz (UCA, Espanha), de Brasília (FAC-UnB) e UNESP (UNESP-SP). Atualmente é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Nível C), coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT) e do Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão

Informação, Comunicação e Memória (INFO-UFT). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (Educante-UFT, doutorado acadêmico, 2025-atual), no Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPGMuseu-UFBA, mestrado acadêmico, 2023-atual) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIN-UFF, doutorado acadêmico, 2021-atual). É Investigador Colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) da Universidade de Coimbra (UC-Portugal).

Geovanna Siqueira Costa

Graduanda de Jornalismo e pesquisadora de iniciação científica da Universidade Federal de Goiás.

Isis Borges Figueira

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás.

Luciane Fassarella Agnez

Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília. Docente da Faculdade de Informação e Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás.

Marcelli Alves da Silva

Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília – UnB. Professora associada do curso de Jornalismo (UFMA) campus Imperatriz, professora permanente do mestrado em comunicação pela mesma instituição.

Maria Eduarda Arruda de Sousa

Graduanda de Jornalismo e pesquisadora de iniciação científica da Universidade Federal de Goiás.

Muriel Emídio Pessoa do Amaral

Professor colaborador do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre e Doutor pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru).

Paulo Faltay Filho

Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ). Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP). Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE com bolsa do Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (PDCTR - CNPq/FACEPE). Foi Professor Substituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro entre 2020 e 2022. Pesquisador do MediaLab.UFRJ e da Rede Latino-americana de estudos em vigilância, tecnologia e sociedade/LAVITS.

Ruthy Manuella de Brito Costa

Doutoranda em Comunicação (PPGCOM UFPE). Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (PPGCOM/UFPI), com pesquisa na linha Processos e Práticas do Jornalismo (2021). Possui Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo e Relações Públicas pela Universidade Estadual do Piauí (2007); Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (2006). Possui MBA em Gestão de Recursos Humanos pela FATEC Internacional; MBA em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela FATEC Internacional. Integra o Núcleo de Pesquisas em Mídia, História e Tecnologias (NUMIHTEC/UFPI). Membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação Alternativa, Comunitária, Popular e Tecnologias Sociais da UESPI, da

Universidade Estadual do Piauí. Professora efetiva do curso de Jornalismo na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Membro do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Convergência Midiática - JOCON da Universidade Federal do Piauí.

Sinomar Soares de Carvalho Silva

Doutor em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn) na Universidade Federal Fluminense. Possui mestrado em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins, Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas contemporâneos (UFT) e graduação em Comunicação Social - Jornalismo também pela Universidade Federal do Tocantins (2009),

Thaísa Cristina Beuno

Doutora em Comunicação pela PUC/RS. Professora associada do curso de Jornalismo (UFMA) campus Imperatriz, professora permanente do mestrado em comunicação pela mesma instituição.

ECOSSISTEMAS DIGITAIS, JORNALISMO E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Diante da desordem informacional, da plataformação das notícias, da expansão da inteligência artificial e das disputas por visibilidade, este livro reúne seis estudos que examinam como os ecossistemas digitais reconfiguram o jornalismo e a circulação do conhecimento científico na América Latina.

As pesquisas abordam temas cruciais para a vida pública contemporânea: acessibilidade informacional e desinformação estrutural; iniciativas de fact-checking na região; o trabalho editorial em ambientes de plataformas; o uso de inteligência artificial na produção jornalística; a representação de mulheres negras nos meios; e a fotografia decolonial como intervenção no regime de visibilidade.

Ao articular tecnologia, comunicação, democracia e diversidade, a obra contribui para compreender desafios e possibilidades de produção, verificação e circulação da informação em sociedades desiguais, plurais e atravessadas por disputas de poder simbólico.



Acessibilidade e desinformação estrutural



Fact-checking e circulação de informações na América Latina



Plataformas digitais e transformações no jornalismo



Inteligência artificial e produção jornalística



Mulheres negras, mídia e representações



Fotografia decolonial e formas de olhar e narrar o mundo

